

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da
Saúde

LEANDRO ROCHA DA SILVA

**A NARRATIVA DA PROFISSÃO: A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL
NO DISTRITO FEDERAL (RIO DE JANEIRO, 1930 - 1940).**

Rio de Janeiro
2016

LEANDRO ROCHA DA SILVA

**A NARRATIVA DA PROFISSÃO: A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL
NO DISTRITO FEDERAL (RIO DE JANEIRO, 1930 - 1940).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

Orientadora: Prof. Dr. Gisele Porto Sanglard

Rio de Janeiro
2016

LEANDRO ROCHA DA SILVA

A NARRATIVA DA PROFISSÃO: A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL (RIO DE JANEIRO, 1930 - 1940).

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Gisele Porto Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dra. Alejandra Josiowiccz (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dra. Inez Terezinha Stampa (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ PUC-Rio)

S586n Silva, Leandro Rocha da.

A narrativa da profissão: a imagem do Serviço Social no Distrito Federal (Rio de Janeiro, 1930-1940) / Leandro Rocha da Silva. – Rio de Janeiro: s.n., 2016.

104 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

1. Serviço Social. 2. Assistência. 3. Mulheres Trabalhadoras. 4. Desenvolvimento de Pessoal. 5. Brasil - História.

CDD 361.981

Ao Nicolas, meu super-herói e minha motivação para ser e fazer melhor.

AGRADECIMENTOS

É impossível contemplar nesta seção todos aqueles a quem eu gostaria de agradecer pelas contribuições ao longo da trajetória que hoje encerra mais um ciclo na apresentação deste trabalho; no entanto, também seria imperdoável não utilizar este espaço para lembrar de algumas destas pessoas que estiveram presentes nos passos que me trouxeram a este momento.

Desta forma, agradeço:

À equipe de docentes da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz pela acolhida, desde a banca de seleção do mestrado, e pelo conhecimento transmitido em cada disciplina, encontro, evento e mesmo nos papos nos corredores.

Ao corpo de funcionários da Casa de Oswaldo Cruz – equipe administrativa, setor de cópias, biblioteca, limpeza... – pelo suporte fornecido a mim e demais alunos do programa de pós-graduação.

À direção e funcionárias do CBCISS, em especial as Sras. Rosely Reis Lorenzato, Telma Teles de Freitas e Aída Magalhães Bifone. Sem a colaboração de vocês e sem o valioso acervo mantido por esta instituição não seria possível realizar esta pesquisa.

Aos professores Luiz Otávio Ferreira e Rafael Soares Gonçalves, pelas contribuições apresentadas no processo de qualificação desta pesquisa.

A Mione Apolinário Sales e Jefferson Lee de Souza Ruiz pelo estímulo nas discussões sobre comunicação e cultura.

À turma de alunos que ingressou junto comigo no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Estar com vocês nestes dois anos tem sido um prazer e uma honra e eu espero sinceramente que os laços que construímos ao longo deste período se mantenham por muitos anos.

A meus pais e irmãs pelo apoio e carinho. Vocês são as raízes que me sustentam e me impulsionam cada vez mais alto.

A Elizabeth Souza de Oliveira, minha amada companheira, que me inspira em todos os momentos e com quem divido minha melhor obra: nosso filho Nicolas.

E, por fim, a Gisele Porto Sanglard, a quem devo muito no que tange a esta pesquisa. Contar com a sua orientação generosa, exigente e sensível tornou este processo de aprendizado, pesquisa e produção em uma experiência única e extremamente enriquecedora. Obrigado por tudo!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar contribuição à história da assistência em geral, e do Serviço Social em particular, através da análise das relações estabelecidas no processo de organização profissional da categoria de trabalhadoras sociais no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, no período entre as décadas de 1930 e 1940, com maior enfoque no período compreendido pelo primeiro governo Vargas. Considerando as alterações ocorridas na realidade nacional e suas implicações nas relações sociais, bem como na reconfiguração dos serviços de assistência à população brasileira, a pesquisa pretende apresentar elementos que auxiliem na compreensão de três aspectos presentes neste processo: os conceitos centrais presentes no debate e nas ações de enfrentamento às expressões da questão social no período em tela; a identidade que se buscava estabelecer para as trabalhadoras sociais, a partir da reconfiguração das relações sociais no período; e as principais influências que se destacaram neste processo. Para tal, recorreremos à análise dos conteúdos produzidos à época sobre Serviço Social e assistência, encontrados em documentos, livros e matérias publicadas no jornal “A Manhã”, considerado instrumento de imprensa oficial do governo Vargas. As questões abordadas nesta pesquisa possibilitam a reflexão sobre este período e seus impactos na trajetória do Serviço Social e da assistência prestada, principalmente aos segmentos mais pauperizados da população.

ABSTRACT

This study aims to present contribution to the history of assistance in general, and social work in particular by analyzing the relations established in the professional organization process of the category of social workers in Brazil, specifically in Rio de Janeiro, in the period between the 1930s and 1940s, with greater focus in the period by the first Vargas government. Considering the changes in the national reality and its implications for social relations and the reconfiguration of support services to the Brazilian population, the research aims to introduce elements that help in understanding three elements involved in this process: the main concepts present in the debate and actions against the expressions of social issues in the period under consideration; the identity that sought to establish for social workers from the reconfiguration of social relations in the period; and the main influences that stood out in this process. To this end, we used the analysis of content produced at the time of Social Work and support found in documents, books and articles published in the newspaper “A Manhã”, considered official press instrument Vargas government. The research issues addressed in this enable reflection on this period and its impact on the trajectory of Social Work and assistance provided, particularly to the most impoverished segments of the population.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1: Conceitos norteadores para compreensão da discussão sobre desajustamentos e ordenamento social	9
1.1 – Pobreza, pauperização e questão social	10
1.2 – A pobreza e assistência na história das sociedades europeias.....	14
1.3 – Pobreza e assistência no Brasil da Primeira República.....	28
1.4 – A questão social no pós-1930.....	34
Capítulo 2: A organização do Serviço Social: idéias e atores presentes no processo de institucionalização da profissão no primeiro governo Vargas	38
2.1 – A ideologia e intelectualidade no pós-1930	39
2.2 – O Ministério Capanema e seu impacto para o Serviço Social	48
2.3 – Entra em cena o Conselho Nacional de Serviço Social.....	54
Capítulo 3: Formando trabalhadoras sociais: notas sobre a constituição de um perfil profissional	65
3.1 – Conceituando o Serviço Social e seu objeto de intervenção	66
3.2 – Particularidades da formação das trabalhadoras sociais.....	69
3.3 – Notas sobre a influência estadunidense no Serviço Social brasileiro.....	80
3.4 – Elementos para a reflexão sobre a intervenção das trabalhadoras sociais..	89
CONSIDERAÇÕES	96
FONTES & REFERÊNCIAS	100

LISTA DE SIGLAS

- ABE - Associação Brasileira de Educação
- ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
- ABL - Academia Brasileira de Letras
- CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
- CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social
- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DNSP - Departamento Nacional de Saúde Pública
- EEAN - Escola de Enfermagem Anna Nery
- EUA – Estados Unidos da América
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- IOC - Instituto Oswaldo Cruz
- LEC - Liga Eleitoral Católica
- LSN - Lei de Segurança Nacional
- MES - Ministério da Educação e Saúde
- MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública
- MTIC - Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio
- SOS - Serviço de Obras Sociais

INTRODUÇÃO

O ano de apresentação desta dissertação corresponde ao período em que o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, iniciado com a implantação dos dois primeiros cursos voltados para a formação destas profissionais, completa seus 80 anos.

Sem dúvida esta é uma data de muita comemoração por conta de toda a trajetória desenvolvida, não só pela profissão, mas também pelas políticas sociais que são alvo de sua atuação. Porém, mais do que isso, é um período que nos provoca a refletir sobre esta trajetória, seus avanços e retrocessos, as projeções realizadas em seu passado e as realizações que se pretende alcançar no presente e futuro.

Neste ano, também comemoro 16 anos do meu relacionamento com o Serviço Social, iniciado em 2000, quando ingressei no corpo docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao longo destes anos pude atuar nas áreas da saúde, direitos humanos, juventude e trabalho, porém, sempre articulando com as temáticas da comunicação e cultura. A preocupação com estas temáticas aparece, inclusive, de forma clara em minha participação em espaços como a Comissão de Comunicação e Cultura do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região (CRESS-RJ) e em algumas das produções que escrevi no período, como o trabalho de conclusão de curso de graduação *O Homem que Copiava: Denúncia ou Celebração do Pós-modernismo?*, e o trabalho final apresentado na especialização em Psicologia Jurídica, intitulado *Reflexões sobre as relações entre Mídia, Crime e Identidade*, cujo conteúdo posteriormente embasaria o artigo *Na mira da Mídia: Reflexões sobre as relações entre Mídia, Crime e Identidade*, publicado no livro *Mídia, questão social e Serviço Social*¹.

O ingresso no Mestrado em História das Ciências e da Saúde, na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, trouxe a oportunidade de refletir sobre o processo de constituição da identidade do Serviço Social enquanto categoria profissional em seus primeiros momentos de organização. Desta forma, realizar esta pesquisa e apresentar o resultado dela neste trabalho é para mim a possibilidade de repensar trajetórias e identidades, buscando trazer aspectos que possam contribuir com a interpretação deste processo.

¹ SILVA, L. R.. Na mira da Mídia: Reflexões sobre as relações entre Mídia, Crime e Identidade. In: Sales, M. A.; Ruiz, J. S. R.. (Org.). Mídia, questão social e Serviço Social. 1ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 261-276.

Tendo em vista estas questões, o objetivo deste trabalho se constitui em apresentar uma contribuição à história da assistência em geral, e do Serviço Social em particular, através da análise da relação de construção das bases que estabeleceram os espaços de atuação, bem como a imagem profissional da categoria de trabalhadoras sociais no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, no período entre as décadas de 1930 e 1940, com maior ênfase ao período compreendido pelo primeiro governo Vargas.

O período escolhido para a pesquisa se justifica pela ocorrência de significativas alterações nas relações sociais e serviços de assistência à população brasileira, em especial seu segmento mais pauperizado.

O golpe de 1930 ocasionou o término do período considerado como Primeira República e proporcionou a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, onde ficaria até 1945. Os 15 anos do primeiro governo Vargas são importantes para a centralização das ações de saúde – na formulação de uma agenda de políticas públicas e na organização das ações de assistência, notadamente com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938. O período correspondente à primeira gestão Vargas é dividido em três etapas, classificadas como: o governo provisório (1930-1934), o governo constitucional (1934-1937) e o período ditatorial do Estado Novo (1937 a 1945).

As análises e estudos referentes ao governo Vargas apontam como suas características centrais o investimento na organização do aparato estatal e na difusão ideológica das concepções de valorização do trabalho e da necessidade de medidas de proteção, visando o fortalecimento da população, como forma de construção de uma nação forte.

À medida que as questões referentes à reconfiguração do mundo do trabalho e seus reflexos no tecido social vão se intensificando, é identificada pelas instituições vinculadas à assistência a necessidade de maior racionalização de suas ações, buscando técnicas e instrumentos para melhor identificação daqueles que precisariam mais dela e das formas de organizar e aperfeiçoar seu fornecimento a estes.

A preocupação com o agravamento da questão social no Brasil, e no mundo, convergiu esforços para a discussão de suas expressões e formas de enfrentamento, ou atenuação. É nesse contexto que se intensifica o investimento nas bases de organização do Serviço Social enquanto categoria profissional, ocasionando na realização de encontros, conferências e congressos, tais como a II Conferência Internacional de Serviço Social (realizada na Alemanha em 1932, quatro anos depois da I Conferência); I

Semana de Ação Social no Rio de Janeiro (1936); I Congresso Pan-Americano de Serviço Social (1945), no Chile; II Congresso Brasileiro de Direito Social (1946); I Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947); e II Congresso Pan-Americano de Serviço Social (1949).

A participação brasileira nestes espaços contribuiu para a construção de um arcabouço que forneceu um espectro maior de determinantes e de possibilidades de intervenção sobre a questão social.

Getúlio Vargas desempenhou papel decisivo neste tópico, pois, sua defesa da valorização do trabalho como parte da identidade nacional e da assistência como política estratégica de fortalecimento destes trabalhadores, forneceu a tônica para a alteração da relação do Estado com a prestação dos serviços de assistência, onde toda uma burocracia estatal passa a ser necessária, não só no suporte e fiscalização das instituições prestadoras da assistência (religiosas ou laicas), como também para a prestação direta destes serviços. A promulgação do Decreto-lei 525 de 1 de julho de 1938, que institui o CNSS e a Conferência Nacional de Serviço Social, cristaliza essa alteração e fornece os elementos para que se construa uma visão integrada e organizada das ações e estratégias de serviço social sob a égide estatal.

Estas alterações demandaram um processo de profissionalização e sistematização da assistência prestada, com um investimento na atenuação e mediação dos conflitos e problemas que pudessem afetar o ordenamento que se pretendia para esta sociedade.

É neste período que situamos os marcos do processo de organização da categoria de trabalhadoras sociais (visitadoras, agentes sociais, assistentes sociais, dentre outras) com foco na valorização da qualificação formal destas profissionais, a partir do investimento em cursos específicos, e na busca por aparatos legais e institucionais que convergissem no estabelecimento de um campo de trabalho que, não só absorvesse estas profissionais, como também priorizasse sua contratação em detrimento daquelas que ainda não possuíssem tal formação. Para tal, se faz necessário um investimento na constituição e difusão de uma nova forma de compreensão das expressões da questão social e suas determinantes, bem como as formas de intervenção junto a elas. A partir desta reconfiguração, se proporciona o espaço necessário para a apresentação deste novo perfil para as profissionais responsáveis por lidar diretamente com esta questão social.

Vale a pena destacar que a utilização neste texto da nomenclatura profissional no feminino (como trabalhadoras sociais e visitadoras sociais) não é fortuita e não deve-se unicamente à composição predominantemente feminina dos quadros profissionais. Trabalhar com o feminino implica senão em uma abordagem de gênero ao menos numa perspectiva de história das mulheres, tal qual proposto pela historiadora francesa Michelle Perrot (1995). É o reconhecimento da necessidade de superação do silêncio, que, para esta autora, constituiu o estatuto vigente na história das mulheres até o século XIX. Também é o reconhecimento destas mulheres como sujeitos históricos ativos e protagonistas de sua própria história.

Dentro desta proposta, três metas são elencadas para este trabalho: identificar e estabelecer reflexão sobre os conceitos centrais presentes no debate e nas ações de enfrentamento às expressões da questão social no período em tela e como eles são apresentados na imprensa e nas obras analisadas; apresentar elementos para reflexão sobre a identidade que se buscava estabelecer para as trabalhadoras sociais, a partir da reconfiguração das relações sociais no período; e, identificar as principais influências que se destacaram neste processo.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa consiste na análise de obras, trabalhos e documentos produzidos no período, bem como de artigos e entrevistas referentes ao serviço social e às expressões da questão social, apresentando conceitos e elementos centrais presentes no processo de difusão de uma nova concepção das mazelas que afligiam a população brasileira.

A partir deste material é possível estabelecer um paralelo entre as alterações ocorridas nas relações sociais e econômicas vinculadas à reestruturação produtiva, sua incidência sobre a camada mais pauperizada da população, as estratégias para o enfrentamento das sequelas decorrentes da reconfiguração da questão social e o investimento na qualificação das profissionais responsáveis por sua administração.

As matérias utilizadas nesta pesquisa pertencem ao acervo do jornal “A Manhã”, considerado um importante aparato de propaganda ideológica governista da época. O material publicado neste periódico nos proporciona a oportunidade de analisar um *locus* onde a associação entre uma elite intelectual e instituições vinculadas aos setores hegemônicos, como a Igreja e o Estado, constituiu uma correlação de forças que propiciou as bases para o investimento na atuação das trabalhadoras sociais e no entendimento do caráter estratégico da intervenção desta categoria no desenvolvimento de uma identidade nacional.

É interessante destacar que a escolha da imprensa como fonte documental privilegiada para o desenvolvimento desta pesquisa se dá a partir da compreensão de sua importância na análise das estratégias para a difusão de discursos, conceitos e experiências compatíveis com o estabelecimento de uma nova imagem para a questão social, suas expressões, formas de tratamento e identidade das profissionais que seriam responsáveis por sua prestação, mais especificamente, as trabalhadoras sociais.

O uso deste recurso é defendido por Tania Regina de Luca que, em sua obra *História dos, nos e por meio dos periódicos*, afirma que “ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se **objeto** da pesquisa histórica”² (grifo da autora). As reflexões provocadas pela autora, sobre a necessidade de uma leitura crítica do material publicado nos periódicos, permitem que seja realizada uma análise que escape aos equívocos de tentar utilizá-lo de forma a simplesmente ilustrar a hipótese teórica em tela, ou mesmo de considerar o conteúdo expresso em si mesmo, desconsiderando seu contexto.

Sobre isso, diria que:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa³.

Estas ferramentas implicam na identificação de fatores como as motivações que levam à publicação de determinadas temáticas e assuntos, os locais onde essa publicação ocorre dentro do periódico, linha editorial, autores e colaboradores, bem como grupos vinculados à publicação. A utilização da bibliografia referente à formação das alunas dos cursos de trabalhadoras sociais permitirá relacionar o conteúdo do periódico com o apresentado na formação destas profissionais, bem como as representações sobre a profissionalização da assistência e seu objeto de intervenção, a questão social.

O levantamento da rede de colaboradores envolvidos nas matérias e entrevistas possibilitará a identificar quais setores da sociedade civil e quais instituições estariam atuando de forma mais ativa e qual a correlação de forças existente entre os mesmos.

² LUCA, T. R. *História dos, nos e por meio dos Periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*, São Paulo: Editora Contexto, 2006. p.118.

³ *Ibidem*. p.139.

A partir deste levantamento será possível também estabelecer um paralelo entre as participações destes colaboradores em congressos, seminários e conferências e as ideias defendidas pelos mesmos nos espaços que lhes são cedidos no periódico ao longo do período.

Para acesso às publicações referentes aos congressos realizados no período e às discussões sobre as experiências de qualificação técnica, presentes nos cursos profissionais que emergiam, contei com o acervo da biblioteca do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)⁴, instituição com tradição de investimento na formação profissional de assistentes sociais e de registro histórico desta categoria. Sobre a criação desta instituição, Amaral Fontoura (1959) afirmou que esta ocorreu com o

objetivo de preparar a representação de nosso país em cada conferência, procurando evitar o triste espetáculo dos “turistas” que se metem nos congressos, sem nada levarem preparado (às vezes até sem nada entenderem do assunto), deixando mal o nome do nosso país perante as demais nações⁵.

Desta forma, a utilização do periódico como fonte desta pesquisa, aliada à análise do material referente à formação e aos eventos voltados para a questão social, possibilita identificar aspectos referentes aos campos da história da assistência, história da cultura, história das mulheres e história política, através da composição do mosaico que se materializa na publicação do mesmo. Dentro de nossa seara de pesquisa, serão priorizados os aspectos voltados para a história da assistência e história das mulheres, diretamente relacionados ao perfil profissional que se buscava difundir naquele período e como este investimento pode ser lido a partir da abertura de um espaço de trabalho formal e de impacto político para estas mulheres.

Para conseguir desenvolver os tópicos referentes à pesquisa, optei por dividir a dissertação em capítulos que compreendem três eixos distintos e complementares, oferecendo a possibilidade de reflexão sobre aspectos estratégicos para a análise das bases deste processo.

O primeiro capítulo, nomeado *Conceitos norteadores para compreensão da discussão sobre desajustamentos e ordenamento social*, tem, como sugere seu nome, a

⁴ O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) foi criado em 1946 como um comitê representativo da Conferência Internacional de Serviço Social, teve sua existência jurídico-administrativa reconhecida no Diário Oficial em 22 de agosto de 1957, ainda sob o nome de Centro Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social, tendo adotado a nomenclatura atual em 1966 (Disponível em: < <http://www.cbciss.org/> >).

⁵ FONTOURA, A. Introdução ao serviço social. Rio de Janeiro: Marcel Beerens, 1959. p.69.

função de apresentar os conceitos que foram fundamentais para a apreensão da categoria de questão social no período e seu subsequente uso para a organização da assistência à pobreza. Para tal, recorreremos às contribuições de Castel, Franco e Geremek para empreender uma breve apresentação do desenvolvimento histórico dos conceitos de pobreza e pauperização, evidenciando a importância da compreensão de como as alterações na percepção destes conceitos fornecem a tônica para a organização e prestação da assistência em determinado período e sociedade.

Na bibliografia produzida à época encontramos referências às formas de organização da assistência em outros países, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, como forma de buscar modelos que embasassem a constituição de um fazer próprio, condizente com a realidade brasileira. Com a intenção de compreender estes modelos, utilizamos parte deste capítulo para a análise do desenvolvimento de algumas estratégias de assistência à pobreza, encontradas em países europeus.

Por fim, abordamos a realidade brasileira nos períodos correspondentes à Primeira República e à ascensão de Getúlio Vargas ao poder, apresentando impressões sobre como a pobreza era compreendida nestes contextos.

Em resumo, este capítulo busca trazer elementos referentes às seguintes questões: a quem se destina a assistência? Qual sua função e impacto social? E como ela se encontra organizada nas experiências que influenciaram a organização da assistência brasileira?

O segundo capítulo é nomeado *A organização do Serviço Social: idéias e atores presentes no processo de institucionalização da profissão no primeiro governo Vargas* e, como o nome sugere, tem como objetivo contextualizar o desenvolvimento do aparato estatal de controle e prestação da assistência.

Com foco neste objetivo, este capítulo é organizado de modo a trazer contribuições para a compreensão de aspectos referentes à relação entre a intelectualidade e a ideologia presentes no pós-1930, discutindo sua importância no desenvolvimento do processo de *nation building* através, não só da legitimação no plano ideológico, como também na apresentação de propostas para organização do aparato estatal e também na condução deste.

O capítulo também se detém sobre a análise da importância da gestão Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, considerando que foi nesta que se efetivou a criação do Conselho Nacional de Serviço Social.

Desta forma, as questões centrais presentes neste capítulo são: quais as idéias que circulavam no período e que se apresentaram influenciando na organização do Serviço Social enquanto profissão? Em qual contexto se deu a criação do Conselho Nacional de Serviço Social? E quais atores tiveram papel central neste processo?

O último capítulo, intitulado *Formando trabalhadoras sociais: notas sobre a constituição de um perfil profissional*, é dedicado à discussão dos elementos presentes na constituição de um perfil desejado para as trabalhadoras sociais.

Utilizando produções feitas por assistentes sociais e outras personalidades vinculadas ao Serviço Social, este capítulo se pauta na discussão sobre o investimento realizado no interior do Serviço Social, com vistas à qualificação e ao direcionamento de profissionais e estudantes da área.

Os conceitos empregados para definição do Serviço Social e de seu objeto de intervenção, bem como a necessidade de valorizar a formação e escolaridade, são temas que são abordados neste capítulo, junto à discussão do perfil que se constituía à época.

As questões que aqui emergem são relacionadas à temática da identidade profissional, tais como: Que perfil se pretendia para as trabalhadoras sociais? Qual a formação ideal para elas? Qual imagem se pretendia veicular para a sociedade? Quais os debates que emergiam no período inicial desta organização?

Enfim, comparada a outras profissões, principalmente às inseridas na área da saúde, o serviço social ainda apresenta uma trajetória curta enquanto categoria técnico-profissional organizada institucionalmente. No entanto, ainda que recente, esta trajetória fornece elementos - através da análise de sua vinculação aos projetos de sociedade estabelecidos ou em disputa - que constituem um campo com grande potencial para a análise da importância da assistência a partir das demandas e ressignificações encontradas ao longo de sua história.

CAPÍTULO 1

Conceitos norteadores para compreensão da discussão sobre desajustamentos e ordenamento social.

Este capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos historicamente desenvolvidos de pobreza e pauperização, à luz de contribuições como as de Castel⁶ e Geremek⁷, evidenciando a importância da compreensão de como as alterações na percepção destes conceitos fornece a tônica para a organização e prestação da assistência em determinado período e sociedade.

Será sobre a intervenção do Serviço Social nesta seara, na cidade do Rio de Janeiro, então capital Federal, que esta pesquisa se deterá, buscando refletir sobre a apreensão da questão social, das formas de assistência que se apresentam para minorar seus impactos e da constituição de uma elite profissional que assuma o protagonismo técnico na intervenção junto a estas.

Analisando a bibliografia voltada para a formação em Serviço Social produzida no período, é possível identificar a definição da questão social como o cerne da atuação destas profissionais, cujos efeitos seriam percebidos e combatidos através dos desajustamentos que ela provocaria.

Sobre isso, Pinheiro diria:

A sociedade estabelece constantemente verdadeiros padrões mínimos de vida que devem ser atingidos pelos indivíduos dos diferentes grupos sociais. Quando a atividade do indivíduo ou da família se afasta dessa órbita, estabelecem-se os desajustamentos e conflitos consequentes⁸.

Desta forma, as expressões da questão social em suas diversas configurações eram compreendidas como desajustamentos a serem analisados e sobre os quais se deveria intervir a fim de que se restabelecesse a harmonia social.

A intervenção das assistentes sociais neste período, conforme veremos ao longo deste trabalho, será então desenvolvida a partir da concepção de atenuação ou

⁶ CASTEL, R. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; 9 edição, 2010.

⁷ GEREMEK, B. A piedade e a força: a história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1987.

⁸ PINHEIRO, M. E. Resumo histórico. In: _____. Serviço social: infância e juventude desvalida. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº. 1939. P.14.

eliminação destes desajustamentos quer seja através de medidas de caráter mais individualizante ou mais abrangente, através da participação em espaços de estudo e planejamento de ações e políticas voltadas para o público ao qual assistem.

A divisão em quatro diferentes eixos é utilizada neste capítulo como recurso metodológico que permite melhor delineamento das questões fundamentais para a discussão sobre a trajetória de profissionalização do Serviço Social, à luz das mudanças já referidas na compreensão sobre a pobreza e as formas de intervir junto a esta. Enquanto o primeiro item é utilizado para apresentação dos conceitos básicos referentes à pobreza, pauperização, questão social e assistência; os demais itens são focados no objetivo de apresentar as experiências de assistência nos países da Europa Ocidental que mais influenciaram na configuração da assistência no Brasil; na organização da assistência brasileira na Primeira República e; na configuração que foi adotada a partir da ascensão do governo Vargas.

Esta segmentação não tenciona imputar à análise deste quadro um caráter evolutivo, linearmente e deterministicamente direcionado. Na verdade, esta organização privilegia a exposição de conceitos e experiências que prevaleceram como emblemáticas no processo de construção coletiva nas sociedades abordadas ao longo dos períodos apresentados, permitindo, desta forma, melhor identificação e análise de suas características, similaridades e diferenças.

1.1) **Pobreza, pauperização e questão social**

A discussão sobre a construção de uma imagem de Serviço Social exige que seja despendido um esforço no sentido de estabelecer os conceitos básicos para a análise daquilo que configura a seara de intervenção das categorias atuantes neste escopo, ou seja, da questão social em suas diversas expressões e formas de enfrentamento.

Desta forma, é necessário privilegiar o desenvolvimento histórico da relação de assistência aos pobres no estabelecimento desta análise, considerando as variações referentes às formas de organização, classificação de quem seria alvo deste tipo de intervenção e seus impactos nas relações sociais.

Robert Castel sintetizaria a discussão sobre estes fatores, ao alegar que

“Assistir” abrange um conjunto extraordinariamente diversificado de práticas que se inscrevem, entretanto, numa estrutura comum

determinada pela existência de certas categorias de populações carentes e pela necessidade de atendê-las⁹.

Partindo desta premissa, alguns eixos se tornam fundamentais para a análise destas experiências, sendo o primeiro a definição do que é conceituado como “pobreza”.

Tendo ciência de que este é um termo que pode abranger diversas definições, de acordo com a sociedade e período estudado, acredito que situar a representação social da pobreza, ou seja, quem é considerado “pobre” e, portanto, necessitado da intervenção de outrem para manter sua subsistência, seja fundamental para compreender os elementos que orbitam na organização da assistência a este segmento da população nos casos apresentados.

Bronislaw Geremek (1987) nos provoca a reflexão sobre a multiplicidade de significados que os conceitos de pobre e pobreza adquiriram ao longo da Idade Média. Para o autor, esta multiplicidade impossibilitaria a identificação de um sentido único universalmente adotado para estes conceitos e que refletisse a realidade social. No entanto, sinaliza que durante este período ocorre uma gradual restrição do seu campo semântico, onde,

inicialmente, o termo parece designar todos os que não pertencem à elite privilegiada da sociedade feudal, com o tempo, o seu sentido vai tornando-se mais restrito e acaba por abarcar apenas os indivíduos que subsistem graças às esmolas ou à assistência social¹⁰.

Ainda segundo Geremek, à medida que estes termos vão assumindo uma associação mais direta à questão da desclassificação social e da miséria, eles passam a constituir um indicativo de um processo de pauperização, entendido como processo de deterioração da vida material, onde os indivíduos se encontram em situação onde necessitam de auxílio externo para obter o mínimo necessário para sua sobrevivência.

Castel também apresenta contribuição interessante para a compreensão da pobreza enquanto fenômeno social ao desenvolver os conceitos de sociabilidade primária e sociabilidade secundária, formulados pelo sociólogo Alain Caillé.

Para Castel, uma sociedade cuja organização se pauta na sociabilidade primária é uma sociedade organizada através da ligação de pertencimento entre os membros de um grupo, estabelecendo redes de interdependência sem a necessidade de instituições específicas atuando como mediadoras. Quando a relação de interdependência é rompida

⁹ CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. *op. cit.* P.47.

¹⁰ GEREMEK, B. A piedade e a força. *op. cit.* p.66.

por conta de fatores que levam o indivíduo a uma condição de dependência (tais como enfermidade ou acidente que incapacite o indivíduo para o trabalho ou, ainda, a questão da orfandade) ocorre o que Castel conceitua como desfiliação, sendo a mesma considerada uma ruptura das redes de integração primária. O autor ainda complementa alegando que:

Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e assegurar sua proteção¹¹.

A ocorrência de fatores que acarretem na desfiliação de um ou mais indivíduos, traz a esta comunidade a necessidade de distensão de sua sociabilidade primária, de modo que o grupo possa absorver e suprir as demandas e os impactos provenientes deste fenômeno, bem como buscar a remissão das condições que culminaram na desfiliação.

À medida que o desenvolvimento destas sociedades (e o conseqüente aumento na complexidade das estruturas e relações encontradas em seu interior) incide sobre o afrouxamento dos laços de sociabilidade primária, o atendimento das demandas associadas aos processos de pauperização e desfiliação passa a necessitar da organização de um aparato baseado no que Castel define como sociabilidade secundária, a qual

Se trata de sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir deste desatrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticadas¹².

Castel definiria ainda, cinco características formais pertencentes a esta modalidade de organização social. Considerando que são identificadas como formais, no sentido de que são reconhecidas como condições gerais de possibilidade de qualquer campo assistencial, as apresenta da seguinte forma: 1) construção de um conjunto de práticas de intervenção da sociedade sobre si mesma com função protetora, integradora e, posteriormente, preventiva; 2) existência nestas práticas de esboços de especialização e profissionalização futura; 3) tecnicização das práticas para avaliação das situações e

¹¹ CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. *op. cit.* p.51.

¹² *Ibidem.* p.57.

orientação das ações; 4) localização das práticas, ou seja, dos locais onde é prestada a assistência e; 5) definição de critérios para estabelecimento de quem são os assistidos e quem será rejeitado em sua demanda por assistência (onde podemos destacar a centralidade dos critérios de pertencimento comunitário e de inaptidão para o trabalho nesta distinção entre assistidos e não assistidos).

Mas estaria a determinação de quem seria classificado como pobre vinculada apenas ao aspecto material das relações sociais? Franco defende a necessidade de contemplar outros fatores nesta equação ao afirmar que

As definições do vocábulo na época moderna devem levar em conta, pelo menos, três considerações fundamentais: a questão material, afinal a pobreza tem um dado imediato que é a impossibilidade de se manter materialmente; os aspectos espirituais e religiosos que pulverizavam as noções e relativizavam bastante as ideias de riqueza e pobreza a partir de percepções individuais e coletivas; e, por fim, a hierarquia que imputava à qualidade do nascimento maior ou menor dignidade, escalonando, portanto, os diferentes graus de riqueza e pobreza¹³.

Os elementos apontados por Franco possibilitam enxergar as gradações presentes no espectro entre pobreza e riqueza, admitindo a existência de categorias intermediárias que, analisadas sob estes prismas, possibilitam a identificação de divisões que permitem melhor compreensão das diferentes imagens que lhe são imputadas e das formas de relacionamento que socialmente se estabeleciam com cada uma destas. É interessante observar que, apesar de pensados inicialmente para a análise da época moderna, estes elementos importantes para a compreensão destes conceitos que não se restringem a este período.

Tendo em vista a importância dos aspectos espirituais e religiosos vinculados à pobreza, convém retomar a divisão feita pelo teólogo e pensador social do século XII, Gerhoch Von Reichersberg, onde os pobres são enquadrados em duas categorias nomeadas como “Pobres com Pedro” e “Pobres com Lázaro”. A primeira denominação era atribuída àqueles que se encontravam em situação de pobreza voluntária, sendo dotados de certa aura de santidade e prestígio. Esta categoria de pobreza incluía o Clero e as ordens mendicantes. A segunda denominação era correspondente à população laica, objeto de assistência da igreja e de seus fiéis.

¹³ FRANCO, R. Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. (Tese de doutorado). São Paulo. Universidade de São Paulo, 2011. p. 13.

No que se refere à pobreza laica, podemos considerar que o escopo principal de desenvolvimento do aparato de assistência à pobreza se localiza entre as categorias de pobres inaptos para o trabalho e aptos a trabalhar, mas incapazes de assegurar sua subsistência. Dentro deste universo de assistidos, são direcionadas as preocupações e ações específicas, principalmente, ao suporte de idosos, viúvas, órfãos, pessoas acometidas por enfermidades físicas e/ou mentais e trabalhadores impossibilitados de trabalhar e suprir sua subsistência e a de sua família, quer seja por ter sido vitimado em algum acidente, quer seja por qualquer outro motivo.

Além destas categorias, ainda podemos identificar o segmento conhecido como “pobres envergonhados”, cuja designação é destinada aos membros empobrecidos da elite social. O atendimento aos indivíduos que passassem a ser reconhecidos como membros deste segmento é historicamente pautado pela solidariedade de classe e/ou corporativa e sua análise proporciona a oportunidade de compreensão de modelos de assistência cuja base reside na solidariedade entre iguais.

A ascensão do Estado moderno e do capitalismo, associados a um processo de industrialização dos meios de produção, trouxe nova perspectiva à pobreza e aos problemas relacionados à desigualdade entre ricos e pobres, passando a compreendê-los como expressões da questão social.

1.2) A pobreza e assistência na história das sociedades europeias

As experiências europeias de assistência à pobreza são consideradas influências importantes no estudo histórico da organização da assistência prestada no Brasil, sendo encontradas referências a estas influências em obras que se detenham sobre a análise desta temática, tais como as utilizadas no corpo desta dissertação. Recorrendo mais uma vez a Castel, podemos compreender que a necessidade de sua análise se dá por conta do reconhecimento de que:

As disputas contemporâneas da assistência ainda são constituídas em torno de coordenadas de que só se percebe o sentido quando relacionadas com as situações históricas em cujo seio se constituíram desde a Idade Média. A segunda razão decorre do fato de que essa configuração assistencial interferiu e continua interferindo (para, ao mesmo tempo, assumi-la em parte e ocultá-la) na outra grande face da questão social que é, sobretudo, a problemática do trabalho e cuja emergência é mais tardia¹⁴.

¹⁴ CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. *op. cit.* p.47-48.

A compreensão deste ponto é fundamental para que não incorramos no equívoco de considerar que a organização da assistência aos pobres tem seu início na Idade Moderna, desconsiderando as ações e discussões presentes na Idade Média, fundamentais para a reflexão sobre a identificação e controle dos indivíduos que necessitavam de assistência, tal qual o estabelecimento de modelos de caridade discriminatória.

Outro equívoco a ser evitado é a generalização da assistência à pobreza prestada nos países europeus, enquadrando-a em um bloco uniforme e monolítico, desconsiderando suas particularidades e assumindo uma perspectiva pautada em uma “identidade europeia” ainda inexistente no período. Desta forma, é fundamental considerar a diversidade encontrada nas realidades vivenciadas nestes países e compreender que cada um destes apresentou um desenvolvimento distinto de aparatos e estratégias próprios para o enfrentamento das questões e conflitos que exigiam respostas do Estado e da sociedade civil como um todo.

Tendo estas questões em mente e ciente de que a apresentação da análise de apenas uma das experiências encontradas nos países da Europa já exigiria um extenso e complexo estudo, pretendo realizar uma breve abordagem que privilegie alguns aspectos específicos das experiências ocorridas na Europa Ocidental, com maior ênfase aos modelos desenvolvidos historicamente nos estados germânicos e italianos, na França e na Inglaterra, buscando identificar e compreender os fatores presentes nelas que tiveram maior impacto sobre a assistência prestada em solo brasileiro.

Conforme temos observado ao longo deste trabalho, discutir os sistemas de assistência implica na discussão sobre as relações sociais, culturais e econômicas que se estabelecem em determinada sociedade ao longo do tempo. Neste aspecto, podemos recorrer à contribuição de Sandra Cavallo para empreender uma análise sobre esta relação entre as elites e a assistência a partir de uma abordagem pautada no enfoque das características sociais dos diversos atores envolvidos no auxílio aos pobres e doentes, considerando primordiais dois fatores: primeiro, os relacionamentos entre as elites locais, conectando diferentes grupos de influência; e, segundo, os laços verticais que unem os grupos socialmente dominantes e as classes trabalhadoras¹⁵.

A autora defende a afirmativa de que, ainda que a cronologia padrão aponte a importância do aspecto religioso na atenção à pobreza, a constituição de uma densa rede

¹⁵ CAVALLO, S. Charity, Power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals: the case of Turin. IN: GRANSHAW, L. et PORTER, R. The Hospital in history. London/New York: Routledge, 1989. p.95

de caridade é responsabilidade de grupos de leigos, mesmo que com alguma vinculação religiosa, sendo, portanto, importante dedicar maior atenção ao papel dos benfeitores privados, prestígio, influência social e competição entre indivíduos e grupos através das ações de caridade.

Sobre esta questão, é interessante nos determos um pouco sobre o conteúdo que Isabel Sá¹⁶ apresenta em seu trabalho *Quando o rico se faz pobre*, onde discute a experiência das misericórdias¹⁷, caracterizadas como instituições de leigos com conteúdo devocional, e a partir desta experiência apresenta a assistência/atenção aos pobres como um elemento legitimador do poder das elites locais e como lugar de padronização da prática da caridade.

A participação em instituições como misericórdias e confrarias se dava através de uma estrutura hierarquizada, que fazia distinção entre os seus membros (os considerados de primeira qualidade eram pertencentes à nobreza e os de outras categorias, como mestres artesãos e mercadores, eram dignados de segunda qualidade) e desenvolvia suas ações a partir de relações clientelares. Esta participação também possibilitaria aos membros da misericórdia e confrarias o exercício da humildade através da sua doação ao trabalho com os pobres e os privilégios que a dedicação a este trabalho lhes traria econômica e socialmente.

Para Cavallo, a conexão entre auxílio aos pobres e privilégio era obviamente, uma característica da caridade encontrada desde as sociedades do Antigo Regime e estava associada a um conceito de pobreza relativa, no qual além do grau de dificuldade de manutenção do indivíduo e/ou de seu grupo familiar, também contavam, como fatores que influenciavam na decisão sobre o fornecimento do auxílio, o status, a capacidade de pressão de determinados grupos e a relação de proteção na qual o solicitante poderia estar inserido.

Em sua discussão sobre a organização da rede de caridade, Cavallo afirma que as ações de controle de um sistema de assistência à pobreza por parte do Estado teriam obtido maior expressão a partir do século XVII, tendo como preocupação central distinguir entre os pobres aqueles que são ou não merecedores, a fim de designar as medidas cabíveis a cada um dos dois grupos. Ressalta, no entanto, que, mesmo quando

¹⁶ Cf. SÁ, I dos G. *Quando o Rico se faz pobre*. Lisboa: Comissão Nacional para comemoração de descobrimentos portugueses, 1997.

¹⁷ O modelo de assistência prestado pelas misericórdias foi implementado no Brasil, a partir de 1539 com a inauguração da primeira Santa Casa de Misericórdia em Olinda. Este modelo persiste ainda hoje atuando de forma complementar às instituições geridas pelo Estado.

o controle do Estado sobre as instituições foi reforçado, a caridade privada muitas vezes permaneceu a principal fonte de financiamento para a prestação de caridade¹⁸.

Privilegiando os hospitais como um microcosmo social, Cavallo empreende, “colocando uma lente de aumento” sobre os hospitais de caridade de Turin, uma análise das correlações de poder entre as elites antiga e nova, suas motivações para desenvolvimento da caridade e sua influência na definição de suas funções dentro desta lógica.

O investimento dos benfeitores nos hospitais possibilitou que estes e suas famílias passassem a ter controle dos leitos, em caráter perpétuo, constituindo um legado, além dos benefícios sociais e econômicos já discutidos anteriormente. Esta nova forma de caridade garantiu ao doador e sua família o controle direto e permanente sobre o uso da doação, e isso provavelmente explica o crescimento muito substancial em legados e doações que o hospital passa a receber.

A princípio esta lógica estava associada à distribuição dos leitos para incuráveis¹⁹, o que explica a velocidade maior no crescimento do número deste tipo de leito nas unidades hospitalares. No entanto, após 1780, com o decréscimo dos leitos para incuráveis, os benfeitores passam a controlar também os leitos para curáveis.

Sintetizando a questão, Cavallo afirma que a filantropia se encontra neste período inspirada por aspirações seculares e marcada pela racionalidade, de forma que:

Os fatores de prestígio, influência e concorrência entre os grupos sociais fornecem a melhor explicação para as tendências em doações de caridade. No entanto, devemos considerar também os interesses econômicos específicos no trabalho. Se examinarmos as formas tomadas por doações de caridade e do teor dos contratos que definem os termos do acordo entre o hospital e o benfeitor, podemos ver como o ato de caridade nem sempre foi um processo de mão única, mas muitas vezes envolveu uma troca mais complexa em que o benfeitor obtinha (em troca de suas doações) o privilégio de aproveitar a disponibilidade de empréstimos e oportunidades de investimento oferecidas pelo hospital²⁰.

Cavallo ainda mostra que, mesmo com a dependência econômica dos hospitais frente à caridade privada, e o conseqüente uso de seus leitos para exercício de influência, em Turin, os hospitais da caridade puderam definir desde sua fundação suas

¹⁸ CAVALLO, S. Charity, Power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals. *op. cit.* p.94.

¹⁹ Por incuráveis eram entendidos aqueles que possuíam doenças crônicas ou que apresentassem outros fatores que justificassem a permanência em enfermaria no período. Fatores estes que não poderiam ser “curados” através da intervenção médica.

²⁰ CAVALLO, S. Charity, Power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals. *op. cit.* p.108.

funções, a exemplo do Hospital de San Giovanni, que não se tornou nem um abrigo para todos os pobres, nem um hospital para o atendimento de doentes crônicos, tendo sua ala para curáveis administrada pela equipe médica e supervisionada pelo conselho diretor da unidade. A autora define esta experiência como um exemplo precoce de medicalização através da valorização da importância do trabalho e da opinião dos médicos, possibilitando a criação de quadros profissionais no seio institucional.

Sobre a passagem da administração da caridade às mãos do Estado, Cavallo afirma que a mesma é considerada em si um sinal de progresso e racionalização, porém, ressalta que

Esta mudança deve, na realidade, ser vista como a substituição de uma elite velha por uma nova, e como a afirmação de um novo grupo social. Neste caso, temos os funcionários do Estado que concentram o poder em suas mãos que tinha sido previamente dividido de uma forma mais complexa entre meios diferentes²¹.

Podemos iniciar a reflexão sobre os impactos desta inserção do Estado na administração da assistência, a partir da análise da experiência inglesa, com a constituição do sistema de assistência baseado na Lei dos Pobres (*Poor Law*).

Para Cláudia Viscardi,

Provavelmente, o que levou os historiadores a datar o século XVI como marco divisório das formas menos e mais racionais de assistência foi a criação da Lei dos Pobres na Inglaterra, em 1531, prevendo a cobrança de uma taxa a ser paga pela população (*poor rate*) e destinada à ajuda aos pobres²².

Bernard Harris²³ empreende uma análise sobre o estabelecimento desta política de assistência, que, baseada nas contribuições de Jane Lewis, se divide em três etapas: 1) A análise do papel desempenhado pela caridade nas críticas à velha Lei dos Pobres no período entre 1750 e 1834; 2) As contribuições feitas pela caridade ao alívio da pobreza entre 1834 e 1870 e; 3) As alterações na relação entre caridade e Estado de bem-estar durante a "cruzada contra a ajuda não regulamentada" (*outdoor relief*) e a subsequente expansão da prestação de serviços sociais pelo Estado entre 1870 e 1914.

A coexistência das práticas de assistência vinculadas à caridade e as desenvolvidas pelo Estado permanece como elemento significativo a ser considerado,

²¹ *Ibidem.* p.117.

²² VISCARDI, C.M.R. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. In: Hist. Cienc. Saud. – Manguinhos, Dez. 2011, Vol. 18, Sup 1. p.183.

²³ Cf. HARRIS, B. Charity and Poor Relief in England and Wales, Circa 1750-1914. IN: HARRIS, B. and BRIDGEN, P. Charity and mutual aid in Europe and North America since 1800. London/New York: Routledge, 2007.

sendo a tônica da discussão realizada por Harris. O autor apresenta uma aproximação destas duas instâncias nos decretos de 1597 e 1601 da Lei dos Pobres, os quais davam aos responsáveis pelas paróquias o direito de cobrar taxas de todo habitante ou ocupante de terra e fazê-lo responsável por “colocar o pobre para trabalhar”, manter os incapazes para o labor e garantir aprendizagem para as crianças pobres.

À medida que o custo para manutenção deste sistema aumenta, as críticas a ele e as pressões para sua reforma também se intensificam. Três questões emergem como centrais nas críticas apresentadas:

A primeira diz respeito à alegação de que a Lei dos Pobres seria um fator desestimulante do trabalho, enfraquecedor da esperança e destruidor do medo, pois, o pobre sabia que se ele trabalhasse, seus esforços seriam usados para sustentar outros e, ele encontraria sustento a partir dos esforços de outros, caso não estivesse trabalhando.

A segunda dizia respeito à obrigatoriedade da contribuição através das taxas, que alterava não só a relação que se estabelecia entre doador e receptor através da caridade, como também desestimulava a caridade voluntária devido o aumento dos gastos de quem a ela se dedicava.

A terceira questão está diretamente associada à interferência sobre a dinâmica da economia da salvação, pois, a caridade compulsória e impessoal impedia que se estabelecesse através da doação a remissão dos pecados do doador, como preconizado na tradição cristã da caridade.

Outra preocupação dos críticos à Lei dos Pobres era que o auxílio prestado fosse entendido pelos pobres como um direito, não mais associado à necessidade de bom comportamento. Na visão dos críticos, isso poderia ser prejudicial à organização da estrutura social, pois, segundo Joseph Townsend, o fornecimento de uma provisão fixa, certa e constante tenderia a destruir a harmonia e beleza, a simetria e ordem do sistema, sobre o qual Deus e a natureza estabilizaram o mundo²⁴.

A preocupação com estes fatores influencia no desenvolvimento da caridade, em um caráter complementar à Lei dos Pobres, como alternativa para diminuir a dependência dos pobres do auxílio fornecido pelo Estado, através de ações como projetos de incentivo à aprendizagem.

²⁴ Townsend apud Harris In HARRIS, B. Charity and Poor Relief in England and Wales, Circa 1750-1914. op. cit. p. 21.

Persistiram, no entanto as propostas de abolição e reformulação da *Poor Law*, sendo implementada em 1834 a revisão que visava a aplicação de regras mais restritivas para acesso ao auxílio e a diminuição das taxas cobradas para sua manutenção.

Viscardi definiria as alterações ocorridas nesta reformulação da seguinte maneira

A reforma de 1834 implicou a redução dos investimentos estatais, tornando a Lei dos Pobres menos inclusiva. Sua principal mudança, porém, foi enrijecer ainda mais a separação entre os pobres merecedores e os não merecedores da assistência. A partir de então excluíram-se dos socorros todos os trabalhadores aptos, mesmo aqueles que não se encontrassem desempregados por opção, mas por falta de postos de trabalho. Dessa forma, passaram a receber ajuda apenas os miseráveis, indigentes e inválidos. Para os recalcitrantes, restavam as *workhouses* (casas de trabalho, muito semelhantes a asilos e orfanatos), que funcionavam como alternativa derradeira. Lá se trabalhava arduamente, sob rígida disciplina e em condições humilhantes; a dieta era magra, e as acomodações, espartanas²⁵.

A forma encontrada para burlar estas restrições foi a fundação de sociedades de mendicância que, ao contrário das autoridades vinculadas à Lei dos Pobres, contemplavam com auxílios aqueles que eram considerados merecedores. Retomando os critérios de avaliação e seleção que a Lei dos Pobres tentara superar.

Desta forma, podemos constatar que persiste a disputa por um modelo de atenção à pobreza, entre os defensores da caridade privada e da assistência estatal, considerada “caridade legal”²⁶. Esta disputa por espaço se reflete na proliferação de instituições e indivíduos que se dedicaram ao exercício da caridade em sua modalidade privada, bem como na preocupação com a sistematização destas ações.

Harris sinaliza que durante a década de 1860 houve aumento expressivo das críticas ao modo “assistemático e indiscriminado” que as instituições de caridade estavam operando. Estes críticos alegavam que a caridade era prestada por estas instituições e indivíduos sem devida investigação ou julgamento referente a quem solicitava a assistência. Também alegavam que a falta de coordenação de esforços entre estas instituições possibilitava que os receptores da caridade a recebessem em vários lugares, diminuindo as oportunidades de que estes recursos alcançassem uma parcela maior daqueles considerados necessitados desta intervenção para sua subsistência.

Estas questões motivaram o desenvolvimento de instituições como a Sociedade de Organização da Caridade (*Charity Organisation Society*) cuja preocupação seria a

²⁵ VISCARDI, C.M.R. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *op. cit.* p.186.

²⁶ *Ibidem*.

organização destes esforços no sentido de fornecer à caridade um caráter mais discriminatório e reprimir a mendicância, desempenhando assim a assistência de forma mais efetiva.

Também motivaram, a partir de 1870, a “cruzada contra a ajuda não regulamentada” (*outdoor relief*), que teve como marco a emissão pela Mesa Diretora Local de uma circular proibindo a distribuição de auxílios não regulamentados a homens e mulheres aptos para trabalhar, mulheres abandonadas pelos maridos a menos de doze meses e viúvas sem problemas de saúde com apenas uma criança. Dizia também que a ajuda não regulamentada só deveria ser fornecida após os solicitantes terem sido visitados por um “Oficial de Ajuda” (*relieving officer*), sendo fornecida apenas por um período de três meses.

A ênfase dada pela Sociedade de Organização da Caridade ao aspecto científico da prática caritativa contrastava drasticamente dos conceitos nos quais se baseava a caridade voluntária. Esse contraste explica seu insucesso em obter maior inserção e apoio junto aos indivíduos e instituições que estavam relacionados a esta modalidade de caridade.

No que tange à assistência médica aos pobres, podemos observar a partir da obra de Harris que, a reforma da Lei dos Pobres ocorrida em 1834 acabou negligenciando esta modalidade de assistência, no entanto, o ato de alteração de 1867 retoma a sua importância ao instituir uma autoridade administrativa (*Metropolitan Asylums Board*) responsável por supervisionar os serviços médicos a ela vinculados. Outro ponto importante referente à assistência médica aos pobres é encontrado no ato de 1885, que diferenciava os assistidos no sistema médico vinculado à lei dos pobres e os que a ela recorriam para assistência não médica, contemplando critérios e sanções diferentes para cada um destes segmentos.

Porém, esta não constituiu a única forma de prestação de assistência médica aos pobres na Inglaterra moderna, sendo necessário recorrer ao trabalho de Roy Porter para melhor discussão desta seara, posto que, os dois autores trabalham com a perspectiva de que a caridade era considerada um dever cívico naquele período, sendo o hospital um espaço privilegiado para seu exercício.

Para Porter o hospital é considerado a resposta para o dilema entre a importância da caridade voluntária em âmbito social e individual (com suas dimensões de status e religiosidade) e a necessidade de sua racionalização e/ou organização. Isto se daria, a partir de sua conformação pautada na ênfase da sua natureza médica e seu

distanciamento do caráter asilar dos hospitais para pobres indigentes vinculados à Lei dos Pobres²⁷.

O espaço do hospital voluntário também configura um *locus* para desenvolvimento da caridade sem as amarras impostas pela Lei dos Pobres e sem os riscos de que a caridade praticada de forma individual fosse mal direcionada ou aproveitada.

Dentro do espírito da filantropia cristã, a enfermaria do hospital voluntário se constituiu em um espaço cuja função era, não só a cura dos doentes, como também atuar como “bálsamo social”²⁸, responsável por “lançar um manto de caridade sobre os ossos da pobreza e da repressão nua”²⁹. No entanto, assim como a análise do caso italiano, também se deve considerar que além da valorização do encontro entre pobres e ricos proporcionado pelo desenvolvimento da filantropia através dos hospitais voluntários, também fazia parte das inquietações presentes a atenuação de possíveis conflitos entre as classes sociais e o investimento na saúde como forma de manutenção de força de trabalho, bem como a prevenção de gastos posteriores referentes à inaptidão para o trabalho por conta do adoecimento.

Sendo importante a propagação da ideia de integração através do escopo destas ações de caridade (principalmente quando a Lei dos Pobres assume um caráter mais restritivo e coercitivo) se percebe a preocupação em dar visibilidade e destaque às ações que comprovam a benevolência da elite junto aos pobres.

Esta relação entre a caridade institucionalizada através da lei dos pobres e a filantropia desenvolvida nos hospitais ainda apresentaria a vantagem para os beneméritos ao conciliar as duas formas de assistência, disciplinando através das Casas de Trabalho (*workhouses*) e praticando a caridade em seu caráter fraternal nos hospitais.

As doações para os hospitais voluntários ingleses neste período vinham de variadas fontes, concedendo uma gradação de privilégios aos doadores, compatível com o que estes ofereciam em doação. Segundo esta lógica, doações substanciais possibilitavam ao doador se tornar um dos administradores, ou provedores, com direito a assento no conselho diretor; ofertas menores dariam menos direitos com relação à indicação de pacientes a serem admitidos ou não no hospital.

²⁷ PORTER, R. The gift relation: philanthropy and provincial hospital in eighteenth-century England. IN: GRANSHAW, L. et PORTER, R. The Hospital in history. London/New York: Routledge, 1989.p. 150.

²⁸ *Ibidem.* p. 151.

²⁹ *Ibidem.* p. 152.

Ainda que recebessem um pagamento simbólico, o tempo dedicado por médicos e cirurgiões era também considerado uma doação, que lhes proporcionava, além de alguns privilégios, status e a possibilidade de interação com a elite vinculada à filantropia e outros profissionais com os quais poderiam trocar experiências.

Para Porter, a enfermaria se tornou uma manifestação orgulhosa de espírito cívico e conquista em uma época em que, com a expansão da economia urbana, os cidadãos podiam se dar ao luxo de doar mais para a caridade, demonstrando que eles não eram ávidos por dinheiro, e sim participantes de uma competitiva, cosmopolita e elegante cultura da ciência, da benevolência, e da humanidade, da qual a enfermaria era considerada a fina flor.

O autor ainda afirma que a enfermaria também foi a expressão de um movimento mais amplo de renovação institucional, onde as associações de cavalheiros e cidadãos passaram a se aglutinar para enfrentar os desafios que as instituições tradicionais como o parlamento, a igreja e as corporações urbanas e médicas (que na opinião de Porter, tinham se desenvolvido intransigentes, torpes e oligárquicas) eram incapazes de enfrentar, como por exemplo, nas cidades em expansão a demanda por melhor pavimentação, iluminação e drenagem.

Sobre a experiência francesa, Viscardi afirma que

O caso francês mantinha também algumas especificidades e analogias com o inglês. No período pré-revolucionário os recursos para a assistência pública provinham de um fundo nacional controlado pelo Estado, distribuído entre as variadas localidades. Muito embora após a revolução tenha havido iniciativas com o propósito de centralizar a distribuição desses recursos, eles continuaram a ser controlados pelos chefes locais, proprietários de terra que aduziam ao fundo seus próprios recursos³⁰.

Carro define o modelo francês como um sistema fundado sobre o princípio de solidariedade social, composto por um conjunto de dispositivos de intervenção relativamente autônomos, tanto no que tange às suas finalidades, quanto em sua construção jurídica e financiamento³¹. A autora defende que neste modelo, a assistência pública é vista como forma de defesa da coletividade frente à ameaça de desagregação dos segmentos da população que se encontrava em uma faixa de “perigo social”. A autora apresenta como exemplo de instituição criada para atuação neste viés o Grande

³⁰ VISCARDI, C.M.R. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *op. cit.* p.185.

³¹ CARRO, S. M. Assistência Social no universo da proteção social: Brasil, França Argentina. (Tese de doutorado). São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. p.33.

Ofício dos Pobres de Paris, instituído em 1544, para assumir o direcionamento social das camadas consideradas em situação de perigo.

O retrato das condições de vida dos pobres franceses, apresentado por Gonçalves, nos permite compreender melhor a que perigo estavam expostos no período, uma vez que:

Vivendo em situação limite, apenas com o necessário, mesmo em período de pleno emprego, a pobreza era a norma. Assim, qualquer rompimento no frágil equilíbrio entre uma pobreza aceita como inevitável e uma miséria generalizada, toma a dimensão de um grande desastre. O clima, as epidemias, tanto nos seres humanos quanto nos animais, a privação constante do salário, esquemas rígidos de emprego nas cidades, e um estatuto injusto que reduzia a capacidade do camponês para reter o produto de seu trabalho, engendram uma miséria generalizada³².

Ou seja, assim como na Inglaterra e em outros países, a pobreza era uma constante que, considerada um fato natural condizente com uma lógica cristã de organização do mundo, submetia uma parcela cada vez maior da população a condições de vulnerabilidade que poderiam se agravar de acordo com os diversos fatores de risco que se encontravam ao seu redor.

A interpretação da pobreza como fenômeno econômico e social e a compreensão de que ela constitui matéria de responsabilidade do Estado são assumidas como bandeiras centrais na revolução francesa e se estabelecem a partir da mediação de três variáveis: a perda progressiva da piedade e diminuição das ações de caridade durante o século XVIII; a ascensão das ideias iluministas; e o próprio movimento de destruição de privilégios e busca pela instauração de uma sociedade de indivíduos, presente nas bases da revolução³³.

O aumento dos índices de pobres e miseráveis, associado ao crescimento populacional e aumento das cidades, coloque em xeque as ações de caridade privada, que pouco ou nada podem fazer para contenção destes índices, pois, além de insuficiente para atender ao número de solicitantes, também se encontrava mal distribuída. É neste contexto que se observa a acentuação do sentimento de que era necessário que o Estado passasse a intervir nas livres atividades da economia³⁴.

³² GONÇALVES, J.W. A revolução francesa e a invenção social da pobreza. Biblos, Rio Grande, v. 23. 2009. p.10-11.

³³ *Ibidem*. p. 10.

³⁴ *Ibidem*. p. 17.

Um marco crucial para o entendimento da organização da assistência social francesa, a partir dos pressupostos da assistência pública, é a promulgação da Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão, em 1789. Este documento, inspirado na revolução estadunidense de 1776 e nas ideias iluministas, sintetizou os ideais da primeira fase da Revolução Francesa e estabelece a igualdade como direito natural imprescritível, vinculado à noção de solidariedade social. Com a proclamação da república em 1793, uma nova declaração é aprovada, mantendo o direito à igualdade e ampliando o rol de direitos reconhecidos, de forma a contemplar também entre estes a assistência, trabalho e instrução.

A partir destes avanços, associados à Revolução Francesa, a pobreza se torna politizável, ou seja, abandona a privacidade das condutas assistencialistas e passa ao plano do espaço público³⁵.

As alterações nas relações de trabalho trazidas pela Revolução Industrial repercutiram nas relações sociais, incidindo também sobre a organização da assistência francesa, culminando em um processo de segregação espacial e social, exigindo uma alteração nas formas de lidar com os segmentos da população que necessitassem dessa assistência.

A organização de um sistema de proteção social francês passa então a contar com duas frentes: a seguridade social e a assistência social. Esta divisão possibilita a compreensão de que, no caso francês, a assistência social é entendida como uma política não pertencente ao escopo da seguridade.

A compreensão sobre a forma como estas duas frentes se caracterizam e relacionam pode ser melhor compreendida a partir da contribuição de Carro, quando a mesma discorre que

A seguridade social na França desenvolveu-se paralelamente à emergência do trabalho assalariado para reduzir os riscos de uma perda de salário como consequência de acidentes, desemprego, ou velhice. Em termos gerais, exprimiu a necessidade de instaurar uma proteção que permitisse a cada trabalhador constituir uma renda de substituição sobre a base de contribuições prévias. A lógica de seguridade, inicialmente limitada à proteção individual, foi progressivamente aplicada aos sistemas coletivos de seguridade social³⁶.

³⁵ *Ibidem.* p. 20.

³⁶ CARRO, S. M. Assistência Social no universo da proteção social: Brasil, França Argentina. op. cit. p.33.

Ou seja, a lógica de um seguro social, ainda sem caráter obrigatório³⁷, baseado nos conceitos de risco social e de mutualismo é adotada como alternativa de proteção destinada ao segmento da população cuja subsistência e identidade são associadas ao trabalho.

Continuando a análise dos eixos do sistema de proteção social francês, a autora dirá que

A assistência social na França foi se distinguindo de outras formas de proteção por constituir seus fundamentos em prestações sem contrapartida para os seus beneficiários. As prestações sem contrapartida referem-se a todas as prestações monetárias ou não monetárias que constituem obrigação para as coletividades públicas e que são destinadas aos beneficiários em face de uma necessidade³⁸.

A distinção entre estas modalidades de atenção à pobreza e seus assistidos pode ser sintetizada na consideração de que a intervenção realizada junto aos inscritos na seguridade social era pautada na concepção de direito vinculado à condição laboral, enquanto a intervenção junto aos usuários da assistência se situava entre as noções moralizantes e de solidariedade social, sendo a assistência aos mais necessitados um dever e ao mesmo tempo uma forma de controle destas categorias que se encontravam no limiar do perigo.

O período da Terceira República Francesa merece destaque na análise histórica da organização da assistência, posto que, nele, são promulgadas as primeiras leis de assistência pública, tendo como prioridade a intervenção junto às crianças maltratadas e moralmente abandonadas, a assistência médica gratuita, mulheres grávidas e famílias numerosas.

Neste período, mais especificamente nas últimas décadas do século XIX, também

Organizaram-se e controlaram-se as formas de intervenção social já institucionalizadas e associadas à benemerência e à Igreja Católica. Cria-se a direção de Assistência e Higiene, em 1886; implanta-se um corpo de inspetores gerais, em 1887; e instala-se um Conselho Superior de Assistência Pública, entre 1888 e 1893, a partir do qual associou-se uma oficina de assistência em cada comuna³⁹.

³⁷ Conforme a autora, a França só passa a ter um seguro obrigatório cobrindo os riscos de doença, invalidez e velhice no período entre 1928 e 1930. Entretanto, a assistência pública nacional teria contado com a implantação de um dispositivo que perdurou até depois das leis de seguros sociais (CARRO, 2008, p.44).

³⁸ CARRO, S. M. Assistência Social no universo da proteção social: Brasil, França Argentina. op. cit. p.33.

³⁹ *Ibidem*.

Paul Weindling⁴⁰ também discute a modernização da caridade, através das experiências desenvolvidas na França e Alemanha do século XVIII. Sobre isso, afirma que as bases financeiras do bem-estar (*welfare*) expandidas com a industrialização, não correspondem a uma correlação simples entre o crescimento industrial e novas formas de assistência médica em uma base socializada e sim a um complexo processo envolvendo questões políticas e sociais.

A experiência alemã é dividida por Weindling em três etapas: A primeira corresponde às iniciativas autônomas; a segunda corresponde à aglutinação das instituições de caridade em ligas patrióticas durante a década de 1890; a terceira, ocorrida a partir da década de 1920, corresponde ao período em que trabalhadores sociais qualificados e especialistas médicos assumem o gerenciamento dos serviços de bem-estar tanto no âmbito estatal quanto no âmbito da caridade privada.

Ao comparar os sistemas francês e alemão e seus respectivos modelos de Assistência Pública e Seguro-doença, Weindling assinala o contraste entre a organização do auxílio aos pobres administrada pelo Estado e os sistemas financiados por empregados e empregadores, estabelecendo como chave para a análise dos dois sistemas as reformas francesas pautadas nos direitos políticos e o sistema alemão baseado na centralidade do aspecto econômico.

Ambos os sistemas foram constituídos com o objetivo de integração da classe trabalhadora, porém se mostraram inadequados para dar conta de questões referentes às famílias dos trabalhadores, aos casos de maternidade e às áreas rurais. As respostas para estas questões surgiram através do investimento francês na provisão de serviços médicos na área rural e as medidas voltadas para o atendimento da maternidade e da infância nos dois países.

A exposição, ainda que breve e pontual, das experiências de assistência à pobreza nos países da Europa Ocidental possibilitam interpretar o quadro em que se desenvolveram as relações entre a caridade, filantropia e assistência estatal ao longo do período de ascensão e consolidação do Estado moderno, de modo a superar a errônea e tão divulgada concepção de incompatibilidade e sucessão destas modalidades de atenção à pobreza.

⁴⁰ WEINDLING, P. The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany. IN: BARRY, J. and JONES, C. Medicine and charity before the welfare state. London/New York: Routledge, 1991.

A compreensão das correlações de forças entre as elites e a ascensão de novos atores sociais, vinculados à burocracia estatal e à profissionalização da assistência, emergem como fatores vinculados ao aumento da demanda por esta assistência e a necessidade de melhor identificação de quem deveria ser alvo de sua intervenção.

Também é importante destacar que as alterações na esfera do trabalho podem ser consideradas como tônica para a discussão da assistência tanto na esfera de quem prestava seus serviços, quanto na esfera de quem os recebia. Ou seja, assim como a prestação da assistência ao longo deste período requereu o investimento na qualificação e profissionalização dos envolvidos em suas atividades, também possibilitou alterações no entendimento da pobreza relativa de modo a atingir o reconhecimento da necessidade de estender a assistência prestada ao trabalhador e sua família, provocando alterações nas formas de entendê-la e de organizá-la.

A importância desta mudança é destacada por Viscardi quando a mesma alega que

A partir do momento em que se entendeu que as causas da pobreza eram resultantes do contexto econômico e social e que a caridade privada era insuficiente para resolvê-las, estabeleceu-se um consenso em torno da obrigação do Estado como provedor de assistência efetiva, consenso fundamental para o estabelecimento do Welfare State britânico do século XX. Tal postura revelava uma mudança de mentalidade em relação ao problema⁴¹.

A análise destes fatores, presentes ao longo da trajetória de organização da assistência nos países aqui apresentados, possibilita a identificação de discussões e características que se fazem presentes na história da assistência à pobreza no Brasil, nos auxiliando a refletir sobre a forma como estas ideias são compreendidas, analisadas e, em alguns aspectos, adaptadas à realidade brasileira ao longo do período no qual esta pesquisa se concentra.

1.3) Pobreza e assistência no Brasil da Primeira República

Convém iniciar a análise do processo de constituição de um aparato estatal de assistência no Brasil a partir das alterações ocorridas no bojo desta sociedade durante a Primeira República. Alterações estas que incidiram diretamente nas formas de enxergar a pobreza e o trabalho, bem como nas estratégias para organização da sociedade e

⁴¹ VISCARDI, C.M.R. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *op. cit.* p.187.

diminuição das vulnerabilidades que emergiam e/ou se agudizavam em decorrência destas mudanças.

Ainda que durante a Primeira República o predomínio na economia brasileira fosse da agricultura, o crescimento da indústria apresentou um impacto nas relações sociais e econômicas que não pode ser ignorado. A preocupação com um processo de expansão das cidades e de modernização do país, a exemplo dos casos europeus, nortearia as discussões das elites e intelectuais, mobilizando instituições e personalidades para o reordenamento social rumo à modernidade capitalista.

A preocupação em organizar esta sociedade passa então por três pilares que são centrais em nossa pesquisa: a pobreza, o trabalho e a saúde.

Mas a que pobreza nos referimos neste período? E de que forma esta é socialmente e culturalmente qualificada ou desqualificada?

A pobreza urbana na primeira fase do período republicano apresenta como característica de sua composição a presença expressiva de ex-escravos e de descendentes destes, além de imigrantes (vindos principalmente da Europa), e uma massa de migrantes que rumaram dos campos para as cidades em busca de oportunidades nos espaços que se abriam na indústria e comércio.

O segmento pobre que advinha de relações escravistas convivia com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, que lhe relegava a situações de desemprego crônico ou à busca por trabalhos não remunerados junto a famílias ricas.

No caso dos imigrantes, havia as dificuldades referentes às condições de trabalho, à desterritorialização, ao preconceito e ao medo de que os estes difundissem ideias de cunho socialista e/ou anarquista em nossa sociedade.

A concentração destes atores sociais e as trocas relacionais que advém destes encontros neste período de transição entre modos de produção e modelos de governo, teriam exigido maior dedicação no desenvolvimento de estratégias para integração destes grupos à nova realidade que se construía.

Lapa sintetizaria da seguinte forma estas preocupações e a busca por respostas a elas:

Motivar e impelir para o trabalho, dentro do controle social, disciplinar e reprimir, se necessário for, para que a pobreza seja útil, desde que mantida nos lugares que lhe são destinados, com o comportamento moral que os valores burgueses exigem. Estes são os códigos que parecem prevalecer nesta transição. Essa é a “pobreza

necessária” à reprodução do sistema, que, sob controle, não é para gerar tensões nem constituir ameaça⁴².

Neste sentido, a preocupação com as classes menos abastadas não só era compatível com a busca pela ordem pública que norteava a Proclamação da República, como também visava empreender as condições para desenvolvimento desta sociedade frente às alterações na política mundial.

Para tal, era necessário alterar a forma como o trabalho era visto em nossa sociedade, cujo sistema de produção se baseou em séculos de trabalho escravo. Ocorre então um investimento de intelectuais, da Igreja e de outros atores sociais com maior poder de comunicação, no sentido de apresentar um discurso de valorização do trabalho como contribuição social e forma de superação da pobreza.

É interessante neste momento ressaltarmos que as diferenças entre o processo de constituição de uma classe trabalhadora no Brasil e na Inglaterra passam pela análise da percepção do trabalho e dos trabalhadores no período anterior ao do estabelecimento do capitalismo industrial: enquanto na Inglaterra havia forte preocupação em adequar uma expressiva categoria de artesãos ao novo modelo de produção e organização social, combatendo e reprimindo conflitos que eventualmente emergissem vinculados, principalmente, a esta categoria que detinha centralidade no processo produtivo até então; no Brasil, recém-saído de um período de tradição escravista e ainda fortemente ligado ao seu caráter agrícola, a resistência à proposta capitalista não se mostrou tão organizada ou mesmo tão aguerrida quanto no caso inglês.

Ocorre desta forma a qualificação da pobreza a partir de uma identificação à vinculação de trabalho, onde o pobre trabalhador é reconhecido como elemento útil à sociedade e partícipe importante, ainda que de forma muito limitada, à sua manutenção.

Mas, se por um lado, o trabalho justificava e legitimava a existência da pobreza; por outro, a preocupação com o acúmulo desta e seu impacto continuava recorrente nos debates que versavam sobre a necessidade do ordenamento urbano.

A pobreza, ainda que socialmente útil, estava condicionada a um olhar moralizante que lhe atribuía a característica de “perigosa” ou de possível ameaça, não só por conta das possibilidades de revoltas ou conflitos, mas também por sua associação à proliferação de sujeira e doenças.

⁴² LAPA, J. R. A. Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. UNICAMP, 2008. p.18.

Estas questões se tornaram alvo de estudos e propostas de intervenção de diversos atores sociais, dentre os quais podemos destacar o protagonismo do movimento sanitarista brasileiro, que cada vez mais trazia à voga a noção de interdependência entre os diversos segmentos da sociedade e apontava a necessidade da intervenção estatal na prevenção dos problemas de saúde pública.

A preocupação com a saúde pública elencava, através da análise de técnicos e sanitaristas, a moradia como questão central a ser resolvida pela intervenção do poder público no sentido de adotar medidas para garantia de condições minimamente higiênicas de sobrevivência. Uma destas ações seria o investimento na construção de casas populares baratas e que estivessem, desde seu planejamento, dentro das normas de higiene preconizadas.

As ideias eugênicas também estavam em evidência⁴³ e eram aplicadas como forma de buscar o desenvolvimento da sociedade brasileira rumo ao desejado progresso europeu.

Dentro de uma concepção de determinismo social, associada à crença de que um dos óbices à evolução da sociedade brasileira ao padrão europeu era a questão deste ser um país com uma população majoritariamente mestiça, alguns destes higienistas passaram a defender medidas de regeneração ou reversibilidade do que consideravam como degeneração racial⁴⁴, tais como estimular casamentos de não-brancos regeneráveis com brancos hígidos para embranquecimento da sociedade. Também figuravam entre as estratégias propostas por este grupo: deixar que os irremediavelmente degenerados se reproduzissem entre si, na esperança de apressar sua extinção; impedir casamentos, vetar a atividade sexual, esterilizar e confinar indivíduos tidos como “degenerados” ou “anormais irrecuperáveis”.

Diante do exposto, convém mais uma vez chamar a atenção à necessidade de considerar a heterogeneidade presente no interior dos grupos sociais como forma de estabelecer uma visão que escape ao maniqueísmo entre os interesses das classes abastadas e das pauperizadas. Assim, a consideração da existência desta tendência nas análises e propostas de higienistas não exclui a ocorrência de propostas efetivamente

⁴³ Com a fundação da primeira Sociedade Brasileira de Eugenia em 1918. Cf. STEPAN, N. A hora da eugenia. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

⁴⁴ A questão racial expressa nesta discussão não se referia apenas ao caráter étnico, mas sim a toda uma constituição ideal de raça brasileira no período, que fosse forte, livre de doenças e que refletisse o desenvolvimento da nação.

voltadas para a preocupação em atender às necessidades reais dos segmentos mais pobres da população.

Aliás, a preocupação com o adoecimento por conta da incidência de epidemias estaria vinculada ao desenvolvimento da discussão acerca das “doenças que se pegam”, ou melhor, das doenças contagiosas. Gilberto Hochmam, em seu trabalho publicado em 1998, *A era do saneamento*, apresenta contribuição para compreender como esta questão serviu de tônica para a organização da saúde nos estados brasileiros e na forma como estes desenvolveram estratégias para formação de um sistema que garantisse a autonomia de suas ações e, ao mesmo tempo, o suporte do governo federal quando a situação exigisse. Esta seria a base para o aumento da intervenção central nos estados.

A necessidade de atenuar os agravos da questão social vinculados à modernização da sociedade, em especial no que tange à constituição da pobreza urbana, coloca em evidência as ações de assistência e a importância de que estas sejam pautadas a partir das contribuições da filantropia científica, adquirindo um caráter mais racional e técnico frente às ações tradicionalmente realizadas. No entanto, a gestão filantrópica da assistência não nega sua tradição junto à caridade cristã. Na verdade mantém a compreensão da assistência como dever moral, fornecendo a esta o substrato técnico científico para uma realização mais eficiente.

Sanglard e Ferreira apontam a filantropia como uma das facetas da sociedade da *Belle Époque* carioca, sendo vinculada também à influência europeia predominante no período e à absorção das noções higienistas pela sociedade civil, que proporcionaram o apoio e manutenção de instituições de assistência à pobreza.

Estes autores também sinalizam que o processo de industrialização da sociedade brasileira, provocou uma alteração no enfoque sobre o qual a filantropia era direcionada, tornando o operariado o alvo principal destas ações e não mais o “pobre” *per se*.

Nesta perspectiva, a filantropia levada a cabo pela sociedade brasileira nesse período seria revestida de utilidade social, e os filantropos, homens e mulheres, poderiam ser considerados, em sua maioria, reformadores sociais – que tinham como público-alvo os operários ou o trabalhador pobre, aquele que mesmo trabalhando não conseguia o sustento necessário, colocando em risco sua família.⁴⁵

Rangel também contribuiria com esta discussão quando ao afirmar que

⁴⁵ SANGLARD, G. e FERREIRA, L.O. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, jan.-jun. 2014, p.74.

O caráter modernizador em princípio presente no modelo filantrópico se constituiu, portanto, num complexo tutelar no qual a modernização dizia respeito apenas a uma administração tecnicista dos problemas sociais. Dessa forma, os valores morais e religiosos vestem nova roupagem – o cientificismo, e a caridade transforma-se em tutela⁴⁶.

No entanto, ainda que concordemos com estes pontos, não podemos deixar de considerar que a ascensão deste modelo de assistência, e o trabalho dos reformadores sociais envolvidos nele, propiciou avanços significativos à organização de um aparato de assistência dentro da realidade brasileira.

Tanto Viscardi quanto Rangel apontam como expoente deste grupo Ataulfo Paiva⁴⁷ e a partir do trabalho desenvolvido por ele destacam elementos centrais para a compreensão da importância dos reformadores na história da assistência brasileira.

Viscardi apresentaria a partir das ideias defendidas por Paiva três temas que seriam caros aos debates realizados pelos reformadores: a necessidade de organização da caridade, a proposta de se realizar no Brasil a filantropia científica e o papel do Estado em relação à assistência aos pobres.

Em síntese, os reformadores consideravam o povo brasileiro generoso, porém defendiam que havia a necessidade de organização da assistência tal como era prestada, também criticavam o fato de que esta era voltada predominantemente ao combate das epidemias e conceitos de higiene, o que limitaria o alcance e potencial de suas ações. As respostas para estas questões estariam na racionalização das ações e laicização das práticas de assistência. Outro ponto central em seus debates seria a defesa da coexistência da intervenção pública e privada na assistência, onde caberia ao Estado a

⁴⁶ RANGEL, R. F. A insurgência da memória: a assistência no Rio de Janeiro da Primeira República. O social em questão, n.24, Rio de Janeiro: PUC – Rio. Departamento de Serviço Social, 2010. p.124.

⁴⁷ Ataulfo de Paiva (1867 – 1955) formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887, se tornando juiz municipal em Pindamonhangaba (São Paulo). No Rio de Janeiro, ocupou os cargos de preter, juiz do Tribunal Civil e Criminal e presidente da Corte de Apelação do então Distrito Federal. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal, presidiu o Conselho Nacional do Trabalho e representou o Brasil nos Congressos Internacionais de Assistência Pública e Privada de Paris e Milão.

Fez campanha pela sistematização das assistências pública e privada e sua aliança, sob a inspeção do Estado, sendo encarregado oficialmente de fazer a história e estatística da assistência no Distrito Federal. Fundou a Liga Brasileira contra a Tuberculose, da qual foi presidente perpétuo, e que mais tarde foi denominada Fundação Ataulfo de Paiva. Criou o Preventório D. Amélia, em Paquetá, o primeiro do seu tipo no Brasil, e o serviço de Vacinação Antituberculosa BCG.

Foi presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, presidente da Comissão do Livro do Mérito. Na Academia Brasileira de Letras, foi secretário-geral, de 1920 a 1922, e presidente em 1937. Era membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Fluminense de Letras. (Fontes: Academia Brasileira de Letras [<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=255>] e Supremo Tribunal Federal [<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=212>])

regulamentação e organização racional do sistema de proteção social, garantindo a autonomia para as instituições privadas atuarem.

Rangel destaca que a filantropia estabeleceu novas regras prático-normativas de organização da assistência, que buscaram a classificação dos segmentos atendidos e o diagnóstico dos problemas sociais que seriam alvo de intervenção. Como exemplo, cita o modelo de assistência proposto por Paiva, que segmenta a população nos seguintes grupos de atendimento:

assistência à infância (menores abandonados e delinquentes); a puericultura; assistência à velhice, à mulher e aos estrangeiros; assistência ao trabalho (a mendicância profissional); os patronatos; assistência em domicílio e assistência hospitalar; assistência aos alienados; aos tuberculosos; aos leprosos; ao alcoolismo; a avariose [sífilis]⁴⁸.

Porém, mesmo apresentando uma contribuição tão significativa para o período em tela, Paiva só conseguiria por suas ideias em prática com o governo Vargas, quando foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), conforme veremos mais adiante.

1.4) A questão social no pós-1930

Para Gomes⁴⁹ o golpe de 1930 emerge com a preocupação de trazer respostas às principais inquietações que se apresentavam à sociedade brasileira, de forma a se constituir em um modelo que superasse a experiência liberal da República Velha e suplantasse as alternativas próximas ao anarquismo que a ameaçavam.

Um ponto crucial para legitimação deste projeto de governo junto à sociedade brasileira foi o efetivo reconhecimento e enfrentamento da questão social. Sobre isso, Gomes diria que

É fundamental observar que a questão social surgiu então como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30. A revolução e principalmente o estabelecimento do Estado Novo distinguiram-se dos demais fatos de nossa história, na medida em que afastavam-se das meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos, para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais. A construção do projeto político do Estado Novo evidencia assim que a busca da legitimação da

⁴⁸ RANGEL, R. F. A insurgência da memória: a assistência no Rio de Janeiro da Primeira República. op. cit. p. 127-128.

⁴⁹ GOMES, A.C. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

autoridade se deu de uma forma e por razões completamente distintas daquelas que haviam fundado a legitimidade dos regimes anteriores. Nesta visão, legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza das massas.⁵⁰

O reconhecimento da questão social como um problema cuja responsabilidade primeira pertence ao Estado, compatível com a ideologia de corpo social no qual cada trabalhador seria uma célula vital, fornece o contexto ideal para o desenvolvimento de um aparato estatal de assistência voltado para preservação destes corpos – os corpos dos trabalhadores e suas famílias – componentes fundamentais do corpo maior a ser preservado: a nação brasileira.

Neste contexto, a preocupação com família, primeiro núcleo social ao qual o indivíduo é inserido, estaria vinculada à preocupação com o progresso material e moral do país, elencando a cada um de seus membros papéis fundamentais para a obtenção deste progresso.

Enquanto à criança cabia a representação do futuro do país e ao homem a constituição do “braço forte” que moveria as engrenagens do sistema produtivo, à mulher era delegado o papel de cuidadora responsável por garantir a manutenção e organização da unidade familiar e da sociedade como um todo.

O artigo “A mulher brasileira em face da guerra” de Maria Madalena de Souza Aguiar, publicado em 12 de abril de 1942 na coluna “Da mulher fútil à mulher útil” do jornal A Manhã, ilustra claramente a expectativa associada ao desempenho deste papel por parte da mulher brasileira:

Diante deste espetáculo que se nos antolha na hora presente, a mulher brasileira não pode nem deve ficar indiferente ao que se passa no velho mundo e que está repercutindo em todo o universo.

Nós brasileiras, já por um dever de humanidade e caridade, vimos, ouvimos, observamos e sentimos tudo quanto se passa em torno de nós em outros em que não brilha o Cruzeiro do Sul, quer estes fatos nos atinjam ou não. A mulher brasileira, quer tenha nascido ao Norte, quer seja filha do Sul, tem dado os melhores exemplos às gerações que se sucedem: exemplos de caridade, altruísmo, abnegação e bondade. E hoje, que estamos em pleno século XX, no século da velocidade, das luzes, não podemos permanecer por mais tempo mudas, inertes e obscuras, sem fazermos soar o clarim do nosso dever de patriotas para cooperarmos com nosso governo, colaborando com o nosso exército, socorrermos os nossos semelhantes e bem servirmos à nossa grande pátria. É chegada a hora de agirmos, cônscias de nossos deveres de cidadãs, em todos os setores das nossas atividades femininas. Na família, estimulando e animando os nossos esposos,

⁵⁰ GOMES, A.C. A invenção do trabalhismo. op. cit. p. 197.

nossos irmãos e nossos filhos. As mães, devem inocular no coração dos filhos o verdadeiro amor da Pátria, desde o primeiro momento em que ela lhe oferece, com toda a ternura do amor materno, o seu bendito seio para que ele sugue a primeira gota de leite que irá com as demais manter a preciosa vida. É desde esse momento que as mães começam a educar os filhos, a influírem moralmente sobre eles. Portanto, mães brasileiras, não vos esqueçais das célebres palavras de Madame Campam dirigidas a Napoleão após uma grande batalha.

- Madame Campam, que é preciso para reformar o mundo?

- Mães que saibam educar seus filhos.

Eduquemos, pois, os nossos filhos nos moldes de uma sã doutrina, de uma moral bem elevada, afim de salvarmos nossa Pátria dos horrores da traição, do comunismo e de tudo que nos prejudique e faça mal ao seu progresso, à sua santa paz. Na escola, continuando a obra bem iniciada no berço. Na sociedade, pautando a nossa vida por um padrão de vida compatível com o nosso nível social, dando os melhores exemplos de cidadãs caridosas e prestimosas para com o próximo e sendo uma sentinela avançada para combatermos, à medida das nossas forças, os flagelos que açoitam barbaramente as sociedades hodiernas⁵¹.

Como forma de instrumentalizar esta mulher em sua contribuição com a manutenção e fortalecimento da sociedade, Maria Madalena ainda apresentaria como sugestão a inserção nos cursos da Cruz Vermelha:

Como exemplo da boa compreensão da mulher, temos o grande movimento iniciado pela “Cruz Vermelha Brasileira”, com a abertura de diversos cursos para o preparo técnico feminino, em face do movimento beligerante dos nossos dias. Esses cursos são: de “Enfermagem de guerra” para profissionais (Cruz Vermelha e Anna Neri); Samaritanas, voluntárias e um curso de emergência para as senhoras e senhoritas que queiram se preparar para prestar socorros eficientes às populações civis e auxiliarem à Sociedade da Cruz Vermelha a bem servir ao nosso glorioso exército.

Os referidos cursos estão em franco funcionamento na sede da Cruz Vermelha Brasileira, contando com uma frequência média de mais de seiscentas alunas, com um bem escolhido e incansável corpo docente, salientando-se nele a figura simpática e dinâmica da mulher brasileira, encarnada na pessoa da senhora Maria Esolina Pinheiro, que, apesar das suas múltiplas atividades públicas e particulares, leciona a parte de Serviço Social, a cinco destes cursos⁵².

Desta forma, o investimento na educação é encarado como parte da política de proteção à família e ao trabalho, cujo objetivo principal seria adequar a população à realidade social que se constituía, e cujas bases contemplavam a valorização do trabalho

⁵¹ AGUIAR, M. M. S. A mulher brasileira em face da guerra. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. nº 207. 12 de abril de 1942.

⁵² *Idem*.

como conceito central, junto a valores como a nacionalidade, disciplina, higiene e moral.

Gomes destaca ainda que o Estado nacional, por meio dessas iniciativas, ampliava o escopo de seu intervencionismo para poder atingir as causas mais profundas da pobreza/doença, promovendo a satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação⁵³.

⁵³ GOMES, A.C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI D. (org.) O Estado novo em questão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.61.

CAPÍTULO 2

A organização do Serviço Social: idéias e atores presentes no processo de institucionalização da profissão no primeiro governo Vargas.

Ao longo deste trabalho, é defendida a hipótese de que a organização institucional do Serviço Social no Brasil se encontra intrinsecamente vinculada ao estabelecimento de determinados modelos de Estado e de Nação condizentes com as aspirações presentes no ideário social, representados em seu período inicial especialmente pelo movimento que levou à ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

A constituição de um processo de formação de profissionais tecnicamente qualificados e as discussões sobre a importância desta qualificação e da necessidade de estabelecer uma unidade no ser e fazer profissional não ocorrem como um movimento endógeno, estando relacionadas a toda uma conjuntura de organização do aparelho estatal e das idéias circulantes em espaços estratégicos, não só desta estrutura, mas da sociedade em geral.

Como forma de compreender melhor a relação entre esta circulação de idéias e a efetiva organização da estrutura estatal de Serviço Social, recorro à análise de como essas idéias, e a intelectualidade que as defendeu e propagou, influenciaram no processo de organização profissional do Serviço Social enquanto categoria estratégica para a construção de uma nação ideal.

Este capítulo é iniciado com algumas ponderações sobre o panorama ideológico que se estabeleceu no pós-1930. Considerando a aproximação do governo Vargas junto a alguns membros da intelectualidade brasileira, o que se busca é a compreensão da importância desta relação para o desenvolvimento de um grupo de intelectuais vinculados ao Estado com a responsabilidade de legitimar e difundir seus ideais, bem como elaborar e gerir alguns de seus projetos e políticas estratégicos.

Dentro desta lógica, dedicaremos um espaço para a discussão do impacto da gestão Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública no processo de constituição das bases para a profissionalização e tecnicização do Serviço Social. Acompanhando a trajetória do Ministério e as questões que o tangenciaram no governo Vargas, é possível obter mais elementos para a compreensão das idéias que circulavam nas configurações que se sucederam durante o período.

A terceira parte do capítulo é direcionada ao Conselho Nacional de Serviço Social e a promulgação de legislação voltada para a organização e controle da assistência, levando em consideração a corte de intelectuais que contribuiu nesse processo.

A apresentação destes elementos pretende trazer informações interessantes ao estudo deste período, em especial no que tange às idéias que possibilitaram o estabelecimento do Serviço Social como profissão e como política estatal de vital importância para o desenvolvimento da nação brasileira.

3.1) A ideologia e intelectualidade no pós-1930

Conforme visto anteriormente neste trabalho, a década 1920 correspondeu a um período de intensa ebulição social, ainda que sem a concretização de uma proposta mais incisiva de mudança no sistema estabelecido. Este clima se estende à produção da intelectualidade brasileira, através da representação daquilo que Oliveira nomeou como conservadorismo reformista da Primeira República⁵⁴, onde a mudança social é compreendida como um processo de desenvolvimento no qual é necessária a presença de uma elite estratégica que administre o poder.

Oliveira ainda destaca a importância deste período para análise da intelectualidade brasileira ao afirmar que:

Os anos 20 são emblemáticos do novo clima intelectual e cultural no Brasil, em especial 1922, quando ocorrem a primeira revolução tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a criação do Partido Comunista, o Centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna⁵⁵.

Estes espaços proporcionariam encontros e associações de grupos importantes para a intelectualidade brasileira, a exemplo do significado do Centro Dom Vital⁵⁶ na organização do laicato católico.

⁵⁴ OLIVEIRA, L. L. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'Araújo, M. C. As instituições brasileiras da era Vargas. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV. 1999. P. 86.

⁵⁵ *Ibidem*. p.87.

⁵⁶ Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922 no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo, com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1941, foi considerado o principal centro intelectual brasileiro. (KORNIS, M.; FLAKSMAN, D. Vargas, Centro Dom Vital. In: BELOCH, I.; ALVES, A. Dicionário histórico-biográfico brasileiro:1930-1983. Rio de Janeiro: Ed. Forense-universitária: Ed. FGV/CPDOC: FINEP. 1984. P.766).

É necessário também ressaltar a importância do movimento modernista no estabelecimento de novos paradigmas artísticos e seu impacto na sociedade brasileira. Destarte, enquanto a sua primeira fase apresentava como característica o combate ao passado em busca de uma modernização de inspiração europeia, a segunda fase modernista assumia a brasilidade como seu eixo principal, se aproximando de alguns dos elementos que encontraríamos no discurso nacionalista do pós-1930.

Para Bomeny⁵⁷, o entendimento da adesão dos intelectuais ao governo Vargas está ligado às reivindicações que já na década de 1920 eram apresentadas por eles e que agora encontravam terreno para se efetivarem, como exemplo, cita os casos da saúde, educação e cultura.

Na esfera da educação, os reformadores tentavam superar o atraso brasileiro através de medidas que combatessem o analfabetismo e garantissem à população o acesso à educação pública e gratuita.

Na área da cultura, a expectativa era de que o Estado fornecesse os recursos para a implementação de política de preservação da memória e do patrimônio histórico, bem como a valorização dos bens simbólicos e materiais do país, constituintes da nossa brasilidade.

A saúde, outro indicador do atraso brasileiro, buscava incorporar os avanços científicos e utilizá-los em prol da melhoria da saúde pública, necessitando para isso de maior dedicação estatal a esta seara. Ou, como sintetizado por Bomeny,

Educação, ciência e cultura de uma nação à espera de um Estado que as resgatasse em benefício de todos, que as garantisse como patrimônio social. Assim, a construção da sociedade estava pendente da idéia de construção de um Estado que a incorporasse e que sustentasse seu vôo em áreas e espaços fundamentais da convivência social⁵⁸.

A ebulição de idéias presentes nesta intelectualidade encontra terreno fértil a partir das mudanças trazidas pela revolução de 1930 à sociedade brasileira, aumentando as preocupações com a questão social e suas expressões, bem como o papel do intelectual frente a esta realidade.

A partir da década de 1930, a elite intelectual passa a voltar sua atuação para a esfera do Estado, reforçando seu papel como o responsável pela organização e

⁵⁷ BOMENY, H. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, H.(org.) Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco. 2001.

⁵⁸ *Ibidem.* p.87.

ordenamento do corpo social dentro de uma concepção de construção nacional. Desta forma, a defesa do nacionalismo, feita por estes atores sociais desde a Primeira República, encontra no Estado varguista, principalmente no período correspondente ao Estado Novo, o ambiente propício para seu desenvolvimento e difusão.

Estas, aliás, seriam as palavras-chave para a análise da relação entre a intelectualidade brasileira e o Estado, uma vez que esta associação proporcionou os elementos necessários para a construção do que Velloso⁵⁹ identificou como um projeto político-pedagógico destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime. Ideologia esta que, neste momento era identificada como compatível com os conceitos defendidos por estes intelectuais.

Velloso alega que esta missão se estruturou de forma a atuar em dois *fronts* com funções distintas e complementares no que tange ao projeto educativo: o Ministério da Educação e Saúde, com o Ministro Gustavo Capanema, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a gestão de Lourival Fontes. Sobre eles, diria que

Entre estas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando atingir distintas clientelas: o ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular⁶⁰.

Velloso ainda apresenta como contribuição a análise da diversidade de perfis dos intelectuais envolvidos em cada uma destas frentes quando afirma que

O ministério Capanema reunia um grupo de intelectuais ligados à vanguarda do movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Portinari, Mário de Andrade. Bem diferente era a composição em torno de Lourival Fontes, que incluía nomes como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho. Intelectuais estes conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário⁶¹.

A entrada de Vargas para a Academia Brasileira de Letras, em 1941, é tida como um marco desta relação entre a política e a intelectualidade brasileira, pois, parafraseando o discurso do próprio Vargas em ocasião de sua posse na ABL, significou a união entre o “homem do pensamento” e o “homem da ação”. Esta união representaria a descida da torre de marfim citada por Machado de Assis no discurso inaugural da

⁵⁹ VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 1987.

⁶⁰ *Ibidem*. p.4.

⁶¹ *Ibidem*. p.4-5.

Academia ao plano da intervenção na realidade social por intermédio da inserção na política.

Analisando o discurso proferido por Vargas, Oliveira chegaria à conclusão de que:

Vargas, em seu discurso, reconhece os intelectuais como agentes de um processo de transformação nacional e os constitui como atores políticos de primeira grandeza, ao convocá-los para a tarefa de emancipação cultural⁶².

Este reconhecimento remete ao entendimento da função social dos intelectuais como atores sociais responsáveis por operar na construção de consciências coletivas, de forma a mediar as aspirações populares e políticas governamentais.

Oliveira definiria esta categoria ao afirmar que:

A função do intelectual é fazer uso da sua razão em público. Esta função explicita a relação intrínseca do intelectual com seu público no sentido de responder e/ou criar uma demanda pelo trabalho que produz. O intelectual é um fornecedor de idéias e, enquanto tal, um organizador de perspectivas justificadoras. Confere autoridade ao poder à medida que elabora raciocínios convincentes, justificadores de um curso de ação sobre o qual não há prova lógica. É daí que se pode entender sua relação com o público e com o poder⁶³.

Compreendendo as afinidades entre o discurso oficial do governo e os interesses expressos pela intelectualidade brasileira no período, é possível chegar à conclusão de que os “homens de ação” e os “homens de idéias” se reuniram em torno de um ideal comum de construção de uma nova identidade nacional.

O intelectual, que no período anterior justificava sua oposição ao Estado por conta da aversão ao liberalismo vigente, enxertado de fontes europeias na política brasileira, passa a encontrar no governo Vargas a possibilidade de colaborar com uma política de valorização da brasilidade e de intervenção na vida social, de forma a tutelar e conduzir as forças sociais. Neste sentido, colaborar passa a ser um dever, assim como no regime antigo se opor também o era.

Desde 1934 Vargas expressava a preocupação com a necessidade de um sistema articulado voltado para a educação mental moral e higiênica. Esta necessidade viria a ser suprida em 1939, com a criação do DIP, que assumia a responsabilidade sobre a propaganda dos ideais e conceitos nos quais se baseava e estruturava o governo Vargas.

⁶² OLIVEIRA, L. L. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. *op. cit.* P. 83.

⁶³ *Ibidem.* P. 85.

Desta forma, “esta estrutura altamente centralizada iria permitir ao governo exercer eficiente controle da informação, assegurando-lhe considerável domínio em relação à vida cultural do país”⁶⁴.

Para Velloso,

Fica clara a eficiência do DIP na montagem da doutrina estadonovista. Funcionando como organismo onipresente que penetra todos os poros da sociedade, esta entidade constrói uma ideologia que abarca desde as cartilhas infantis aos jornais nacionais, passando pelo teatro, música, cinema e marcando sua presença inclusive no carnaval. Pode-se mesmo afirmar que nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar e nem reconheceu a aparatos de propaganda tão sofisticados conforme fez o Estado Novo. É evidente que na construção dessa imensa e compacta rede ideológica, os intelectuais serão personagens de importância essencial⁶⁵.

Desta forma, medidas como o estímulo ao uso de expressões culturais como o cinema e a música em prol da divulgação de ideais de nação e povo são utilizadas de forma sistemática no período, a exemplo da exibição do cinejornal e da divulgação dos resultados dos concursos musicais na Voz do Brasil.

A imprensa é usada como canal que possibilita a aproximação do executivo com a população, sem os intermediários que tornavam ineficiente e lenta a atuação do parlamento, legitimando as ações do Estado em uma lógica de contrato direto para apresentação e atuação nas questões que mais afligiriam a população.

É neste contexto que canais de comunicação, como o jornal A Manhã e a Rádio Nacional (1940), são incorporados pelo governo e utilizados para difusão destes elementos ideológicos.

Falando mais especificamente sobre o jornal A Manhã, convém destacar que este seria o terceiro jornal a funcionar com este nome no estado do Rio de Janeiro⁶⁶ e esteve em funcionamento entre 1941 e 1953, sendo dirigido por Cassiano Ricardo⁶⁷, expoente do grupo modernista “verde-amarelo” que tinha como elemento central a valorização da brasilidade.

⁶⁴ VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro. *op cit.* p.20

⁶⁵ *Ibidem.* P. 39-40.

⁶⁶ O primeiro foi lançado por Mário Rodrigues em 1925 e esteve em funcionamento até 1929, sendo conhecido por sua crítica incisiva ao capitalismo e às ações do governo. O segundo jornal a utilizar este nome não tinha vinculação com o anterior, sendo fundado pelo Partido Comunista Brasileiro e tendo circulado apenas no ano de 1935 (Fonte: <https://bndigital.bn.br/artigos/a-manha/>).

⁶⁷ Nascido em São José dos Campos (São Paulo), em 1895 e falecido no Rio de Janeiro, em 1974. Foi poeta, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e advogado. Também foi autor de obras como *Borrões de verde e amarelo* (1926) e *Martim Cererê* (1928), ocupando em 1937 uma vaga na Academia Brasileira de Letras (Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano_ricardo).

O periódico buscava atrair para o seio do Estado a elite intelectual do período, reunindo suas correntes mais heterogêneas. Em seu corpo de colaboradores encontramos nomes como Múcio Leão, Afonso Arinos de Melo Franco, Cecília Meireles, José Lins do Rego, Ribeiro Couto, Roquete Pinto, Leopoldo Aires, Alceu Amoroso Lima, Oliveira Viana, Djacir Menezes, Umberto Peregrino Vinicius de Moraes, Eurialo Canabrava, Gilberto Freyre, entre outros⁶⁸.

Em editorial falando sobre o programa do jornal, publicado em sua primeira edição, Cassiano Ricardo definiria que um dos papéis d'A Manhã seria “colaborar na formação da consciência brasileira, na defesa do nosso sistema de vida e no combate às ideologias malsãs e forasteiras que pretendam violentar a índole do nosso povo”⁶⁹. A defesa do regime vigente também é explicitada ao longo da exposição, sendo a revolução apontada como restauradora da unidade espiritual e política do país. Ricardo sintetizaria a contribuição d'A Manhã afirmando que

Aparecendo, portanto, num instante ímpar da nossa história – quando o corpo e a alma do autêntico Brasil emergem de um processo revolucionário que nos restituiu os veios mais secretos de nossa originalidade como povo e como Estado, o objetivo principal d'A MANHÃ é trabalhar por essa obra de confraternização brasileira e espelhar os fastos deste instante emotivo e criador. O seu rumo está assim definido: ela pretende ser o pensamento brasileiro em função dos novos ideais da nacionalidade. Para a observância desse itinerário, não poderá, porém, limitar a sua atividade à suma diária das realizações do regime; terá a missão de lutar, de ser um pensamento em ação na defesa vigilante de nossas fronteiras espirituais⁷⁰.

Assumindo sua função como instrumento de divulgação dos conceitos defendidos pelo regime, o jornal A Manhã apresentou espaço para que estes intelectuais ressignificassem a realidade social brasileira à luz do Estado Novo, apresentando as ações estatais que sintetizavam seus anseios de forma a legitimar a conformação do Estado em um modelo centralizador, mas com forte identidade paternalista.

Neste contexto, a questão social e suas expressões ganham novas cores e novas formas de intervenção nas páginas d'A Manhã, deixando de ser tratadas como parte natural da realidade social e passando a serem abordadas como problemas a serem superados a partir do empenho dos diferentes atores sociais dentro dos espaços que lhe cabiam.

⁶⁸ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/AManha>

⁶⁹ RICARDO, C. A Manhã e seu programa. A Manhã. Rio de Janeiro. n 01. 09 de agosto de 1941

⁷⁰ *Ibidem*.

Como dito anteriormente, a participação dos intelectuais foi crucial no fornecimento do aporte ideológico-cultural necessário para o estabelecimento e manutenção do regime. A difusão de uma nova forma de ver a pobreza e os problemas relacionados a ela propiciou que novas formas de enfrentamento aos mesmos fossem apresentados à população, trazendo a reboque as instituições e profissionais responsáveis pela condução das ações referentes a este enfrentamento, como podemos observar no caso das trabalhadoras sociais, conforme estudado neste trabalho.

A matéria “A casa do operário”, publicada em setembro de 1941, pode ser utilizada para ilustrar esta estratégia e identificar os elementos discursivos utilizados:

O conforto físico do operário e da sua família, como base de uma medicina preventiva eficiente, é ponto capital para uma política médico-social bem orientada. A casa do operário tem, neste caso, importância fundamental. A propagação das doenças infectocontagiosas, em especial a tuberculose e a sífilis, tem um dos seus fatores na habitação insalubre⁷¹.

O artigo é iniciado com a identificação da doença como fenômeno dotado de aspecto social, dentro da perspectiva de medicina social, que ganha corpo no discurso oficial brasileiro. Desta forma, a questão da habitação, ponto nevrálgico das políticas voltadas para a pobreza, tem sua análise embasada por aspectos científicos que respaldam as intervenções que se darão nesta seara.

Por outro lado, a deficiência das condições higiênicas da moradia do trabalhador exerce uma influência considerável sobre a capacidade de trabalho, tornando o operário pouco produtivo, sujeito às doenças, negligente, irritadiço, exposto à fadiga rápida e aos acidentes repetidos. Constituem assim estes homens, pouco eficientes, pequenas parcelas que, reunidas, formam um todo antissocial e antieconômico, vítimas as vezes de si mesmos, mas quase sempre vítimas da miséria social do meio em que vivem. O bem estar social não os atingiu. Não há em torno deles o conforto moral de que necessitam, pois este coexiste sempre com as boas condições orgânicas, com o equilíbrio somático. Fermentam-se assim revoltas íntimas que poderão explodir ao menor sinal, em agitações sociais de consequências imprevisíveis⁷².

A preocupação com a saúde do operário é vinculada neste trecho à preocupação maior com sua inserção no projeto social de desenvolvimento, de modo que, o adoecimento deste trabalhador e de sua família, além de afetá-los em sua dimensão privada, afeta a todo o corpo social, não só pela possibilidade do adoecimento físico,

⁷¹ FIRMEZA, H. A casa do operário. A Manhã. Rio de Janeiro. n 25. 06 de setembro de 1941.

⁷² *Ibidem*.

mas também pela abertura de espaço para ameaças à ordem social, provocadas pela dificuldade de manter sua função produtiva e pela insatisfação com suas condições de vida. A solução para esta questão: o investimento em ações visando o bem estar do trabalhador e de sua família.

Mas não basta apenas o investimento. É necessário que o mesmo seja corretamente orientado para que tenha efetividade.

Um dos requisitos indispensáveis para assegurar o completo desenvolvimento das finalidades da campanha de habitação do operário é o aspecto higiênico. Não basta que o trabalhador tenha a sua casa própria. É preciso que esteja ela localizada em zona salubre e obedeça às condições necessárias para dar aos seus moradores uma perfeita higiene pessoal. Temos visto, pelo interior do país, vilas operárias particulares cujas instalações sanitárias são coletivas e isoladas do grupo de casas. Considera o empregador – com relação especialmente aos solteiros – resolver dessa maneira a falta de educação sanitária dos seus empregados. É uma orientação errada que desvirtua por completo uma das finalidades mais importantes da casa própria, que é fornecer ao seu morador um ambiente sadio e higiênico para conservar a sua saúde e manter-lhe o equilíbrio orgânico necessário a uma produção eficiente e perfeita⁷³.

O reforço à importância da técnica no planejamento e execução das ações de bem-estar remete a quais os profissionais que poderiam oferecer contribuição eficaz para o alcance deste objetivo. No caso em tela, o Serviço Social é apontado como categoria com este potencial.

As condições do solo, do ar e das águas, bem como as de ventilação e de iluminação, devem ser perfeitamente estudadas na construção de casas operárias, procurando-se da melhor maneira possível, especialmente pelo Serviço Social, dar aos seus moradores a educação sanitária que se fizer precisa⁷⁴.

O artigo ainda seguiria apresentando as discussões realizadas em âmbito internacional sobre a questão da habitação, mostrando que este seria um problema existente para além da realidade brasileira e que as medidas que se buscavam para sua solução, principalmente em âmbito estatal, estariam sincronizadas com estas discussões e com os avanços observados nos encontros internacionais.

⁷³ *Ibdem.*

⁷⁴ *Ibdem.*

Também poderíamos citar como exemplo desta estratégia o artigo “A criança – valor econômico”, publicado por Arlindo Ferreira Paes no mesmo jornal⁷⁵. Neste artigo, é expressa a preocupação com a criança no novo momento brasileiro, face o que Paes definiu como seu valor econômico fundamental dentro da política estadista varguista. Neste sentido afirma:

Hoje – já antes de nascer – a criança constitui motivo de preocupação para os homens do governo. Representa o material humano, cuja resistência precisa ser preparada como destinada à construção do vasto edifício da nacionalidade⁷⁶.

O investimento na criança, dentro da organização utilitarista que marcou a gestão de Vargas, é visto como investimento no futuro trabalhador, naquele que será responsável pela continuidade da obra de construção da grande nação brasileira. Para tal é defendido o emprego da puericultura,

Em cujos consultórios de Higiene Infantil procura praticar obra meritória para os destinos do país. O seu programa tem como finalidade educar as mães, sob o ponto de vista dos cuidados que devem dispensar aos seus filhos, quanto à alimentação, à necessidade de submetê-los periodicamente aos exames de saúde, ao modo de vesti-los, aos carinhos à dispensá-los, ao conforto físico e moral, ao processo de dar o banho, ao modo e a oportunidade de repreendê-los, enfim, ensinar, às mães, os métodos racionais para educar a criança⁷⁷.

O ensino desta racionalidade caberia a profissionais responsáveis por mediar esta relação e traduzir práticas e métodos para estas famílias. E é neste ponto que encontramos mais uma vez a referência à atuação das trabalhadoras sociais:

O ambiente de onde a criança vive tem de ser feliz, a fim de conservá-la alegre e expansiva. O lar em que reina a discórdia, a falta de dinheiro ou da saúde, está condenado para abrigar a criança, enquanto não se fizer sentir a influência do Serviço Social, que tem por escopo ajustar as cousas aos seus lugares. A implantação deste serviço se impõe, como de caráter absolutamente inadiável, atendendo-se que compete ao Estado zelar por um valor econômico pertencente ao seu patrimônio⁷⁸.

⁷⁵ PAES, A. F. A criança – valor econômico. A Manhã. Rio de Janeiro, n 91. 22 de novembro de 1941.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

Ou seja, em termos práticos, a matéria apresentava a questão central a ser abordada, a metodologia que se pretendia utilizar para lidar com ela e como se daria a inserção daquelas profissionais que atuavam na resposta a estes desajustamentos.

A utilização deste expediente, como ilustrado neste tópico, teve importante papel na constituição da imagem associada às trabalhadoras sociais e à importância de seu trabalho junto aos trabalhadores e suas famílias.

Portanto, a compreensão dos aspectos relacionados à constituição deste segmento de intelectuais responsáveis pela captação dos anseios populares e apresentação das respostas do Estado aos mesmos se torna ponto central em nossa empreitada de análise dos fatores presentes no processo de organização institucional do Serviço Social enquanto categoria profissional.

2.2) O Ministério Capanema e seu impacto para o Serviço Social

A revolução de 1930, projetou no primeiro plano, nos quadros da vida e do pensamento brasileiro, algumas figuras que hoje aí estão trabalhando e realizando uma obra de real integração brasileira. Entre estas figuras, tem um lugar inconfundivelmente seu o Sr. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública.

Na personalidade desse homem público brasileiro, existem traços que devem ser postos em destaque. E o principal deles é esse sentimento de autêntico amor ao Brasil em que S. Excia. se inspira na sua orientação de administrador⁷⁹.

Assim começa a nota publicada sobre Gustavo Capanema na coluna “Nomes do Dia”, do jornal A Manhã. A coluna, cuja finalidade era prestar homenagem a figuras consideradas importantes para o governo Vargas e sua política desenvolvimentista, oferecia uma breve biografia valorizando a trajetória e contribuição de seus homenageados.

Capanema é apresentado nesta coluna como um homem arrojado e vital para o projeto de fortalecimento da nação, através das ações desenvolvidas ao longo de sua vida pública, culminando em sua nomeação para o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Não é por acaso que seu verbete aparece na coluna no mesmo dia que Darcy Vargas e Franklin Roosevelt. Ainda que a coluna informe que Capanema teria aniversariado dois dias antes da publicação, é em reconhecimento à importância de sua

⁷⁹ Nomes do dia: Gustavo Capanema. A Manhã. Rio de Janeiro. n 03. 12 de agosto de 1941

localização no governo que seu nome recebe tal destaque, uma vez que, como dito na própria publicação:

A pasta que lhe coube na administração do Sr. Getúlio Vargas é talvez a mais complexa, sabido que nenhum problema se reveste no Brasil da importância que tem o problema da educação, e, sobretudo, o problema da saúde⁸⁰.

O Ministério assumido por Capanema em 1934, não só possuía grande valor na proposta de intervenção social defendida pelo Governo Vargas, como também representaria um exemplo patente da preocupação governamental com a organização e definição maior das diretrizes de atuação dos serviços públicos.

Fonseca⁸¹ descreve os primeiros anos do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) como representativos da instabilidade política que se seguiu ao golpe de 1930, sendo marcados pela indefinição e inconstância das propostas e projetos. Como uma das evidências desta indefinição política, a autora assinala a alta rotatividade de ministros ocorrida no período⁸².

Fonseca também chama a atenção ao fato de que o MESP esteve, desde sua criação, relacionado a articulações de poder com as forças políticas de Minas Gerais, estado do qual saíram os quatro ministros que o ocuparam durante o primeiro governo Vargas. Explica que como forma de contemplar uma maior participação dos políticos mineiros na configuração ministerial pós-1930, o Governo Vargas selou um acordo, mediado por Gustavo Capanema, onde a titularidade da nova pasta, correspondente à Educação e Saúde Pública, seria ofertada ao grupo político proveniente de Minas Gerais.

A primeira gestão do MESP esteve sob a administração de Francisco Campos e, assim como outros setores governamentais, teve que lidar um significativo corte em seu orçamento, devido à instabilidade financeira vivenciada no país. A redução dos recursos culminou na dificuldade da efetivação de algumas propostas e da manutenção de alguns serviços, como o de profilaxia rural. Esta configuração explicaria o fato de, nos dois anos iniciais do ministério, a principal estrutura de saúde pública ser composto de dois

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ FONSECA, C. M. O. Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

⁸² Francisco Campos, Belisário Pena e Washington Pires se revezaram à frente da pasta nos quatro anos anteriores à gestão Capanema.

órgãos já atuantes antes de 1930: o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP).

A consideração destes fatores ajuda a compreender alguns elementos da equação que explica o baixo desenvolvimento do ministério no período.

Ao longo de sua gestão e em meio às limitações, Francisco Campos contou com a colaboração de Carlos Chagas, à frente do IOC, e de Belisário Pena, na direção do DNSP.

Fonseca sintetizaria a relação entre estes três homens públicos ao afirmar que:

Parece plausível supor que, no decorrer desses dois anos o ministério encontrou em Belisário Pena, diretor do DNSP, e em Carlos Chagas, diretor do IOC, os principais gestores para os assuntos relativos à área de saúde pública. Isto porque Francisco Campos possuía até então uma trajetória política e técnica mais vinculada à área da educação, tendo sido este um dos motivos para a escolha de seu nome, como demonstram as suas iniciativas como ministro mais frequentemente mencionadas⁸³.

Uma das marcas da gestão Campos à frente do MESP é exatamente o seu investimento na seara da educação, onde encaminhou o projeto de Gustavo Capanema, endossado pela intelectualidade católica. Tal projeto consistia na criação de duas redes de educação: uma voltada para o ensino primário, ensino técnico e formação de professores de ensino básico; e outra voltada ao ensino das elites.

Nunes⁸⁴ apresenta contribuição à análise da reforma educacional ocorrida no período e sua associação ao movimento “Nova Escola”, destacando como pontos nevrálgicos desse processo as questões referentes à laicização do ensino e da formação para o trabalho.

A proposta de laicização do ensino acirrou a disputa de espaço na Associação Brasileira de Educação (ABE), gerando a reação da Liga Eleitoral Católica (LEC) que, nas eleições de 1933, elegeu dois terços da assembleia. Esta correlação de forças políticas que trouxe novo fôlego à inserção social da Igreja, pois, segundo Nunes:

A rearticulação da Igreja significou o princípio da cooperação entre Igreja e Estado, a qual redundou, na prática, em verbas do governo para escolas, hospitais e instituições beneficentes mantidas pela Igreja. Esta pôde assim ampliar sua rede assistencial subvencionada e passou a fazer parte do bloco no poder, ao lado das antigas oligarquias rurais,

⁸³ FONSECA, C. M. O. Saúde no Governo Vargas (1930-1945). *Op Cit.* p.117.

⁸⁴ NUNES, C. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, H.(org.) Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco. 2001

da burguesia comercial e financeira e da recém-articulada burguesia industrial⁸⁵.

Já a questão da formação estaria relacionada à compreensão de que instrução se pretendia e a quem se destinava: enquanto Campos e Capanema defenderiam as escolas secundárias como espaço de formação de uma intelectualidade privilegiada, uma elite intelectual que constituiria as lideranças competentes a serviço do Estado; Anísio Teixeira e outros intelectuais da ABE, por outro lado, entendiam que os intelectuais deveriam ter uma formação crítica que os capacitasse a elaborar projetos sociais que respondessem aos anseios da sociedade e desta forma introduziram no nível secundário, o ensino profissional técnico, anteriormente presente apenas no sistema de ensino primário.

A remodelação dos serviços de saúde pública só passa a se efetivar realmente a partir da gestão de Washington Pires, iniciada em 1932.

Convém destacar que, ao assumir a gestão, Washington Pires entrou em conflito com Belisário Pena - que ainda se encontrava à frente do DNSP - por conta de divergências referentes a pontos como a alteração do destino das verbas obtidas através da arrecadação do selo sanitário e o fim da autonomia administrativa do DNSP. Para Pena, estas medidas priorizavam o aspecto político em detrimento do caráter técnico do trabalho desenvolvido. A incompatibilidade entre os dois resultaria na saída de Pena da direção do departamento em 22 de novembro de 1932, sendo substituído por Raul de Almeida Magalhães.

No entanto, a reforma proposta por Pires só seria regulamentada em 1934, constituindo o primeiro movimento de mudança na estrutura institucional de saúde desde 1923.

Neste sentido:

Segundo o decreto de regulamentação, a reforma objetivava modificar os serviços administrativos referentes à pasta da Educação e Saúde Pública que ainda não apresentassem uma articulação conveniente entre si. Para que as iniciativas da União não ficassem limitadas ao Distrito Federal, era criada a Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS), definida como um órgão técnico com a função de coordenar as diretorias estaduais de saúde⁸⁶.

⁸⁵ NUNES, C. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo *Op Cit.* p.109.

⁸⁶ FONSECA, C. M. O. Saúde no Governo Vargas (1930-1945). *Op Cit.*p.123.

Fonseca destacaria que esta nova diretoria incorporaria as atribuições da DNSP, ampliando-as à supervisão de todos os serviços de saúde pública do Brasil. Sobre isso, diria ainda que:

Com pequenas variações, a grande maioria dos serviços que compunham o DNSP permaneceu na nova estrutura ministerial, mas reagrupados em duas grandes seções técnicas gerais de Saúde Pública e Assistência Médico Social, e em cinco novas diretorias: de Defesa Sanitária Internacional e da Capital da República; de Serviços Sanitários nos Estados; de Proteção à Maternidade e à Infância; de Assistência a Psicopatas e de Profilaxia Mental; e de Assistência Hospitalar⁸⁷.

A reconfiguração desta estrutura reforça a importância dada pelo governo Vargas à intervenção em determinadas áreas, tais como a infância, maternidade e saúde mental, o que dialoga com a perspectiva de construção de nação forte e saudável. Também é interessante ressaltar que o decreto propõe maior controle por parte do executivo federal, tendo como indicativo que esta relação se desse através de acordos entre as autoridades representantes das esferas administrativas.

A reorganização destes serviços sob a ótica da Reforma de Washington Pires forneceria alguns dos elementos que possibilitariam o aumento do aporte nas ações de assistência, o qual seria melhor desenvolvido na gestão Capanema, que foi iniciada um mês após a aprovação da reforma.

Ao assumir, Capanema encontra um período de turbulência política, onde ocorre a promulgação da constituição e abertura de novas eleições para a Assembleia Legislativa, em 1934, seguidas da adoção de medidas de cunho repressivo como a Lei de Segurança Nacional⁸⁸ (LSN), a determinação do estado de guerra e a criação de um Tribunal de Segurança Nacional.

Após um ano e quatro meses a frente do MESP, Capanema apresentou a Vargas a proposta de reforma elaborada por ele e pela comissão de sanitaristas composta por João de Barros Barreto, Jansen de Mello, Ernani Agrícola, Gustavo de Sá Lessa, Décio Parreiras, Carlos Sá e José P. Fontenelle. Nesta proposta Capanema visava responder às questões referentes à como ampliar a intervenção dos serviços públicos de saúde no país e de que forma a relação entre a União e os estados se daria nesta esfera.

⁸⁷ FONSECA, C. M. O. Saúde no Governo Vargas (1930-1945). *Op Cit.* p.123.

⁸⁸ Sancionada em abril de 1935.

Fonseca sintetiza o contexto em que foi apresentada a primeira proposta de reforma da gestão Capanema ao dizer que:

Foi nesse contexto de forte inconstância e indefinições políticas, de difícil equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo, que se submeteu ao Congresso a proposta de uma nova reforma no MESP, elaborada sobre a supervisão de Gustavo Capanema. Os objetivos de construção e consolidação de um aparato burocrático-governamental na área da saúde tiveram de ser negociados no âmbito do Congresso em meio àquela grande diversidade partidária. As medidas de política social para a área da saúde demandavam, entre outros aspectos, definição sobre a atribuição de papéis entre as três esferas do Executivo – federal, estadual e municipal -, o que necessariamente envolvia a complexa composição partidária do Congresso, onde os interesses locais tinham, como instrumento de poder e manifestação, uma ampla gama de partidos e representantes⁸⁹.

O projeto inicial sofreria algumas emendas e alterações até a sua aprovação em 1937, através da Lei 378.

Mudanças significativas vieram com a aprovação da Lei 378/37, sendo a primeira delas a mudança de nome que transformou o MESP em Ministério da Educação e Saúde (MES).

Um ponto importante para nossa pesquisa é encontrado do artigo 101, onde é expresso que *os serviços de amparo à maternidade e à infância, realizados pelo Ministério da Educação e Saúde, bem como a fiscalização e a orientação dos mesmos, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas*. Apesar desta determinação não ser algo novo, pois é referência direta ao artigo 121 da Constituição Federal de 1934⁹⁰, se constitui como um dado interessante à compreensão da institucionalização dos espaços públicos de atuação profissional feminina. A garantia na legislação do reconhecimento da contribuição feminina nestes espaços pode ser entendida, tendo em mente as lutas para obtenção deste lugar, como um caminho pelo qual se obteve a legitimação necessária para o investimento na qualificação e inserção profissional destas mulheres, como ocorrido no caso do Serviço Social.

Capanema ainda faria outro movimento de reforma em 1941, dando sequência às alterações iniciadas em 1937 e mantendo o enfoque na centralização do controle das ações pelo Estado.

⁸⁹ FONSECA, C. M. O. Saúde no Governo Vargas (1930-1945). *Op Cit.*p.132.

⁹⁰ A constituição de 1937 só seria promulgada em 10 de novembro, cerca de 10 meses após a Lei 378/37.

A preocupação com o controle e uniformização de conceitos e procedimentos seria a tônica de sua gestão, sendo expressa também no que tange à assistência social, como veremos mais adiante ao abordar o Conselho Nacional de Serviço Social.

2.3) **Entra em cena o Conselho Nacional de Serviço Social**

Oficialmente o primeiro passo para promover o Serviço Social entre nós, consistiu na criação do Conselho Nacional de Serviço Social, como um órgão de cooperação com o Ministério da Educação e Saúde. Esse Conselho tem a função de estudar, em todos os seus aspectos, o problema tanto da assistência, como de Serviço Social, funcionando como órgão consultivo dos poderes públicos e das entidades privadas, em tudo quanto se relacione com esse assunto. Além disso lhe cabe ainda examinar os processos de subvenções às instituições particulares de saúde e assistência, emitindo parecer em cada caso. Em 1940 foram examinados cerca de 3.000 processos dessa natureza, sendo distribuídos entre aquelas instituições a soma aproximada de 22.000:000\$000. Antes de ser levada à comissão que devia estudar e elaborar a Lei da Família, definitivamente, foram debatidos no CNSS pontos importantes daquela lei, entre os quais o de “abono familiar”, interessante e benéfica novidade da nossa legislação social, como auxílio à família de prole numerosa⁹¹.

Stella de Faro buscava, neste trecho da entrevista concedida ao jornal A Manhã, apresentar aos leitores uma breve descrição das atribuições e da importância do Conselho Nacional de Serviço Social frente à realidade estabelecida no governo Vargas.

Na data da entrevista, o CNSS já se encontrava em atividade há cerca de três anos, tendo sido regulamentado através do Decreto-Lei 525, de 1 de julho de 1938.

Em carta enviada a Getúlio Vargas em 6 de junho de 1938, Gustavo Capanema apresentou o projeto de Decreto-Lei para instituição do Conselho Nacional de Serviço Social e regulamentação das bases para organização do Serviço Social no Brasil. Em consonância com o princípio de unidade no Serviço Social, a carta destacava a importância da constituição de um aparato que centralizasse e uniformizasse o planejamento e a execução dos programas vinculados à matéria do Serviço Social.

Sobre isso, Capanema diria que:

Distribuir o Serviço Social por várias repartições conforme a modalidade da assistência a ser prestada, é torná-lo se não inoperante, pelo menos embaraçado e deficiente. As necessidades humanas, resultantes da pobreza e da miséria ou de qualquer outra forma de

⁹¹ A entrevista de hoje: com a D. Stela de Faro, sobre os Serviços Sociais no Brasil. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 46. 01 de outubro de 1941.

desajustamento social, estão, em via de regra, juntas no mesmo indivíduo ou na mesma família. A solução a ser-lhes dada deve emanar de uma só fonte, para método e economia do serviço e para utilidade plena de seus beneficiários⁹².

A compreensão da importância de considerar a questão social em seus diversos aspectos e a preocupação em evitar a sobreposição de ações assistenciais emergiriam como pontos fundamentais para a justificativa da criação de uma entidade com o perfil de organização da assistência em âmbito nacional.

Neste sentido, o artigo 2º do Decreto-Lei evocará a utilidade social do Conselho, ao afirmar que:

Será o Serviço Social organizado em todo o país, como uma modalidade específica do serviço público, compreendendo, na União, nos Estados e no Município, órgãos de direção, de execução, e de cooperação, consoante as necessidades verificadas...⁹³.

A responsabilidade por esta organização, como dito anteriormente, ficou a cargo do CNSS, que, de acordo com o artigo 4º, assumiu as seguintes competências:

- a) Promover inquéritos e pesquisas relativamente ao gênero de vida de todas as categorias de pessoas e famílias em situação de pobreza ou miséria, ou, por outra qualquer forma, socialmente desajustadas;
- b) Elaborar o plano de organização do Serviço Social, para ser executado em todo o país, e compreensivo dos órgãos administrativos e das obras assistenciais destinadas a amparar a pessoa e a família, uma vez que se encontrem em qualquer situação de deficiência ou sofrimento causado pela pobreza ou pela miséria ou decorrente de qualquer outra forma de desajustamento social;
- c) Sugerir aos poderes públicos as medidas tendentes a ampliar e melhorar as obras por eles mantidas e destinadas à realização de qualquer modalidade de Serviço Social;
- d) Delinear os tipos das instituições de caráter privado destinadas à realização de qualquer espécie de Serviço Social e estudar a situação das instituições existentes para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal⁹⁴.

Este último item dialogaria diretamente com a concepção defendida por Capanema de que este processo de organização seria vital para que as instituições privadas, cujo controle se fazia necessário, se adequassem à proposta de assistência condizente com as diretrizes governistas e com o aporte técnico que se investia ao

⁹² Fonte: Arquivo Capanema sobre Serviço Social – CPDOC (http://docvirt.no-ip.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=GC_H_FINAL&PagFis=1613).

⁹³ Decreto-Lei 525/1938

⁹⁴ Decreto-Lei 525/1938

Serviço Social e à assistência como um todo no período. Sobre isto, o então ministro diria ainda na carta enviada ao presidente para apresentação do projeto de Decreto-Lei:

Depois dos largos benefícios há longos anos distribuídos pelo Governo Federal neste domínio do serviço público, quis V. Exc. dar ao problema solução a um tempo mais ampla e precisa, fazendo da cooperação financeira da união um veículo do controle federal sobre as instituições assistenciais e culturais mantidas pelos particulares, tornando-as assim participantes das responsabilidades do serviço público e, desta maneira, obrigadas à execução de uma determinada tarefa no meio a que servem, mercê de uma atuação definida e metódica⁹⁵.

A análise dos pedidos de subvenções acabaria por se tornar a atividade responsável pelo maior vulto de trabalho, possuindo inclusive um grande destaque na divulgação de ações realizadas pelo Conselho.

No entanto, esta não seria a primeira experiência de organização das subvenções distribuídas pelo Governo Federal. Monica Caminha⁹⁶ lembra que, antes do CNSS, o Estado havia realizado uma primeira tentativa de organização, controle e distribuição de recursos destinados às ações assistenciais promovidas pelas instituições filantrópicas do país, sendo esta concretizada na criação da Caixa de Subvenções⁹⁷. Com recursos oriundos da contribuição de caridade, arrecadação de taxas e donativos, a Caixa

Reconhecia ser dever do Estado, paralelamente aos serviços públicos de assistência, subvencionar e amparar os estabelecimentos particulares com finalidade assistenciais, ressaltando a necessidade de se garantir uma distribuição de recursos mais eficiente e condizente com as reais necessidades de cada entidade filantrópica⁹⁸.

A Caixa de Subvenções foi vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que mantinha um cadastro das instituições subvencionadas e que também realizava a fiscalização delas para avaliar como eram utilizados os recursos fornecidos.

Em 1932, a Caixa de Subvenções passa a ser vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que assume as competências antes atribuídas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁹⁹.

⁹⁵ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social (CPDOC).

⁹⁶ CAMINHA, M. C. Abrigo do Cristo Redentor: Estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

⁹⁷ Criada pelo Decreto-Lei 20.351, de 31 de agosto de 1931.

⁹⁸ CAMINHA, M. C. Abrigo do Cristo Redentor: Estado e assistência social. *Op. Cit.* p.30

⁹⁹ Conforme o Decreto-Lei 21.220, de 30 de março de 1932.

Ainda que não haja consenso sobre o período em que a Caixa de Subvenções teria sido extinta, é importante ressaltar sua importância como primeira experiência de organização da assistência e como experiência que embasou a fundação do Conselho Nacional de Serviço Social.

A partir da instituição do CNSS e de sua designação para analisá-los, os pedidos de subvenção passam a seguir o seguinte fluxo:

Os pedidos de subvenção das instituições assistenciais, uma vez entrados no Serviço de Comunicação do Ministério da Educação e Saúde (MES), eram distribuídos entre os membros do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que procediam a um estudo individual dos processos. Nas reuniões do Conselho, realizadas de duas a três vezes por semana, os membros expunham o resultado de suas avaliações e consolidavam os pareceres sobre a aprovação ou indeferimento. Os julgamentos poderiam também ser convertidos em diligência, no caso de existir dúvida a respeito de qualquer informação existente no processo das entidades, exigindo consulta a outros órgãos governamentais ou a publicação de notificações com pedido de documentos ou informações faltantes direcionadas aos seus representantes legais¹⁰⁰.

Neste sentido, o decreto-lei 527 de 1 de julho de 1938, que regula a cooperação financeira da União com as entidades privadas por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, fornece os elementos necessários para que o Estado exerça de forma sistemática este controle.

Desta forma, as subvenções federais seriam fornecidas às seguintes instituições atuantes na área do Serviço Social:

- a) instituições de assistência sanitária;
- b) instituições de amparo à maternidade;
- c) instituições de proteção à saúde da criança;
- d) instituições de assistência a quaisquer espécies de doentes;
- e) instituições de assistência a toda sorte de necessidades e desvalidos;
- f) instituições de assistência à velhice e à invalidez;
- g) instituições de amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
- h) instituições de educação pré-primária, primária, profissional, secundária e superior;
- i) instituições de educação e reeducação de adultos;

¹⁰⁰ CAMINHA, M. C. Abrigo do Cristo Redentor: Estado e assistência social. *Op. Cit.* p.38.

- j) instituições de educação dos anormais;
- k) instituições de assistência aos escolares;
- l) instituições de amparo a toda sorte de trabalhadores intelectuais ou manuais;
- m) quaisquer instituições cujo objetivo seja a prestação de outras modalidades de serviço social.

A promulgação da legislação para regular a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde. Seria saudada como mais uma das medidas que visavam, além do controle e uniformização das ações da assistência, a adoção de critérios técnicos de avaliação e condução dos processos.

José Pedro Ferreira da Costa¹⁰¹, em publicação do MES emitida em 1940 com o título *A assistência social no Brasil no Governo do Presidente Getúlio Vargas*, apresentaria o contraste entre as formas de subvenção às instituições de assistência no período pré-1930 e o método adotado no Governo Vargas ao afirmar que no período anterior:

Às instituições dessa natureza, cuja utilidade era notória e cujos recursos eram exíguos para fazer frente às vultosas e prementes necessidades que se lhes deparavam no exercício de suas filantrópicas atividades, concedia o Congresso Nacional subvenções dentro do mesmo critério que, em regra, presidia a totalidade da elaboração orçamentária: o critério político partidário; o critério regionalista; o critério pessoal, sem a precisa visão integral do magno e sempre momentoso problema¹⁰².

Neste mesmo documento, Ferreira da Costa também chama atenção às demais atividades do CNSS:

Mas, a ação do Conselho Nacional de Serviço Social não ficou circunscrita ao exame dos pedidos de subvenção federal, trabalho, por si só, afanoso e absorvente. Teve que enfrentar, também, o difícil problema da assistência individual. Ao Sr. Presidente da República chegam, diariamente, pedidos de toda natureza: internamento de órfãos e desamparados; internamento em estabelecimentos de ensino, por falta de recursos que custeiem estudos de variados graus e especialidades; auxílios para as mais variadas iniciativas ou para atender a prementes necessidades pessoais; a concessão de aparelhos ortopédicos para mutilados de toda espécie, que expõem dolorosamente suas desventuras e misérias, que precisam de amparo, que gritam por socorro¹⁰³.

¹⁰¹ Na época, secretário do Conselho Nacional de Serviço Social.

¹⁰² Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social (CPDOC).

¹⁰³ *Idem*.

Esta descrição de atividades possibilita compreender que ao Conselho não eram encaminhadas apenas questões de âmbito macro referentes à assistência, mas também aquelas relativas a questões pontuais que se encaixassem no padrão de benesses fornecidas pelo “pai dos pobres”. A estes pedidos eram fornecidas respostas que contemplassem não apenas a análise do problema e da possível solução, como também a intervenção para que a mesma se efetivasse, mesmo que para isso fosse necessário contar com o suporte de instituições subvencionadas.

Estas atividades, somadas à elaboração de instrumento para facilitar a habilitação das instituições que pleiteavam as subvenções, e à emissão de pareceres referentes aos projetos de lei na área da assistência, constituíram as principais ações desenvolvidas pelo Conselho no período em tela.

O artigo 5º do Decreto-Lei 525/1938 estabelece que o Conselho Nacional de Serviço Social deveria ser composto de sete membros designados pelo Presidente da República entre pessoas notoriamente dedicadas ao Serviço Social. Dentre estes, destaca a obrigatoriedade da permanência do Juiz de Menores do Distrito Federal e de pelo menos dois diretores de repartições do Ministério da Educação e Saúde relacionadas ao Serviço Social.

Tendo em vista esta determinação, o Conselho teve elencados para a sua primeira formação os seguintes nomes: Aaulfo Napoles de Paiva¹⁰⁴, Olinto de Oliveira¹⁰⁵, Augusto Sabóia Lima¹⁰⁶, Ernani Agrícola¹⁰⁷, Levi Miranda¹⁰⁸, Eugenia Hamann¹⁰⁹ e Stella de Faro¹¹⁰.

¹⁰⁴ Cf. o 1º capítulo deste trabalho.

¹⁰⁵ Olinto de Oliveira (Nascido em 5 de janeiro de 1866, na cidade de Porto Alegre, e falecido em 22 de maio de 1956, no Rio de Janeiro) formou-se em 1887 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, assumindo a presidência da Sociedade Brasileira de Pediatria após o falecimento de Fernandes Figueira, em 1928. O investimento do Governo Vargas na assistência à criança levou Olinto à cúpula do poder público, onde desenvolveu projetos e ações nesta área. Durante o período esteve à frente da chefia da Inspetoria de Higiene Infantil e, posteriormente, do Departamento Nacional da Criança, o qual ajudou a criar (Fonte: <https://www.sbp.com.br/institucional/academia-brasileira-da-pediatria/patronos-e-titulares/olympio-olinto-de-oliveira/>).

¹⁰⁶ Nascido em 1894 e falecido em 1963, Sabóia Lima permaneceu como Juiz de menores do Distrito Federal entre 1936 e 1939, quando se tornou desembargador.

¹⁰⁷ Nascido em 1883 e falecido em 1979.

¹⁰⁸ Nascido em 1895 e falecido em 1969.

¹⁰⁹ Vinculada ao *Rotary Club* do Rio de Janeiro, onde se destacou pela defesa da participação feminina na instituição, Eugenia casou-se com o médico Christiano Heÿn Hamann, com quem fundou o SOS (Serviço de Obras Sociais) e vinculado às ações do Rotary carioca. Sua filha, Emma Negrão de Lima, casou-se com Francisco Negrão de Lima, assumindo a posição de primeira-dama do Estado da Guanabara entre os anos 1965 e 1970, período correspondente à gestão Negrão de Lima.

¹¹⁰ Stella de Faro, nascida em 1888, terá alguns aspectos de sua trajetória apresentados neste capítulo.

Uma análise, ainda que breve, desta composição nos permite identificar alguns fatores interessantes sobre as correntes presentes no processo estabelecimento do Conselho e suas contribuições nesta etapa.

Recorro mais uma vez ao documento produzido por Ferreira da Costa, onde é realizada uma apresentação de cada membro do CNSS junto aos predicados que justificariam sua participação no Conselho.

O primeiro citado é o presidente do Conselho, Ataulfo de Paiva, sobre o qual já falamos no primeiro capítulo deste trabalho. Para Ferreira da Costa:

O Ministro Ataulfo de Paiva, nessa vasta matéria de assistência social no Brasil, sobre ser um elemento da maior projeção moral e intelectual, pelos seus valiosos serviços e pelo brilho e competência de sua atuação, é, inquestionavelmente, um precursor. Sua doutrinação doutra que abrangeu todas as faces do problema da assistência social e ficou condensada em magnífico e substancioso volume que é copioso repositório de conhecimentos, conceitos e ensinamentos, desenvolveu-se paralelamente com sua ação prática que se atesta, além de outras iniciativas beneméritas e trabalhos de vulto, pela criação da Liga Brasileira contra a Tuberculose, hoje Fundação Ataulfo de Paiva, cujos avultados serviços dispensam maiores encômios, tal a notoriedade da sua utilidade e da sua eficiência assistencial. O Ministro Ataulfo de Paiva passou a presidir o Conselho Nacional de Serviço Social com a mesma dignidade que sempre pôs no exercício dos mais altos cargos da magistratura brasileira, de que fez parte ou presidiu, e no desempenho das honrosas comissões com que tem sido distinguido¹¹¹.

Ao falar sobre a presença do Juiz de Menores no Conselho, Ferreira da Costa, apresenta a contribuição de Sabóia Lima e sua substituição, em 1939, por Saul de Gusmão, considerado igualmente competente e comprometido com a missão:

O juiz de menores do Distrito Federal, Dr. Augusto Sabóia Lima, distinguiu-se de tal forma no exercício do seu alto cargo, que o governo federal houve por bem elevá-lo ao Tribunal de Apelação do Distrito Federal, onde o novo desembargador prossegue na sua luminosa missão de juiz integro e ilustrado. Substitui-o no Juizado de Menores e, conseqüentemente, no Conselho Nacional de Serviço Social, o Sr. Dr. Saul de Gusmão, que corresponde por idênticos predicados, à confiança do governo¹¹².

A representação dos diretores de repartições do Ministério da Educação e Saúde ficou a cargo de Olinto de Oliveira e Ernani Agrícola, respectivamente, Diretor Geral do

¹¹¹ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social (CPDOC)

¹¹² *Idem*.

Departamento Nacional da Criança e Diretor do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal¹¹³. Ferreira da Costa valorizaria as capacidades especializadas de ambos na apreciação das questões que lhes eram submetidas.

Na descrição de Levi Miranda, diria:

O Sr. Levi Miranda é, no nosso meio, uma expressão apostolar em matéria de assistência social. Seu nome está ligado a numerosas obras filantrópicas de premente necessidade pública, sendo suficiente registrar que da sua ação altruísta e da sua completa dedicação à causa da caridade resultaram, além de outras iniciativas notáveis nos estados que tem percorrido, o Abrigo Cristo redentor e o Instituto Profissional Getúlio Vargas, desta capital¹¹⁴.

Já as duas mulheres que compunham o Conselho, Eugenia Hamann e Stella de Faro são apresentadas como

representantes autênticas do pensamento intelectual e dos sentimentos humanitários da mulher brasileira a serviço da bemfazeja atividade social. A primeira, dirigente da S.O.S. (Serviço de Obras Sociais) e a segunda, da Associação de Senhoras Brasileiras e da Associação de Educação Familiar e Social, do Distrito Federal, servem e dão impulso a obras de assistência social e cultural de grande projeção e manifesta utilidade pública¹¹⁵.

Ademais as palavras elogiosas, é possível identificar no texto a importância que se pretende conferir à atuação dos membros do CNSS em seus espaços de interseção com a assistência social, tanto os inseridos na estrutura governamental, quanto os vinculados a outros espaços.

Para além da prática, também se creditava a estas personalidades a autoridade intelectual fundamental para assumir uma posição de liderança frente o processo de organização da assistência social, conforme os pressupostos da relação entre a intelectualidade e o governo discutidos na parte anterior deste capítulo.

É importante termos em mente que considerar apenas um aspecto da vida social destas pessoas como fator para sua inserção no CNSS é desconsiderar as redes inter-relacionais nas quais eles se encontravam, lhes conferindo um caráter unidimensional em uma realidade complexa, dinâmica e multifacetada.

¹¹³ João de Barros Barreto substituiria Ernani Agrícola tanto no SSP quanto no CNSS em dezembro de 1941.

¹¹⁴ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social (CPDOC)

¹¹⁵ *Idem*.

Um exemplo pode ser encontrado ao ponderarmos um pouco mais sobre as vinculações de Stella de Faro não só junto às instituições de assistência, como também no seio da Igreja católica.

Ao analisar as relações entre o MES e a igreja católica, Mesquida¹¹⁶ identifica Alceu de Amoroso Lima¹¹⁷ e Stella de Faro como alguns dos atores centrais no processo de estímulo à participação da intelectualidade católica nos espaços sociais, promovido por Dom Sebastião Leme. Segundo o autor, Dom Leme teria iniciado um movimento de dinamização da Igreja a partir de 1916, que contava com a estratégia de estímulo à participação da intelectualidade católica nos espaços sociais e que teria ganho impulso no contexto do pós-1930.

Mesquida afirma que:

No período em que Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e da Saúde, Dom Leme procurou exercer influência no governo e sobre a sociedade por meio dos seus “braços” cultos no Ministério: Alceu de Amoroso Lima e Stella de Faro. Enquanto Tristão de Athayde procurava colocar católicos em postos chave do Ministério, Stella de Faro procurava participar de Comissões cujas decisões poderiam favorecer a presença da Igreja na sociedade, em particular pelo reconhecimento da mulher como mestra, cidadã (exercício político do voto) e pela sua presença em obras de Serviço Social¹¹⁸.

Por este prisma, se compreende que a ascensão do primeiro governo Vargas, trouxe à Igreja um espaço importante na sedimentação de seus princípios e ideologia, considerando sua penetração junto a segmentos da sociedade e a contribuição de sua intelectualidade no estabelecimento das bases necessárias para organização e execução do projeto de construção nacional.

Este apoio mútuo entre o governo e a Igreja se deu, não só por interesses de legitimação das duas partes, mas também pela afinidade entre os discursos, com pontos em comum, tais como a busca pela harmonia social e a preocupação com a família enquanto célula social.

Stella de Faro fez parte das Filhas de Maria de Sion e colaborou em diversas revistas das Filhas de Maria, recebendo a incumbência de assumir a secretaria

¹¹⁶ MESQUIDA, P. A educação na restauração Lemista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. Revista Diálogo Educ., vol. 9, n. 27. 2009.

¹¹⁷ Também conhecido como Tristão de Athayde.

¹¹⁸ MESQUIDA, P. A educação na restauração Lemista da Igreja. *Op Cit.* p.280.

responsável pela parte dedicada à ala feminina da Confederação Católica do Rio de Janeiro, em 1922.

Como liderança do grupo de senhoras católicas, Stella de Faro foi provocada a participar de espaços públicos que lhe concederam visibilidade utilizada tanto para a defesa dos ideais católicos, como da discussão sobre a importância da participação feminina na vida pública da sociedade. Neste sentido, defendeu a participação política, através do voto feminino, como instrumento que servia aos dois propósitos, posto que, acreditava que através deste a Igreja poderia eleger candidatos que estivessem sintonizados com suas diretrizes.

Além da participação no Conselho Nacional de Serviço Social e na Associação de Senhoras Brasileiras, Stella também foi presidente do Instituto Interamericano de Escolas de Serviço Social e representou o Brasil em eventos vinculados à temática social.

Esse breve vislumbre permitiu mostrar que, para além da vinculação ao laicato católico, Stella de Faro, assim como outros membros do CNSS, possuía arcabouço suficiente para a discussão técnica da assistência, construída ao longo de sua prática e do investimento empregado em sua capacitação.

Convém destacar aqui que ainda que houvesse vinculação de membros do CNSS à Igreja e a algumas das instituições que pleiteavam subvenções – a exemplo de Levi Miranda e sua vinculação com o Abrigo Cristo Redentor – houve um esforço para garantir que as avaliações dos pedidos fossem realizadas segundo os critérios mais imparciais possíveis.

Caminha ressaltaria este aspecto ao afirmar que:

Estabelecendo critérios claros para o julgamento dos pedidos de subvenção, atribuindo às entidades filantrópicas que concediam assistência gratuita maior mérito para o recebimento de auxílio, publicando regularmente “notificações aos interessados” com detalhamento de documentos ou informações pendentes, inclusive de instituições católicas cujos responsáveis faziam parte próprio CNSS, como o Abrigo, os integrantes desse Conselho revelam que buscaram cumprir suas atribuições a partir de normas e dados fundamentados¹¹⁹.

Além dos intelectuais que compunham o Conselho Nacional de Serviço Social, o governo também contava com a colaboração de uma gama de personalidades ligadas à

¹¹⁹ CAMINHA, M. C. Abrigo do Cristo Redentor: Estado e assistência social. *Op. Cit.* p.108.

assistência para difundir seus conceitos, uniformizar os processos e desenvolver estudos e propostas para o Serviço Social e para as expressões da questão social.

Uma destas personalidades, Teresita Porto da Silveira, apresentaria grande destaque neste grupo através da sua colaboração principalmente no tocante à formação de trabalhadoras sociais brasileiras.

Em entrevista ao jornal A Manhã traduz, Teresita Porto da Silveira explicitaria essa relação ao afirmar que:

Tanto no Peru, como no Chile, o Serviço Social se mantém sob os cuidados diretos do Estado, enquanto entre nós ele ainda vive da iniciativa particular. Mas agora o Ministério da Educação nos convocou com o intuito de colocar em idêntica situação o Serviço Social Brasileiro, pedindo, para isso, que elaborássemos um projeto para sua reorganização, trabalho esse que já apresentamos ao Sr. Ministro Gustavo Capanema desde fevereiro próximo passado¹²⁰.

Como podemos observar neste trabalho, seriam estes intelectuais os responsáveis pela expansão do Serviço Social no Brasil, não só no aspecto da regulamentação, como também na busca pela ampliação e uniformização do ensino.

¹²⁰ A entrevista de hoje: com a Prof. Teresita Porto da Silveira, sobre o Serviço Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 24. 04 de setembro de 1941.

CAPÍTULO 3

Formando trabalhadoras sociais: notas sobre a constituição de um perfil profissional.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a proposta de discussão sobre a identidade profissional que se buscou constituir para as mulheres que tinham sua atuação vinculada ao Serviço Social no Distrito Federal, no período pós 1930.

Tendo em vista as discussões apresentadas anteriormente sobre a reconfiguração da questão social e suas expressões na sociedade brasileira durante o período, bem como da constituição de um aparato que visasse intervir sobre esta seara, partimos agora rumo à análise de alguns dos aspectos encontrados no movimento inicial de organização das categorias que assumiriam a função de intervir profissionalmente junto a este escopo.

Neste sentido, recorreremos à divisão metodológica deste capítulo em quatro partes distintas e correlacionadas, sendo: a primeira é dedicada ao desenvolvimento dos conceitos de Serviço Social e de desajustamentos sociais, retomando como estes conceitos foram difundidos no interior dos espaços de formação e na comunicação com a sociedade em geral, como observamos nas matérias e artigos publicados no jornal *A Manhã*.

A segunda parte se detém sobre algumas das particularidades encontradas na formação destas profissionais, analisando, ainda que de forma breve, a constituição das grades curriculares e das produções vinculadas aos espaços de formação, bem como os debates sobre os níveis dos cursos e as estratégias para valorização da formação no processo de profissionalização desta assistência.

A terceira parte apresenta uma breve explanação sobre a influência estadunidense no Serviço Social brasileiro, mostrando o impacto da aproximação com as técnicas e aparatos de assistência presentes nos Estados Unidos, bem como a preocupação em apresentar à sociedade em geral este modelo de organização do Serviço Social.

A quarta e última parte apresenta alguns elementos referentes ao perfil que se buscava constituir para estas profissionais, as metodologias utilizadas em sua atuação e os campos nos quais esta se dava.

Para o desenvolvimento destas temáticas, recorreremos, além das obras produzidas por Fontoura e Pinheiro e das matérias e artigos publicados na imprensa, a materiais

como os anais do II Congresso Pan-americano de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1949¹²¹.

Ao final deste capítulo, a proposta é que tenhamos apresentado algumas peças que venham a contribuir para uma reflexão qualificada sobre um momento tão caro no processo de desenvolvimento destas categorias profissionais.

3.1) **Conceituando o Serviço Social e seu objeto de intervenção**

Como dito no primeiro capítulo deste trabalho, as expressões da questão social, compreendidas de forma inequívoca como cerne do trabalho do Serviço Social, são neste período entendidas como desajustamentos sociais a serem combatidos e/ou atenuados em prol da harmonia social.

Estes desajustamentos foram elencados em modalidades que facilitaríamos sua identificação e determinariam quais as causas e demandas associadas aos mesmos.

Utilizamos como parâmetro as tabelas de desajustamentos publicadas nas obras de Maria Esolina Pinheiro e Afro do Amaral Fontoura, editadas com uma distância de 10 anos, aquela publicada em 1939 e esta teve sua primeira edição em 1949. O caráter didático da obra de Fontoura fez com que ela recebesse inúmeras edições subsequentes. A partir da leitura destas obras podemos apresentar uma síntese que contemple as principais modalidades apontadas pelos autores:

¹²¹ O II Congresso Pan-americano de Serviço Social ocorreu entre 2 e 9 de julho no Rio de Janeiro, tendo como sua presidente Stella de Faro. Ao contrário do congresso anterior, realizado no Chile em 1945, que foi organizado com a proposta de discussão mais ampla sobre o Serviço Social, o II Congresso teve como tema central “O Serviço Social e a família”, refletindo a centralidade do núcleo familiar nas ações de assistência e educação. O congresso foi dividido de forma a contemplar três linhas de discussão: os problemas da família e a estrutura social; responsabilidades do Serviço Social para com a família e; a formação dos agentes de Serviço Social em face das exigências atuais. Para Ander-Egg e Kruze (1984), a incidência de três fatores é fundamental para a compreensão da conformação deste congresso: Em primeiro lugar, o término da II Guerra Mundial teria impactado nos interesses que impulsionaram a projeção do Serviço Social estadunidense sobre a América Latina; Em segundo lugar a reação das trabalhadoras sociais formadas na primeira geração, que tiveram dificuldades para assimilar uma técnica forjada em um país secular e de tradição protestante, conceituada dentro de um marco ideológico liberal; E em terceiro lugar a escolha de um tema bem específico como a família, propenso a abordagens de cunho mais moralizante. Os objetivos do congresso, expressos no artigo primeiro de seu regulamento, ressaltam a preocupação com o empreendimento de construção de um “fazer” Serviço Social pautado na realidade social dos países americanos. Cf Regulamento. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE SERVIÇO SOCIAL, 2., Rio de Janeiro, 1949. Anais. Rio de Janeiro : s.ed, 1949.

Desajustamentos	Referem-se a
Econômico	Miséria, pauperismo, insuficiência de salário e desemprego.
De saúde	Cegueira, alcoolismo, surdez, mudez, aleijão e enfermidades diversas.
Mental	Loucura, retardamento mental, psicoses e neuroses.
Doméstico	Desarmonia em família, incompatibilidade entre esposos ou entre quaisquer membros da família.
De educação	Menores abandonados, delinquência juvenil, educação defeituosa e mal encaminhada.
Profissional	Insatisfação com o emprego, ou com os chefes, ou com os colegas, falta de vocação ou de capacidade para o trabalho a realizar.
Político	Revolução e guerra
De conduta	Delinquência, crime, prostituição e vícios sociais.

Fonte: Adaptado de Pinheiro (1939) e Fontoura (1949).

Fontoura defende que a atenuação ou mesmo extinção destes desajustamentos se daria apenas a partir da ação social nomeada como Serviço Social ou, nas próprias palavras do autor, através do:

conjunto de técnicas que tem por objetivo reajustar a personalidade humana, no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar maior bem-estar à comunidade¹²².

Tal posição contempla as deliberações da I Conferência Internacional de Serviços Sociais, onde é estabelecido que o Serviço Social

Compreende todo e qualquer esforço que tenha por objetivo minorar os sofrimentos oriundos da miséria e reconduzir, tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, às normas de existência no meio em que habitam. Tal ação tanto pode se exercer pelos serviços prestados isoladamente como pelos coletivos, e, ainda, pela ação legislativa ou administrativa¹²³.

Esta definição estabelece a diferenciação entre o que seria o Serviço Social e outras formas de intervenção social como a caridade (entendida como ação de caráter ético-religioso), o espírito social (atividade de simpatia com o próximo), a ação social (atividade em favor do próximo e da comunidade que objetiva a criação de novos quadros sociais ou reestruturação dos já existentes) e a beneficência (voltada para o alívio das necessidades dos assistidos).

¹²² FONTOURA, A. Introdução ao serviço social. Rio de Janeiro: Marcel Beerens, 1959. p. 124.

¹²³ PINHEIRO, M. E. Resumo histórico. In: _____. Serviço social: infância e juventude desvalida. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº. 1939. p. 17.

Neste sentido é interessante observar que, ainda que a profissionalização e o investimento nas técnicas de intervenção trazidas pelo Serviço Social sejam apresentados no período como uma espécie de salto qualitativo na assistência prestada, a valorização destes aspectos técnicos não é posta em oposição aos demais modelos de assistência.

Ainda a partir das deliberações da I Conferência Internacional de Serviços Sociais, é apresentada uma proposta de classificação do Serviço Social em quatro divisões, sendo estas: 1) O Serviço Social de caráter paliativo, que visava a diminuição dos males decorrentes da miséria; 2) O Serviço Social curativo, cujo objetivo seria reestabelecer as condições normais de existência do indivíduo; 3) O Serviço Social preventivo, com foco na luta para evitar a eclosão dos flagelos sociais; e 4) Serviço Social construtivo cujo objetivo seria o aperfeiçoamento moral e material do indivíduo e a elevação do nível de sua existência para a vida normal em sociedade.

O empenho na distinção entre o Serviço Social e a Assistência Social propriamente dita também é encontrado nas produções do período, como, por exemplo, a matéria publicada no jornal *A Manhã* intitulada “*A ação do assistente social*”, onde é apresentada entrevista e um breve resumo da defesa de tese de conclusão do curso de Serviço Social de Áurea Barbosa Viana Palmeira¹²⁴, à época aluna da Escola Técnica de Serviço Social. Quando indagada sobre a diferença entre ambas as ações voltadas para o social, Áurea Palmeira forneceu a seguinte resposta:

A assistência social aplica o mais imediatamente possível todos os recursos em seus múltiplos processos para harmonizar qualquer distúrbio ou desajustamento social. É paliativa. Aplica o remédio, como seja, asilo, emprego ou qualquer outro benefício que tenha como objetivo integrar o indivíduo ou a família ao meio. O Serviço Social investiga, organiza e indica por seus processos técnicos, com inquéritos, pesquisas, etc. a forma pela qual a assistência social poderá alcançar os seus fins. É Serviço Social a direção de instituições de proteção e educação, a fiscalização das obras sociais, a elaboração de leis, decretos, portarias, enfim, tudo que possa influir no bem estar e equilíbrio da vida social, tanto coletiva quanto individual. [...] Uma perfeita “assistência social” depende muito de um perfeito “Serviço Social” porque este a antecede¹²⁵.

¹²⁴ Áurea Palmeira seria contratada pela secretaria de administração do Distrito Federal em 1951, como Assistente Social. Cf *Jornal A Manhã*, edição 3052, de 14 de julho de 1951.

¹²⁵ PALMEIRA, A. B. V. *A ação do assistente social*. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 71. 30 de outubro de 1941.

Assim como a assistência social aparece na entrevista como uma intervenção na realidade social fundamental para a manutenção da harmonia e paz social, o Serviço Social se apresenta como o elemento responsável por lhe fornecer os subsídios necessários para que esta função seja cumprida de forma mais efetiva e eficaz.

Porém, para que o Serviço Social cumprisse seu papel nesta dinâmica, seria necessária a organização e capacitação daquelas que seriam responsáveis por sua prática.

3.2) Particularidades da formação das trabalhadoras sociais

A formação de trabalhadoras sociais, técnica e culturalmente qualificadas, assume um dos pontos centrais de discussão na análise da organização profissional do Serviço Social. Ao mesmo tempo em que se ampliam os quadros de instituições voltadas para o ensino destas profissionais, também se busca a discussão e uniformização dos currículos básicos das instituições, de forma a contemplar os aspectos considerados fundamentais para esta capacitação.

No que tange à quantidade, é importante destacar o salto no número de escolas dedicadas ao ensino do Serviço Social no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950, onde encontramos em 1937 duas escolas em funcionamento, passando a quinze em 1949 e chegando a vinte e oito em 1959, seis anos depois da regulamentação do ensino do Serviço Social em nível universitário¹²⁶ e dois anos depois da lei de regulamentação do exercício da profissão de assistente social¹²⁷.

Nadir Gouveia Kfourri, em apresentação feita no II Congresso Pan-americano de Serviço Social¹²⁸, assinala que, das quinze escolas existentes, cinco estavam situadas no Distrito Federal e uma em Niterói¹²⁹, então capital do estado do Rio de Janeiro. Destaca

¹²⁶ Lei nº 1889 de 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais.

¹²⁷ Lei nº 3252 de 27 de agosto de 1957

¹²⁸ KFOURI, Nadir Gouveia. Dificuldades e soluções encontradas na formação de assistentes sociais. In: II Congresso Pan-americano de Serviço Social, Rio de Janeiro, 1949. Anais. Rio de Janeiro: s.ed., 1949. p. 432-447.

¹²⁹ A saber: Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social (fundada em 1937, sendo agregada à PUC em 1946 e incorporada como Departamento de Serviço Social em 1972); Curso de Serviço Social da Escola de Enfermagem Anna Nery (iniciado em 1937, este curso posteriormente se tornará a Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil e, por fim, a Escola de Serviço Social da UFRJ); Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro (criada em 1939 e vinculada ao Laboratório de Biologia Infantil do Juizado de Menores. Mais tarde se tornou a Universidade Veiga de Almeida); Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (criada em 1944, que posteriormente se tornaria a UERJ); Escola de Serviço Social das Faculdades Católicas (surgida em 1944 e incorporada ao Instituto de Educação Familiar e Social nos anos 1950); Escola de Serviço Social de Niterói (fundada em 1945, se

ainda que doze das escolas existentes no período sofreram influência direta das duas primeiras escolas do país, a saber: a Escola de Serviço Social de São Paulo, fundada pelo Centro de Estudos de Ação Social, em 1936; e a Escola de Serviço Social do Instituto Social do Rio de Janeiro, fundada em 1937.

Fontoura alega que a importância destas escolas extrapolaria a formação dos alunos, pois

Em vez de atuarem apenas sobre os alunos, tais escolas têm atuado grandemente sobre o meio, despertando a atenção das autoridades, dos médicos, dos industriais, etc., para o problema. Em quase todos os países do mundo, as escolas surgiram como consequência do desenvolvimento a que tinha atingido o Serviço Social. No Brasil, paradoxalmente, as escolas tem sido causa desse desenvolvimento, atuando de maneira incansável e dedicada, no sentido de abrir os olhos das autoridades para o magno problema do Serviço Social, até há pouco obscurado em nosso país¹³⁰.

Esta afirmativa se comprova através da análise dos materiais vinculados na imprensa nacional sobre o enfrentamento da questão social e sobre a contribuição do Serviço Social neste enfrentamento. Também pode ser observado na atuação junto ao poder público e às instituições paraestatais que passam a contar com a intervenção de trabalhadoras sociais no período, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), SENAI – ambas criadas em 1942; e SESI, criado em 1946.

A abertura de campos de atuação na área social e a procura por profissionais que os ocupem, tanto na direção quanto na execução, passa a movimentar um mercado de trabalho que apresenta grande demanda pela absorção destas profissionais, encontrando, no entanto, um panorama ainda insuficiente de formação de quadros compatíveis. Esta configuração traz à tona o debate sobre as estratégias que seriam necessárias para suprir a carência destas profissionais.

A primeira diz respeito à indicação de alunas que ainda não tivessem concluído o curso, mas que já se encontrassem em seu segundo ano de formação, para preenchimento dos cargos de assistentes sociais.

Outra estratégia, talvez uma das mais polêmicas, diz respeito à instituição de cursos de formação em dois níveis: em nível superior para a formação de assistentes sociais e em nível médio para os diversos tipos de auxiliares de Serviço Social.

tornando posteriormente a Escola de Serviço Social da UFF). Para mais sobre o assunto, recomendo a leitura de PEREIRA, L. D. Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. (Tese de doutorado) – Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

¹³⁰ FONTOURA. Introdução ao serviço social. op. cit. p. 67.

O debate sobre esta questão pode ser acompanhado mais de perto nos anais do II Congresso Pan-americano de Serviço Social, onde a reflexão sobre as dificuldades referentes à escolarização no Brasil dá a tônica da discussão sobre a importância dos cursos de nível médio em Serviço Social como canais de recrutamento para trabalhadoras sociais, inclusive no que tange à preparação de quadros para os cursos de nível superior.

O trabalho intitulado “*A formação dos trabalhadores sociais*”, apresentado pela equipe de profissionais¹³¹ vinculada à Escola Técnica de Serviço Social Cecy Dodsworth¹³², defende que

A formação apenas de assistentes sociais, de nível mais elevado, destinados à polivalência na ação, não corresponde à realidade brasileira. A situação econômica e educacional do Brasil está em desacordo com as possibilidades de sua grandeza material e moral. A primeira vem impedindo o crescimento de certas atividades que, parecendo secundárias ou auxiliares, são, no entanto, fundamentais para a própria transformação das fontes de riqueza – materiais e humanas; é o que se dá com o Serviço Social, que ainda é utilizado como elemento sã de política econômica e social. O segundo, como rapidamente foi demonstrado, está a exigir uma rede assistencial tão larga e complexa, estendida de norte a sul, contínua e crescente, que o fator pessoal é o grande entrave, pois que está na dependência do econômico¹³³.

Desta forma, a reivindicação de um status do Serviço Social como campo de atuação importante para a efetivação da proposta de construção de uma nação forte, e a conseqüente demanda gerada para a intervenção das profissionais vinculadas a ele, encontraria justamente em sua preocupação com o nível de exigência para a admissão

¹³¹ O trabalho foi elaborado por Maria Esolina Pinheiro, diretora da escola; Ofélia Boisson Cardoso, técnica de educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, professora de psicotécnica e membro das comissões especiais da Escola; Maria de Lourdes Gill, assistente social, auxiliar de direção de ensino e professora de ética da Escola; e Fábio Crissiuma de Oliveira Figueiredo, membro do Conselho Técnico Administrativo e professor de biologia e estatística da Escola. No entanto, a referência catalogada para o texto nos anais do Congresso e na biblioteca do CBCISS identifica a autoria da produção com o nome da Escola, Cecy Dodsworth. Ainda que consideremos esta incongruência na referência do texto, preferimos manter o padrão no qual ele se encontra cadastrado, de forma a facilitar sua identificação e consulta. Cf.: II Congresso Pan-americano de Serviço Social, Rio de Janeiro, 1949. Anais. Rio de Janeiro: s.ed, 1949.

¹³² A partir da implementação do Decreto-Lei 6527, de 24 de maio de 1944, a Prefeitura do Distrito Federal passa a contar com a Escola Técnica de Assistência Social, que recebe o nome em homenagem à Sra. Cecy Dodsworth, esposa do prefeito Henrique Dodsworth. Assim como a inauguração da Escola Henrique Dodsworth, em 1943, a nomeação da Escola Técnica de Assistência Social segue o intento de homenagear ainda em vida estas duas personalidades e perpetuar sua atuação nas esferas de educação e da assistência.

¹³³ DODSWORTH, Cecy. A formação dos trabalhadores sociais – Escola Técnica de Assistência Social. In: II Congresso Pan-americano de Serviço Social, Rio de Janeiro, 1949. Anais. Rio de Janeiro: s.ed, 1949. p. 448-449.

nos cursos um dos obstáculos à ampliação de seus quadros de candidatas. Conforme exposto pela equipe da Escola Técnica de Serviço Social Cecy Dodsworth,

Basta considerar que o ensino de nível secundário completo ainda depende, no Brasil, em sua maior parte, da iniciativa particular. Por isso, os estudantes da classe média só com grandes sacrifícios chegam ao ginásio; via de regra, logo depois da escola primária, são encaminhados para o trabalho e os estudos só permanecem quando há grande interesse em aprender, quando a ambição impele o homem para a frente, num sentido de aperfeiçoar, mesmo a custo de sacrifícios, e isso quando o tipo de trabalho e o salário o permitem¹³⁴.

Considerando que o princípio da educação vindo de “baixo pra cima” possibilitaria a ascensão das massas, oferecendo a todos oportunidades dentro do conceito de respeito à dignidade humana, alegam que “Recrutar, portanto, candidatos para cursos de nível médio de Serviço Social, na classe média, entre aqueles que completaram o ginásio, é ainda prestar assistência educacional ao povo”¹³⁵.

Segundo esta proposta, o curso de Serviço Social em nível médio poderia substituir o curso colegial, trazendo matérias que seriam aproveitadas na inserção da aluna no curso superior, possibilitando, como vantagem, mais tempo para o desenvolvimento da parte prática do curso.

No entanto, os contrários à formação de nível médio apresentavam como argumentação que a redução do nível de escolaridade provocaria proporcional desvalorização do Serviço Social e da remuneração destinada a estes profissionais, à medida que admitiria alunas com nível cultural inferior ao necessário para o curso.

A preocupação com a formação de profissionais em dois níveis não se limitaria, no entanto, apenas à questão dos números absolutos de profissionais em atuação, estando também relacionada a ela a preocupação com a forma como estas profissionais se colocariam no mercado de trabalho.

Uma vez que as trabalhadoras sociais com formação em nível superior pleiteavam os cargos de direção e chefia nas instituições que passavam a formalizar os setores de Serviço Social, surgia a preocupação em prover as vagas para atuação junto à população, no contato direto com os assistidos.

Os defensores da formação em nível médio argumentariam sobre este aspecto ao afirmar que

¹³⁴ *Ibidem.* p. 449.

¹³⁵ *Ibidem.* p. 450.

Os cursos superiores acarretam despesas onerosas sob todos os pontos de vista; a massa que os frequenta é constituída de elementos de meios mais abastados; dentro de pouco tempo teríamos a formação de uma elite profissional, e veríamos os serviços confinados aos gabinetes de chefia. O número insuficiente de trabalhadores desse tipo (insuficiência essa decorrente de razões já expostas) prejudicaria os serviços externos, cuja natureza fosse, em si mesma mais adequada aos profissionais de tipo médio, supervisionados¹³⁶.

A aproximação destas trabalhadoras com o meio em que se encontram os assistidos se daria então de forma orgânica, associada à sua origem e identificação junto ao segmento menos abastado da população, o que em tese lhes possibilitaria maior capacidade de classificação e intervenção direta nos desajustamentos vividos por estes.

O professor Porto da Silveira, porém contesta esta tese ao afirmar que

Não é possível, numa democracia, estabelecer níveis, sob o pretexto de que o indivíduo de categoria mais elevada não pode descer ao contato do indivíduo da mais baixa. Se a profissão de assistente social tem como fundamento a vocação, é lógico que não será assistente social quem não possua essa vocação. A assistente social, seja princesa ou operária, é apenas assistente social¹³⁷.

Assim como nos trabalhos desenvolvidos pelas confrarias e irmandades, referenciadas como gênese dos modelos de assistência, o elemento vocacional surge como elo entre o assistido e aquele que fornece a assistência, aproximando-os e nivelando-os segundo o próprio ato de assistir. Analisando este contexto, Iamamoto e Carvalho¹³⁸ diriam que o contato da trabalhadora social de status social diverso dos assistidos era considerado interessante, pois impressionaria sensivelmente a estes por seu esforço em compreender e intervir em uma realidade tão diferente da sua.

Ainda que o ensino de Serviço Social no período apresentasse questões que carecessem de consenso e regulamentação, a instituição da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1946, possibilitou, em âmbito nacional, a sistematização da relação entre as instituições e estimulou a organização destas em bases mínimas comuns.

Entre as questões que a ABESS auxiliou a uniformizar, estão os critérios para admissão de alunas nos cursos de Serviço Social, estabelecendo como requisitos básicos

¹³⁶ *Ibidem.*

¹³⁷ *Ibidem.* p. 437.

¹³⁸ IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3.ed. São Paulo : Cortez, 1985. p.222

ter idade mínima de 18 anos, apresentar certificado de conclusão do curso ginásial ou preparo equivalente, comprovar idoneidade moral e apresentar de atestado de boa saúde.

Algumas discussões surgiram no período sobre a necessidade de outras formas de garantir uma melhor seleção entre as candidatas aos cursos. Dentre elas, podemos destacar a proposta de realização de testes ou exames para avaliação de possíveis traços patológicos e desequilíbrios psico-afetivos.

Para a equipe da Escola Técnica de Serviço Social Cecy Dodsworth, tais exames seriam vitais, pois

Desta forma, se evitaria que um trabalhador social, pela falta de qualidades sociais requeridas, fosse ele próprio a causa de choques, de conflitos, ao invés de eliminá-los, de afastá-los de seu campo de ação¹³⁹.

A necessidade destes exames justificaria, inclusive, o investimento em laboratórios de psicologia aplicada nas escolas de Serviço Social, que teriam, além desta finalidade, a função de fornecer espaço para as alunas desenvolverem uma atitude científica frente à personalidade e reações humanas, evitando se deixarem levar por julgamentos de caráter subjetivo, sem critérios cientificamente definidos.

Quanto ao currículo, o que se observa no geral é a organização dos cursos de nível superior, com duração de três anos, onde: o primeiro seria destinado à complementação da formação básica e iniciação em Serviço Social; o segundo ano intensificaria os estudos de Serviço Social dando ênfase às práticas e campos de atuação; e, por fim, o terceiro ano teria como maior conteúdo a intervenção prática em estágios.

A ABESS passa a estipular um programa mínimo, organizado de forma a contemplar a seguinte divisão no que tange às disciplinas:

Disciplinas	Carga horária
Sociologia doméstica, Política e Economia	100 horas
Elementos de direito: - Constitucional; - Administrativo; - Civil e Penal; - Direito do Menor - Direito Social.	60 horas
Medicina Social: - Higiene geral; - Higiene social; - Higiene infantil e pediatria;	100 horas

¹³⁹ DODSWORTH. A formação dos trabalhadores sociais. *op. cit.*, p. 454.

- Higiene alimentar; - Higiene do trabalho; - Higiene mental e noções de psiquiatria	
Psicologia e educação geral da criança, do adolescente e do adulto	60 horas
Moral geral, individual e profissional	40 horas
Serviço Social: - Fundamentos do Serviço Social; - Casos Individuais; - Serviço de Grupo; - Organização Social da Comunidade; - Administração em Serviço Social	120 horas
Técnicas auxiliares: - Estatísticas e pesquisa social; - Socorros de urgência; - Noções de contabilidade e administração ou organização de biblioteca	50 horas

Fonte: Kfoury (1949).

Esta proposta de grade curricular tencionava fornecer durante o curso superior de Serviço Social os fundamentos científicos tidos como básicos para uma formação plena destas futuras profissionais.

Enquanto as disciplinas específicas da cadeira de Serviço Social deveriam ser confiadas apenas a assistentes sociais diplomadas, preferencialmente com especialização, as outras disciplinas eram ministradas por especialistas nas áreas às quais elas eram vinculadas (direito, medicina...).

No que tange à parte prática da formação, sugere:

Trabalhos práticos	Carga horária
Estudo do meio: visitas a obras sociais e outros organismos relacionados ao Serviço Social	10 visitas
Prática de tratamento de casos individuais	100 horas
Estágio em dois campos à escolha: - Serviço Social junto à Família; - Serviço Social de Menores; - Serviço Social na Indústria; - Organização Social da Comunidade; - Administração de Obras Sociais, etc.	200 horas
Estágio final de três meses com três horas diárias de trabalho em determinado campo de Serviço Social	300 horas

Fonte: Kfoury (1949).

As avaliações consistiriam em provas escritas (em alguns casos também orais) e trabalhos de conclusão de curso que deveriam ser defendidos frente uma banca examinadora organizada pela direção da escola.

Estes trabalhos de conclusão ajudariam a compor a bibliografia nacional referente ao Serviço Social, suprindo uma carência patente desde o início do processo de organização do ensino de Serviço Social.

Às escolas de Serviço Social não era imputada apenas a responsabilidade sobre a formação técnica das futuras assistentes sociais, a formação cultural e moral também era alvo de preocupação, sendo adotadas diversas atividades extracurriculares com o objetivo da elevação cultural das alunas.

Para Kfourri,

A formação cultural do trabalhador social é bastante complexa, pois que ele deverá, sobretudo, ser orientado no sentido de conhecer para agir; mas a natureza do conhecimento é por si mesma de grande complexidade, pois que visa a criatura humana, encarada não somente como animal, biologicamente, mas como parcela de uma coletividade que sobre ela influi, imprimindo-lhe determinadas características, ao mesmo tempo que se modifica, influenciada pelas parcelas que a compõem e que não podem ser assimiladas às de uma soma, pois que não tem expressão própria fora do grupamento humano que evoluíram¹⁴⁰.

Encontramos a mesma avaliação no texto de Rachel Prado publicado no jornal A Manhã, quando esta afirma que

Por isso, a necessidade de uma cultura polivalente para o assistente social. Pois, no exercício da sua árdua missão encontrará “casos” de todos os gêneros, nos quais terá que intervir – ora recorrendo à ação do advogado, do médico, do sacerdote, já, se integrando na vida dos seus assistidos e resolvendo de modo próprio os seus problemas¹⁴¹.

Uma breve análise dos problemas encontrados para a formação de trabalhadoras sociais no período elencaria ainda as seguintes questões: sobrecarga dos programas (currículo extenso), ausência de locais para estágio, o desconhecimento do Serviço Social e das funções do assistente social que levava à delegação de tarefas não condizentes aos alunos e o número baixo de pessoas que se encontravam em condições de fazer a supervisão.

A publicação de notas de propaganda dos cursos de Serviço Social também é utilizada como expediente para ampla divulgação dos conteúdos, sendo encontrada em grande volume em meios como o jornal A Manhã, tal qual a nota abaixo:

¹⁴⁰ KFOURI. Dificuldades e soluções encontradas na formação de assistentes sociais. *op. cit.*, p. 456.

¹⁴¹ PRADO, R. Serviço de Assistência Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 55. 11 de outubro de 1941.

Já se encontram abertas as inscrições para o curso de Serviço Social, da Universidade do Brasil, mantido pela Escola Técnica de Serviço Social, fundada sob o patrocínio do Juízo de Menores, do Serviço de Obras Sociais e do Serviço de Amparo a Menores. Fiscalizada pelo Ministério do Trabalho, a Escola que diplomou, no ano próximo passado, a sua primeira turma de assistentes sociais, possui um dos melhores corpos docentes existentes em escolas superiores.

Os candidatos à matrícula deverão ter mais de 18 anos de idade, apresentar o diploma do curso ginásial e provar sua saúde e vocação para a nobre profissão de assistente social.

A Escola dará gratuidade a um determinado número de alunos pobres que reunirem aqueles conhecimentos e qualidades morais comprovados pela comissão de pesquisadores sociais do referido estabelecimento educacional.

As aulas de inglês já foram iniciadas e são ministradas às terças e quintas-feiras, das 9 às 10 horas¹⁴².

Esta propaganda, publicada em fevereiro de 1942 ilustra o empenho em apresentar o prestígio do curso, através das instituições às quais ele está ligado, o que legitimaria não só sua solidez, como também a sua utilidade social ao intervir junto às suas áreas de atuação. Podemos observar ainda a divulgação de um programa de bolsas de estudos, que possibilitaria o ingresso e a permanência de alunas pobres no curso e a garantia do ensino da língua inglesa, de forma a complementar a formação das alunas e possibilitar acesso às obras de Serviço Social produzidas em outras línguas, no caso o inglês.

A apresentação dos resultados positivos referentes às formaturas de turmas de Serviço Social e colocação das egressas dos cursos também ganham espaço na imprensa. Neste sentido, chama a atenção particularmente a carta enviada por Maria Cristina da Fontoura Marques, publicada no jornal A Manhã:

Sr. Redator de “Trabalho e Assistência Social” – Saudações cordiais. Li com prazer, nesta secção, uma notícia sobre o aproveitamento, em cargo público, de uma assistente social que cursou a Escola de Serviço Social da S.O.S.. Quero completar a referida notícia com algumas informações sobre o assunto, com o intuito apenas de chamar a atenção sobre as utilidades dessa profissão nova em nosso meio e mostrar o interesse que, pela mesma, tem demonstrado os poderes públicos¹⁴³.

¹⁴² Escola Técnica de Serviço Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 163. 19 de fevereiro de 1942.

¹⁴³ MARQUES, M. C. F. Escola de Serviço Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 155. 7 de fevereiro de 1942.

A preocupação em demonstrar que o caso ora citado não era único e que outros quadros egressos das escolas de Serviço Social se encontravam colocados no mercado de trabalho, apresentando contribuição em lugares estratégicos da sociedade, deu o tom à carta, que apresentou as seguintes informações

Desde 1939 começaram as repartições públicas a admitir assistentes sociais, em serviços especializados. Nesse mesmo ano de 1939 ingressava na prefeitura como chefe do Serviço de Enfermeiras Sociais, D. Maria Esolina Pinheiro, assistente social e professora, levando 16 assistentes sociais que haviam terminado um curso intensivo de Serviço Social, sob sua própria direção. Várias dessas moças ocuparam lugares de destaque, tais como: Lisbela Haddock Lobo e Zila Amaral Nogueira, secretárias do Curso Superior de Assistência Social, fundado na Secretaria de Saúde quando secretário o Sr. Clementino Fraga. Outras tiveram os seguintes aproveitamentos: Marieta Correia de Melo, Lais Avelar Veloso, Maria Cecília Ferreira, Augusta Haddock Lobo, respectivamente chefes dos Centros Sociais nº 1, 2, 3 e 5. [...] Neles, além das chefes já referidas, trabalham ainda as assistentes sociais Walquíria Eurídice Brandão, Zelia Guerra, Elza Leão de Moura, Maria de Lourdes Copelo, Ivone Régis, Maria Luiza Fontes Ferreira e Eloisa Shaw. Essas moças (exceção das duas últimas, diplomadas pelo Instituto Social) pertenceram ao já referido Curso Intensivo de 1939, de cuja turma fez parte a atual diretora da Escola de Serviço Social da S.O.S., sob os auspícios do Juízo de Menores, D. Teresita Porto da Silveira¹⁴⁴.

Além destes, outros casos seriam referidos na carta:

Em 1941 formava a Escola da Cruz Vermelha Brasileira (Curso de Serviço Social), uma turma de 25 assistentes sociais e dessas, 11 foram aproveitadas pelo Dr. Jesuino de Albuquerque, Secretário Geral de Saúde e Assistência. E são: Maria Cecília Paiva, atual secretária do diretor de Serviço Social da prefeitura, Maria de Lourdes Gil, Aurea Inocência, Doralice Guerra, Maria Silvia Gomes, Ligia Copelo, Orlandina Geraldine, Edméa Cunha, Alice Florisbela, Candida Paulo. Outra assistente social dessa turma, Genny de Oliveira, é a atual secretária do curso de Serviço Social da Cruz Vermelha Brasileira. Este ano o curso da Cruz Vermelha teve dois alunos colocados em primeiros lugares: Gilberto da Silva e Vicente Sobrinho Porto. Este, que se destinou à carreira de advogado, será convidado para assistente da carreira de Direito do curso, assim como a Srta. Mabel Shaw, também diplomada pela Escola, será a professora da parte de Enfermagem. São como se vê, diplomados pela Escola da Cruz Vermelha Brasileira no curso de Serviço Social e aproveitados conforme acima se relata. Agradeço a publicação desta, como leitora assídua que sou deste brilhante jornal¹⁴⁵.

¹⁴⁴ *ibidem*

¹⁴⁵ *ibidem*

O retorno dos egressos aos cursos na condição de professores aparece claramente neste trecho da carta, destacando estes espaços não só como locais de formação, mas também como possíveis campos de trabalho no qual aqueles que se destacarem poderão se inserir.

Também vale a pena destacar a citação ao curso de Serviço Social da Cruz Vermelha Brasileira, ilustrando a importância desta instituição como campo para formação e inserção de trabalhadoras sociais. A consideração da guerra como um desajustamento de nível global, com impactos definitivos no indivíduo, em seu núcleo familiar e na sociedade como um todo, exigia que a assistência a esse indivíduo e sua família contemplasse aspectos outros que não apenas os biomédicos, justificando o investimento no trabalho de profissionais do Serviço Social. No entanto, a importância do Serviço Social junto a esta instituição não se restringe ao período de conflito, como expresso por Maria Esolina Pinheiro em artigo publicado no jornal A Manhã, onde afirma que

Esgotadas as atividades dos períodos de guerra, e em face da duração dos períodos de paz, cogitou-se de desenvolver o pensamento central do programa da Cruz Vermelha, que é o de servir à humanidade, dando ocupação permanente ao seu pessoal voluntário que as guerras obrigaram a mobilizar, criando assim um programa para períodos de paz. A razão inicial desse programa era a de não perder os elementos recrutados durante a guerra para que continuassem preparados quando necessário.

Depois essa ideia evoluiu para o cuidado permanente com problemas de saúde, incentivando as cruzadas sanitárias em favor das populações rurais, criando hospitais, sanatórios, colônias de férias, etc. Mais tarde as sociedades da Cruz Vermelha compreenderam que estes problemas envolviam os da educação e passou a preocupar-se com a educação popular. [...] A identificação do Serviço Social com as atividades da Cruz Vermelha facilita a realização desses objetivos, constituindo o seu mecanismo de ação, flexível, perfeitamente associável aos poderes públicos e às instituições particulares, uma garantia de êxito ¹⁴⁶.

Tendo como base esta compreensão, a Cruz Vermelha Brasileira passaria a fornecer, além dos cursos de enfermeiras e samaritanas, um curso técnico de assistentes sociais, outro de voluntárias sociais e ainda um curso superior de assistência, com prerrogativas de extensão da Universidade do Brasil¹⁴⁷. A experiência brasileira também embasaria a aprovação da proposta defendendo o ensino do Serviço Social nos

¹⁴⁶ PINHEIRO, M. E. A Cruz vermelha e o Serviço Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 226. 6 de maio de 1942.

¹⁴⁷ PINHEIRO, M. E. Serviços Sociais no Brasil. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 58. 15 de outubro de 1941.

programas da Cruz Vermelha, apresentada por Pinheiro na Conferência Interamericana da Cruz Vermelha, realizada em 1941.

3.3) **Notas sobre a influência estadunidense no Serviço Social brasileiro**

É possível encontrar bastante material na bibliografia básica do Serviço Social que apresente referência à influência franco-belga nos primeiros momentos de seu processo de organização profissional¹⁴⁸. Concomitantemente, há ainda pouco escrito sobre o impacto da influência estadunidense no Serviço Social brasileiro durante este processo.

Tal fato faz com que, na maioria das vezes essa influência, seja subdimensionada ou mesmo relegada a um segundo plano, o que corresponde a ignorar um aspecto significativo na trajetória do Serviço Social brasileiro, uma vez que, neste caso, o esforço de constituir uma identidade própria passa pela consideração de modelos já atuantes em outros países e da análise de quais características presentes nestes modelos poderiam ser adaptadas e/ou ressignificadas de modo a contemplar a realidade brasileira.

Neste sentido, como forma de estabelecer um recorte que possibilite didaticamente a demarcação de períodos de alternância entre as influências encontradas na trajetória do Serviço Social, consideramos a década de 1930 como espaço onde predominou a influência franco-belga, encontrando na década de 1940 a ascensão das técnicas e modelos associados às experiências vigentes nos Estados Unidos.

A análise deste processo exige, no entanto, mediações outras que não apenas as encontradas no interior do Serviço Social. Tendo isto em mente, podemos recorrer a Ander-Egg e Kruse, quando estes, ao analisarem os anais do I e II Congressos Pan-americanos de Serviço Social, afirmam que dois fatores influíram para a ascensão do modelo estadunidense de Serviço Social:

Uno, interno del servicio social, la inenegable atracción que ejercía sobre las profesionales más inquietas el deslumbrante desarrollo del servicio social em los EE.UU. El otro, externo, la política “buen vecino” que iniciaron los Estados Unidos bajo la presidencia de Franklin D. Roosevelt, luego de su ingreso forzado de la Guerra¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Para melhor análise desta temática podemos recomendar Almeida (1979) e Yamamoto e Carvalho (1985).

¹⁴⁹ “Um, interno do Serviço Social, a inegável atração que exercia sobre as profissionais mais inquietas o deslumbrante desenvolvimento do Serviço Social nos EUA. O outro, externo, a política de “boa vizinhança” que os Estados Unidos iniciaram sob a presidência de Franklin D. Roosevelt, a partir de seu

A participação na II Guerra Mundial trouxe aos Estados Unidos a preocupação com a manutenção das alianças em sua retaguarda hemisférica, em especial nas fontes estratégicas de matérias-primas, colocando em evidência a importância da manutenção da mão de obra necessária para obtenção destes insumos. Segundo Ander-Egg e Kruse,

Comezaron así a funcionar a nível continental algunos programas de alcance social, como, por ejemplo, el Servicio Cooperativo Interamericano de Salud Pública. En estos programas, concebidos por expertos norteamericanos, el asistente social tenía su lugar en el equipo técnico. Y donde no los había – o su capacitación tenía una orientación diferente – un generoso sistema de becas los capacitó en los EE.UU.¹⁵⁰.

André Luiz Vieira de Campos apresenta o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, criado em 1940 e coordenado por Nelson Rockefeller, como o instrumento mais eficaz da Política da Boa Vizinhança, cuja função seria “promover o desenvolvimento das relações comerciais e culturais entre as Repúblicas Americanas no sentido de incentivar a solidariedade e aprofundar o espírito de cooperação entre as Américas no interesse da defesa do hemisfério”¹⁵¹.

No Brasil, os projetos do *Office* foram vinculados ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criado em 1942, que ficou responsável pelo seu planejamento e execução. Tendo sua origem ligada aos interesses militares dos Estados Unidos, o SESP teve como funções o saneamento das regiões produtoras de matérias-primas estratégicas e o treinamento de profissionais de saúde. Campos ainda afirma que este não seria um processo unilateral, havendo interesses dos dois países a serem atendidos, pois

Para o Brasil, as políticas do SESP adequavam-se perfeitamente àquelas elaboradas pelo Ministério da Educação e Saúde e ao processo de *state and nation building* do primeiro governo Vargas. Neste sentido as interações e respostas brasileiras fizeram do SESP um

ingresso forçado na Guerra” (tradução livre). ANDER-EGG, E.; KRUIZE, H. Del paternalismo a la conciencia de cambio: los Congresos Panamericanos de Servicio Social. Buenos Aires: Hvmánitas, 1984. p.14

¹⁵⁰ “Começaram assim a funcionar em nível continental alguns programas de alcance social, como, por exemplo, o Serviço Cooperativo Internacional de Saúde Pública. Nestes programas, concebidos por especialistas norte-americanos, o assistente social teria seu lugar na equipe técnica. E onde eles não existiam – ou sua capacitação teria uma orientação diferente – um generoso sistema de bolsas de estudo os capacitou nos EUA” (tradução livre). *Ibidem*

¹⁵¹ CAMPOS, A. L. V. Cooperação internacional em saúde: o serviço especial de saúde pública e seu programa de enfermagem. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 13, n. 3. 2008. p. 880.

instrumento do projeto varguista de desenvolvimento econômico e ampliação da autoridade pública¹⁵².

Convém destacar que a efervescência destes programas não é sinônimo de ausência de participação de instituições estadunidenses vinculadas à saúde pública no Brasil, e na América Latina como um todo, em períodos anteriores, sendo esta registrada de forma patente em ampla bibliografia referente à História da Saúde desde meados do século XIX. A matéria publicada no jornal A Manhã em comemoração aos 25 anos de atuação da Fundação Rockefeller no país ilustra de forma exemplar esta afirmativa:

Realizaram-se hoje, nesta capital, várias solenidades em comemoração à passagem do 25º aniversário da Fundação Rockefeller no Brasil. Incontestavelmente, são inumeráveis os benefícios que devemos à ação dos homens de ciência que tem orientado, nesse período, a ação dessa benemérita instituição. Para falar nas atividades empreendidas pela Fundação Rockefeller entre nós, mesmo em traços muito gerais, teremos que considerar os setores em que elas se exerceram.

Na esfera do ensino, que mereceu atenção especial da Fundação no Brasil, há a assinalar a chegada a esta capital, em 1916, de uma comissão de médicos, a fim de estudar o desenvolvimento científico médico-hospitalar e o movimento de dispensários e outros ramos de saúde pública em nosso meio.

Na cooperação financeira, não se pode omitir a prestada pela Fundação ao governo de São Paulo, tendo contribuído com 1.500:000\$000 para a construção e instalação do novo edifício do Instituto de Higiene. No estado da Bahia, fez-se também sentir a ação benéfica da Fundação Rockefeller, que ali custeou, em 1925, a instalação de um laboratório para o Departamento de Higiene e Medicina Legal da Faculdade daquela unidade federativa. No Rio de Janeiro concluiu em 1927 as obras do Pavilhão de Aulas do Hospital São Francisco de Assis, doando-o em seguida ao governo brasileiro.

Não parando nunca nas suas benemerências, a Fundação concorre com seis mil contos de réis para a construção da Faculdade de Medicina de São Paulo, cuja pedra fundamental foi lançada em 1928.

Muito influi também para a eficiência do ensino naquele estabelecimento a excelência dos métodos adotados, que são os da Fundação.

No campo da enfermagem são assinalados os seus serviços. Foi ela que implantou em nosso país o ensino destinado a enfermeiros, marcando uma etapa na evolução da nossa organização médico-hospitalar.

Mas, a obra mais notável da Fundação Rockefeller tem sido as campanhas sanitárias organizadas para o combate e estudo de algumas das principais doenças endêmicas e epidêmicas em nosso país.

Três serviços, três grandes realizações, não poderão, entretanto, deixar de ser mencionadas: são as campanhas contra a acilostomíase, os trabalhos sobre a malária com a recente campanha contra o

¹⁵² *Ibidem.*

“*anopheles gambiae*” no Nordeste brasileiro e, finalmente, o Serviço de Febre Amarela, a maior organização sanitária do mundo no gênero¹⁵³.

Além da demonstração das ações da Fundação, a matéria acima apresentada chama a atenção pela ênfase dada à sua importância na profissionalização e qualificação das categorias vinculadas à área da saúde, em especial no caso da enfermagem.

Este investimento iria ao encontro das avaliações feitas pelos especialistas estadunidenses que remetiam a um déficit de pessoal qualificado entre as camadas profissionais intermediárias e de base, o que ensejaria uma ação mais incisiva de formação destes profissionais.

O estabelecimento de convênios para fornecimento de cursos de formação nos Estados Unidos seria uma estratégia bastante utilizada no período para a qualificação destes profissionais.

Sobre este ponto, recorreremos aos dados publicados em outra matéria do jornal *A Manhã*¹⁵⁴ para ilustrar o investimento nesta forma de capacitação, posto que, apresentando dados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a matéria informa sobre o crescimento do número de estudantes brasileiros matriculados em instituições de nível superior nos Estados Unidos. Segundo estes dados, entre 1934 e 1935, havia 12 estudantes nesta condição; este número subiria para 21 entre 1936 e 1937; para 42 entre 1938 e 1939; chegando a 77 entre 1940 e 1941. Ainda segundo a matéria, o Brasil seria o país com o maior número de estudantes matriculados em instituições estadunidenses no período, sendo seguido pelo Chile, com 36 estudantes, e o Peru, com 17 estudantes.

A divulgação das viagens para realização dos cursos também ganhava espaço na imprensa, como forma de prestação de contas junto à população sobre o investimento na formação destes profissionais e, conseqüentemente, na qualificação do aparato público de assistência:

Por portaria de ontem, o prefeito Henrique Dodsworth designou o oficial administrativo Marília Diniz Carneiro para, em comissão, fazer um curso de aperfeiçoamento na Fordham University School of Social Work, em New York, nos Estados Unidos da América do Norte, pelo prazo de 1 ano, sem quaisquer ônus para a prefeitura, além dos

¹⁵³ O 25º aniversário da Fundação Rockefeller no Brasil: a ação eficiente dessa organização humanitária na obra de saneamento do Brasil. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 83. 13 de novembro de 1941.

¹⁵⁴ Brasileiros que estudam nos Estados Unidos. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 137. 17 de janeiro de 1942.

vencimentos do cargo, devendo apresentar, oportunamente, relatório dos ensinamentos feitos¹⁵⁵.

A aproximação com as experiências de Serviço Social estadunidense, cuja adaptação às condições criadas pela depressão iniciada em 1929 foi considerada como exemplo e fonte de ensinamento, impressionaria pela organização dos serviços de assistência e pelas técnicas desenvolvidas.

No plano da formação, o levantamento apresentado por Amaral Fontoura¹⁵⁶, traz como dado que, em 1944, das cerca de 200 escolas de Serviço Social existentes no mundo, 42 se localizavam nos Estados Unidos. A estes dados, somaria a informação de que as escolas estadunidenses teriam diplomado no período um total de 80 mil assistentes sociais.

Fontoura destacaria ainda que em 1940 havia uma assistente social para cada 1147 habitantes de Nova York, estando estas profissionais vinculadas a diversas associações, como a *American Association of Medical Social Workers*, *American Association of Social Workers* e a *American Association of Psychiatric Social Workers*. A remuneração destinada a essas profissionais também é apresentada como expressão da importância do Serviço Social para o governo e empresas estadunidenses, sendo apresentado como valor inicial para o salário destas profissionais a média de 150 dólares mensais, correspondente a 15 mil cruzeiros na época, chegando a um teto de vencimentos de 90 mil cruzeiros em cargos de chefia. Ou seja, tanto quanto a apreciação da estrutura de formação técnica e de organização do trabalho em si, também se almejava utilizar a experiência dos Estados Unidos para a valorização destas profissionais e de sua utilidade social.

Assim como o Serviço Social estadunidense ganha expressão entre os espaços de formação de trabalhadoras sociais brasileiras e no projeto maior de *state building*, ganha evidência também junto aos meios de comunicação com a população.

As matérias encontradas nas páginas do jornal A Manhã ilustraram bem este fenômeno. Destas, o exemplo mais representativo aparece na publicação, entre os anos de 1941 e 1942, de cerca de 20 artigos tendo como objetivo a apresentação da experiência e estrutura estadunidenses de Serviço Social.

¹⁵⁵ Vai fazer um curso nos Estados Unidos. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 137. 17 de janeiro de 1942.

¹⁵⁶ FONTOURA. Introdução ao serviço social. op. cit. p. 64-65

A série de artigos, iniciada em setembro de 1941, é baseada nos relatos dos membros da delegação brasileira que participaram da 68ª Conferência anual de Serviço Social na cidade de Atlanta, realizada no mesmo ano. Dentre estes participantes, é destacada a colaboração de Ruth Barcellos, que à época era funcionária do Ministério da Educação e secretária da Escola de Enfermeiras Anna Nery¹⁵⁷. É Ruth que assume a responsabilidade pela elaboração dos artigos publicados no jornal *A Manhã* versando sobre as características do Serviço social tal como este se desenvolveu nos Estados Unidos da América.

A conferência de Atlanta é apresentada como parte de um processo de discussão da assistência à pobreza e determinados segmentos da sociedade, iniciado nas Conferências Nacionais de Caridade e Correção, cujo nome foi alterado em 1917 para “Conferências Nacionais de Serviço Social”. Este encontro, pensado originalmente para a discussão da assistência nos âmbitos municipal, estadual e nacional, passa a contar com a presença de delegações estrangeiras convidadas, possibilitando que as mesmas tenham contato maior com as discussões e técnicas desenvolvidas nos Estados Unidos.

Os artigos são divididos em temas/áreas de atuação como: Os *settlements* (Centros proletários), assistência aos viajantes, assistência à Infância, assistência ao trabalho de menores, assistência ao menor delinquente, assistência à família, assistência à mulher inserida no mercado de trabalho, assistência social católica, assistência às classes armadas e estruturas de organização da assistência social como um todo, tais como o *Social Service Exchange* - Cadastro de Serviço Social, Conselhos de Serviço Social, Conselho de Segurança Social e Bureau de Assistência Pública.

A apresentação deste aparato de assistência nas páginas do jornal *A Manhã* fortalece a busca por modelos de organização que reforcem a configuração que se estabelecia para a assistência no Brasil.

As temáticas apresentadas buscavam dialogar com as questões que se punham como desafios para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, para o Serviço Social brasileiro, trazendo as impressões sobre as alternativas estadunidenses para o seu enfrentamento e/ou atenuação.

A assistência à infância, uma das searas onde a atuação das trabalhadoras sociais aparece com maior destaque no período, é abordada em quatro artigos da série, que

¹⁵⁷ É interessante destacar a vinculação de Barcellos à EEAN, sendo esta instituição fundada em 1923 pelo DNSP no âmbito do convênio com a Fundação Rockefeller. Ainda que neste período os ideais católicos tivessem ganho maior espaço dentro da EEAN, a maior referência da instituição permaneceu sendo a sua organização nos moldes estadunidenses de ensino, adotada em sua fundação.

visam apresentar o trabalho do *Children's Bureau* (Departamento da Criança) e suas ações junto a questões como registros de nascimentos, ações para prevenção da mortalidade infantil e de deficiências orgânicas, medidas de proteção e inserção de crianças em lares adotivos, identificação e acompanhamento dos casos de crianças com desajustamentos físicos, além de questões voltadas para a assistência à maternidade¹⁵⁸.

O trabalho do *Children's Bureau* (desta vez com ênfase em seu foco na prevenção de dependência e problemas referentes à delinquência, educação e saúde) ainda é abordado em mais dois artigos voltados para a questão do menor: um referente ao menor trabalhador e outro voltado para o menor delinquente¹⁵⁹. Além da atuação da instituição, os artigos ainda trazem comentários sobre a legislação referente ao trabalho de menores no país, a preparação e certificação destes jovens para o trabalho, e a importância de uma organização dos serviços que buscasse tornar aqueles menores identificados como indivíduos com propensão à delinquência em cidadãos úteis à pátria e à coletividade.

A questão da delinquência retornaria ainda em outro artigo destinado à apresentação das Cortes de Menores¹⁶⁰, ressaltando a importância de estas estabelecerem métodos para julgamento e correção que se diferenciasssem dos aplicados aos adultos. Neste contexto, Barcellos destaca como importante o trabalho dos *probation officers* (a quem ela indica como assistentes sociais em seu artigo), pois seus relatórios seriam peças-chave para a condução dos casos, julgamentos e definição das medidas cabíveis a cada situação.

A mulher inserida no mercado de trabalho aparece como tema de três artigos¹⁶¹, nos quais são apresentadas a atuação do *Women's Bureau*¹⁶², e a legislação que

¹⁵⁸ BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos III: Assistência à infância. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 35. 17 de setembro de 1941; BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos IV: Assistência à infância. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 38. 21 de setembro de 1941; BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos VIII: Assistência à infância - Lares adotivos (*Foster homes*). *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 50. 5 de outubro de 1941; e BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos X: Assistência à criança fisicamente desajustada (*Crippled Children*). *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 57. 14 de outubro de 1941.

¹⁵⁹ BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos V: Assistência ao trabalho de menores. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 41. 25 de setembro de 1941 e BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos VI: Assistência ao menor delinquente. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 45. 30 de setembro de 1941.

¹⁶⁰ BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos VII: Assistência social ao menor delinquente - "*Probation Officer*". *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 48. 3 de outubro de 1941.

¹⁶¹ BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos XII: Assistência à mulher que trabalha. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 66. 24 de outubro de 1941; BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos XIV: Amparo e proteção à mulher trabalhista. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 76. 5 de novembro de 1941; e BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos: Amparo e proteção à mulher trabalhista. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 79. 8 de novembro de 1941.

regulamenta o trabalho feminino. Barcellos chama a atenção a três aspectos envolvendo esta questão: o primeiro diz respeito à análise dos dados levantados nas pesquisas do *Bureau*, que associam a significativa inserção de mulheres no mercado de trabalho estadunidense à maior facilidade de acesso à instrução que o país forneceria aos dois sexos; o segundo diz respeito à observação da ausência de legislação referente aos trabalhos doméstico e agrícola; o terceiro ponto é a identificação de que com esta inserção laboral também se observa a inserção feminina nos sindicatos e associações, inclusive em papéis de direção.

Em outro artigo¹⁶³ o foco é o trabalho de associações responsáveis pela designação de mulheres que atuavam como gestoras dos lares quando as mulheres responsáveis por esses lares não tinham condições para exercer estes cuidados por alguma impossibilidade, como doença, morte, abandono do lar ou necessidade de trabalhar. Estas mulheres atuavam em conjunto com as assistentes sociais, sendo responsáveis pela assistência paliativa, enquanto as assistentes sociais voltariam seus esforços para a intervenção junto às causas dos desajustamentos que acometeriam estas famílias.

Já os centros proletários são expostos como espaços de convívio social. Neste sentido, Barcellos alega que:

O objetivo da instituição dos “*settlements*” é de congrassar elementos pertencentes ao mesmo nível social, nas zonas congestionadas, onde o desenvolvimento industrial for intenso, de modo a facilitar-lhes os meios de um entendimento, nas horas de lazeres, permitindo-lhes a elevação das condições de vida, através de uma série de medidas sociais. A família é a primeira fonte de preocupação do “*settlement*”, onde não devem existir credos, nem ideologias políticas, para que fiquem afastadas as lutas e discussões, frequentes nos centros populosos, quando todos querem ter opinião fazendo-a prevalecer¹⁶⁴.

Trabalhando sob a égide de estabelecer a ordem social, a intervenção de trabalhadoras sociais é integrada a uma rede de instituições e atores sociais influentes, e associada à condução de práticas e rotinas que possibilitem atenuação de conflitos e desajustamentos, de forma a obter maior aproveitamento deste lócus.

¹⁶² Fundado em 1918, com o objetivo de orientar o ministro do trabalho nos assuntos referentes à mulher.

¹⁶³ BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos IX: Assistência à família (*Homemakers - Housekeepers*). Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 53. 9 de outubro de 1941

¹⁶⁴ BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos I: Os settlements. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 29. 11 de setembro de 1941

Outros cinco artigos dariam destaque à estrutura de organização dos serviços de assistência, descrevendo as impressões sobre os Conselhos de Serviço Social (centrais, regionais e coordenadores)¹⁶⁵, Departamento de Segurança Nacional¹⁶⁶, Conselho de Segurança Social¹⁶⁷ e as Agências de Intercâmbio de Serviço Social (*Social Service Exchange*)¹⁶⁸.

A análise da percepção da organização do Serviço Social dos EUA pelas representações brasileiras e da forma como esta imagem de organização e difundida através da imprensa carioca proporciona elementos que enriquecem a discussão sobre a constituição do aparato brasileiro de assistência, onde é possível avaliar como as discussões e experiências apreendidas dialogam e compõem parte do processo de constituição da assistência brasileira.

Outra referência estadunidense importante para o Serviço Social brasileiro seria a obra *Social Diagnosis*, escrita por Mary Richmond e publicada originalmente em 1917. Este livro seria o responsável pela difusão do método científico nos Estados Unidos e, posteriormente, junto aos demais países americanos, se consolidando como uma referência no ensino do Serviço Social e suas técnicas de intervenção.

Convém, mais uma vez, lembrar que este não se constituiu em um processo de aculturação ou de sucessão de uma ou outra vertente vinculada ao Serviço Social. Ao longo de todo o processo ocorre a coexistência de diferentes conceitos, influências e projetos de intervenção, dos quais geralmente se observa ciclos em que se sucedem na hegemonia representativa da profissão, sem, não obstante, extinguir as demais.

A entrevista de Silvia de Souza Barros ao jornal A Manhã pode ser considerada um exemplo desta apropriação reflexiva do instrumental estadunidense quando esta, ao

¹⁶⁵ BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos XVII: Conselhos de Serviço Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 89. 20 de novembro de 1941.

¹⁶⁶ Departamento autônomo, criado em 1939, que reuniu serviços de caráter social, como: serviços de saúde pública, educação, administração da juventude nacional, Conselho de Segurança Social, *Bureau* de Assistência Pública e serviços públicos civis. Cf. BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos XVIII: Conselho de Segurança Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 94. 26 de novembro de 1941.

¹⁶⁷ Subordinado ao Departamento de Segurança Federal, dava provimento às leis de segurança social que abrangessem aos segmentos da população elencados como alvos da assistência. Também teria como foco a organização e consolidação das funções dos serviços públicos nos estados dos EUA. Cf. BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos XVIII: Conselho de Segurança Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 94. 26 de novembro de 1941.

¹⁶⁸ Instituições que são organizadas com a incumbência de promover o intercâmbio entre as agências sociais, caixas de beneficência, conselhos de agências de serviço social e organizações de assistência social, compartilhando as informações de seus cadastros, realizando pesquisas sobre a assistência prestada e evitando duplicação de esforços no atendimento aos casos já acompanhados em uma ou mais destas instituições. Cf. BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos XVI: *Social Service Exchange* - Cadastro de Serviço Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 85. 15 de novembro de 1941

falar sobre a importância do uso pelo Serviço Social da estatística para análise da questão da natalidade e mortalidade infantil, afirma que observou

nos Estados Unidos que, em virtude do pequeníssimo número de analfabetos, bem como pela ampla difusão dos órgãos informativos de várias ordens, por todas as camadas sociais, podem exercer uma propaganda de efeitos eficazes no propósito de educar as mães na preservação da saúde de seus filhos, ao passo que na França, onde a difusão por tais órgãos é inferior, essa campanha educativa teve que ser acompanhada do auxílio pessoal e direto de assistentes e enfermeiros sociais. Caso análogo ao da França é o do Brasil, onde a porcentagem de analfabetos é muito elevada. E aí está o motivo principal de minha preferência pelo sistema francês no Brasil¹⁶⁹.

Evidencia-se a preocupação em trazer as técnicas apreendidas e adaptá-las de acordo com a realidade encontrada no Brasil, de forma que estas obtivessem real resultado frente às demandas que se pretendia atender.

Ainda que realizada de forma breve, a exposição destas informações traz elementos que acredito serem necessários às discussões sobre a trajetória e as influências do Serviço Social no período em tela.

3.4) **Elementos para a reflexão sobre a intervenção das trabalhadoras sociais**

A compreensão da diversidade de categorias atuando junto ao Serviço Social entre as décadas de 1930 e 1950 só se torna efetivamente possível à medida que se observa o fato de que a legislação específica de regulamentação do exercício profissional ganha concretude a partir da década de 1950, havendo cruzamento de atribuições e disputa de espaço entre as múltiplas configurações profissionais vinculadas a esta seara até meados da década de 1970.

Entretanto, conforme temos visto ao longo deste trabalho, ainda que houvesse a multiplicidade referente às categorias, a identidade que se buscava constituir para estas profissionais estimulava um determinado perfil condizente com as expectativas levantadas para sua função social.

Fontoura apresentou em sua obra a síntese daquelas que considerava serem as sete características do Serviço Social que deveriam ser observadas por estas profissionais, conforme veremos abaixo:

¹⁶⁹ Entrevista com D. Silvia de Souza Barros sobre estatística e Serviço Social. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 33. 16 de setembro de 1941.

A primeira característica seria a flexibilidade no atendimento à diversidade de demandas que emergem no cotidiano profissional, levando em consideração os diversos fatores relacionados a elas. Sobre isto, diria

Que não pode haver em Serviço Social receitas fixas, moldes, “fôrmas” prévias. Em cada caso o assistente social deverá valer-se das técnicas conhecidas mais sua experiência mais sua intuição mais seu bom senso...¹⁷⁰.

A segunda característica elencada é a nomeada como unidade e corresponderia à percepção das necessidades do indivíduo assistido como parte de um todo, uma vez que “todos os fatos da vida do assistido são igualmente importantes (ou podem sê-lo), para explicar um desajustamento qualquer”¹⁷¹.

A terceira característica diria respeito ao não recebimento de pagamento direto por parte do assistido e estaria estritamente vinculada à concepção vocacional do trabalho desenvolvido por estas profissionais, uma vez que, não sendo o Serviço Social um campo de atuação onde haveria a possibilidade de enriquecimento, buscariam trabalhar junto a ele apenas as pessoas que nele enxergassem a realização de um ideal de vida e de apostolado. Ainda sobre esta característica, Fontoura diria que o Serviço Social

É sempre socializado: sua atividade está subordinada a uma determinada instituição ou a um grupo social, que o organiza, mantém ou custeia. E os assistentes sociais prestam seus serviços a todos os membros da comunidade, que não remuneram os assistentes diretamente, mas apenas contribuem para os cofres do grupo social. Tal contribuição será o imposto, no caso do Serviço Social organizado pelo governo, a taxa no caso do Serviço Social paraestatal e a mensalidade quando se trata do Serviço Social de instituição particular¹⁷².

A quarta característica seria o estímulo ao auto auxílio dos assistidos, onde caberia à assistente social fornecer o suporte para que o indivíduo pudesse reajustar-se sem, no entanto, assumir o caráter de substituição do Estado e da família, ou mesmo de suplantar a participação do indivíduo em seu processo de reajustamento.

A quinta característica seria o foco nas causas do desajustamento, de forma a evitar atuar apenas em seus efeitos.

¹⁷⁰ FONTOURA, A. Introdução ao serviço social. *op. cit.* p. 148.

¹⁷¹ *Ibidem*

¹⁷² *Ibidem.* p.150.

A sexta característica seria a manutenção do indivíduo em seu meio social.

E a última característica seria o respeito e estímulo ao assistido e suas virtudes.

A partir da análise destas categorias, alcançamos o entendimento de que a intervenção das trabalhadoras sociais era direcionada ao combate dos desajustamentos junto aos assistidos, sem, no entanto, propor alterações maiores na realidade social onde estes se encontravam inseridos. Assim como se buscava proteger estes segmentos da sociedade dos revezes provocados pelo processo de industrialização, também se pretendia concentrar neles os esforços para superação das expressões da questão social.

Estando a prática do Serviço Social associada diretamente aos conceitos de fraternidade cristã, às concepções de eugenia e higiene e tendo forte consideração pelo núcleo familiar como espaço privilegiado para combate aos desajustamentos, a atuação feminina é apresentada como ideal, pois, como analisado por Diebolt no caso francês, é entendido que “são, sobretudo, elas que garantem a organização da vida cotidiana e a manutenção dos laços e da ordem social”¹⁷³. São estas mulheres (em sua maioria) que seriam inseridas nesta relação na condição de profissionais responsáveis por fornecer às outras mulheres, e conseqüentemente às suas famílias, as orientações necessárias para preservação do modelo de vida saudável pretendido para a população.

Stella de Faro reforça esse conceito ao afirmar em que:

O Serviço Social brasileiro, tanto público quanto privado, apresenta às moças que foram pouco a pouco formando a falange benemérita de assistentes sociais, um campo vasto e de grande alcance moral e social. É por ser mais que uma profissão (pois ele é uma vocação, e uma vocação iminentemente familiar) que o Serviço Social requer gente abnegada e capaz de tudo dar de si, do seu tempo, do seu devotamento e do seu coração para enxugar lágrimas e curar feridas¹⁷⁴.

Martins também apresenta contribuição a este debate ao trazer o conceito de cidadania feminina, onde afirma que

Mesmo que as mulheres passassem a exercer uma função cada vez mais pública por meio da filantropia, ela era antitética à ideologia da domesticidade, pois se fundamentava na ideia da complementaridade e de extensão da maternidade e das suas qualidades então consideradas femininas para o mundo exterior à casa e à família. Nesse sentido, é interessante notar como as profissões femininas para

¹⁷³ DIEBOLT, É. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França 1900-2001). Estudos Feministas, Florianópolis, n. 13, 2005. P. 321.

¹⁷⁴ A entrevista de hoje: Com D. Stella de Faro, sobre os serviços sociais no Brasil. Jornal A Manhã. Rio de Janeiro. n 46. 01 de outubro de 1941

mulheres de classes médias e educadas foram definidas em áreas de atuação coerentes com essa construção de gênero da assistência, como a enfermagem e a medicina, o magistério e posteriormente o Serviço Social¹⁷⁵.

A consideração da peculiaridade desta inserção social feminina e de seu impacto junto à sociedade é fundamental, posto que, se ao Serviço Social cabia lidar com os desajustamentos através das modalidades de cuidados contemplados na assistência, eram as trabalhadoras sociais as naturalmente dotadas das características necessárias para a elaboração, execução e multiplicação das técnicas associadas a eles.

E é dentro desta lógica que a atuação das trabalhadoras sociais, em especial a assistente social, se legitima e reforça, pois

A assistente social, captando a confiança das famílias, adquire prestígio e autoridade que se estendem à direção moral dos adultos e à educação das crianças; traça rumos à orientação profissional dos filhos e procura encaminhá-los; desperta em todos o interesse pela vida sadia cujos prazeres aponta e seleciona. Ainda mais, procura ensinar quais são os benefícios, direitos e regalias que a lei garante aos trabalhadores, às gestantes, aos menores, enfim a todos os que vivem do trabalho e precisam de proteção. Ministra conhecimentos para organização do orçamento do lar nos limites da receita, sobre a maneira de aproveitar e conservar a roupa, de tomar o banho diário, de fazer a limpeza da casa e o arejamento da mesma, e ainda sobre o horário do trabalho e das refeições. São noções, por vezes, rudimentares que exigem, entretanto, cuidado e carinho¹⁷⁶.

É a partir do desenvolvimento do caráter técnico-científico desta intervenção que são desenvolvidas as bases do reconhecimento da qualificação das trabalhadoras sociais. Com o aprimoramento de metodologias, instrumentais e técnicas, o Serviço Social conquistando um espaço particular para sua intervenção, junto à população e equipes multiprofissionais.

No período estudado, três metodologias são hegemonicamente utilizadas na prática do Serviço Social: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade.

O Serviço Social de Caso, também conhecido como Serviço Social de Casos Individuais, tem na obra de Mary Richmond sua definição clássica, sendo estabelecido

¹⁷⁵ MARTINS, A. P. V.. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 18, 2011. p.22

¹⁷⁶ PINHEIRO. Resumo histórico. *op. cit.*, p. 25-26

como intervenção pautada em processos de desenvolvimento da personalidade mediante ajustamentos conscientemente efetuados entre cada indivíduo e seu ambiente social¹⁷⁷.

O Serviço Social de Grupo tem como foco o reajustamento do indivíduo através de sua vinculação a uma comunidade ou grupo social. Este método se baseia na concepção de que a influência do meio sobre o indivíduo exerceria papel importante em seu desajustamento e, conseqüentemente, na superação deste. A intervenção segundo esta metodologia privilegiaria espaços como centros sociais e associações e, tal qual o trabalho desenvolvido nos *settlements*, buscaria constituir junto ao grupo características como organicidade, pluralidade e solidariedade, ideais para o fim de apoio social entre seus membros e para com a sociedade em geral¹⁷⁸.

Já o Serviço Social de Comunidade, ou Organização Social da Comunidade, consistiria na organização da comunidade para o melhor aproveitamento de seus recursos. Fontoura apresentaria o seguinte rol de atividades associadas a esta metodologia:

Estudo geral do meio, seus problemas e necessidades sociais; recenseamento dos recursos assistenciais existentes; planificação da assistência; criação de entidades capazes de coordenar todo o Serviço Social dentro de determinada área; criação do Indicador de Obras Sociais existentes na comunidade; criação do Fichário Central de Assistidos, de maneira que não haja duplicidade de auxílios prestados a um mesmo caso; organização do Conselho de Obras, destinado a estabelecer bases mais racionais para a prestação de serviços; em suma: criação de órgãos (governamentais, paraestatais ou particulares) com o fim de planejar, coordenar e ajudar agências de Serviço Social e todas as demais instituições que prestem assistência social¹⁷⁹.

Também fariam parte das atividades vinculadas ao Serviço Social de Comunidade a formação de conselhos ou comitês junto às obras sociais e a criação de Caixas de Comunidade (*Community Chests*), cuja responsabilidade seria arrecadar recursos para um fundo financeiro comum para redistribuição junto a instituições de auxílio filiadas.

Quanto aos campos de atuação, a bibliografia referente ao período elencaria os seguintes: família, infância, área médica, área psiquiátrica, trabalho, delinquência, escola, instituições fechadas, administração e pesquisa social.

¹⁷⁷ FONTOURA, A. Introdução ao serviço social. *op. cit.* p. 164-165.

¹⁷⁸ *Ibidem.* p. 165-168

¹⁷⁹ *Ibidem.* p.169.

O campo de Serviço Social da Família seria considerado a base de atuação do Serviço Social brasileiro, principalmente em seu momento inicial, tendo como foco de intervenção a família enquanto célula social e considerando o papel da mulher nesta nova realidade social. Questões como o exercício da maternidade, a organização do lar, a boa nutrição, controle do orçamento familiar e manutenção da união entre os membros da família seriam os pontos mais abordados para a prevenção e/ou correção dos ditos desajustamentos familiares. Como dito anteriormente, a importância deste campo na realidade brasileira pode ser observada na organização do temário do II Congresso Pan-americano de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1949.

O Serviço Social da Criança (ou da Infância, ou do Menor) tem como objetivo a proteção da criança, de forma a proporcionar-lha condições para seu crescimento físico, mental e moral. Seu trabalho prioriza que este desenvolvimento ocorra prioritariamente dentro de um núcleo familiar, mesmo que em uma família substituta.

O Serviço Social da Delinquência (ou Serviço Social do Menor Transviado) tinha como preocupação lidar com o aumento da delinquência infantil nas grandes cidades, trabalhando com a concepção de que o aquele menor que se encontrava infringindo a lei não seria um criminoso e sim uma criança que teria chegado a este ponto por falta de assistência e orientações adequadas.

Outra variação do Serviço Social da Criança seria o Serviço Social Escolar, responsável por acompanhar os alunos e proporcionar uma aproximação entre a escola e a família.

No Serviço Social Médico, visando a preservação e/ou recuperação da saúde, as trabalhadoras sociais atuavam sobre as determinantes socioeconômicas do processo de adoecimento, de forma a complementar a ação médica. À medida que a medicina social obtém espaço junto ao modelo de saúde brasileiro, a colaboração de profissionais de Serviço Social é ampliada neste ramo. Chama a atenção a divisão entre os trabalhos desenvolvidos pelas auxiliares sociais (em geral visitadoras), assistentes sociais e enfermeiras, onde as primeiras teriam como seara de atuação a saúde física dos indivíduos, sendo as segundas responsáveis pelo que se considerava como a saúde social destes e, para as últimas eram destinados os trabalhos de auxílio direto aos médicos.

Quanto ao Serviço Social Psiquiátrico, baseado nos princípios da higiene mental, esta especialização do Serviço Social Médico se concentra no reajustamento mental dos indivíduos, atuando, além dos hospitais e instituições psiquiátricas, em clínicas de

orientação psicológica para crianças, tribunais de menores, escolas correcionais e escolas especiais.

O Serviço Social das Instituições Fechadas teria como espaço de intervenção prisões, unidades correcionais, asilos e orfanatos, lidando com aqueles que se encontrassem, por quaisquer motivos, segregados da sociedade.

O Serviço Social do Trabalho talvez seja o que mais evidencia o desenvolvimento da profissão dentro da lógica de valorização do trabalhismo, adotada como um dos carros-chefes deste período da história do Estado brasileiro. Neste contexto, tornou-se necessário o investimento em políticas e estratégias com foco no trabalhador dentro e fora das empresas. Esta seara constitui-se assim num campo para atuação das trabalhadoras sociais que passa a ser associado às ações para promoção de hábitos e costumes pautados nas lógicas de racionalização, higiene e medicina social. Vieira sintetizaria o caráter estratégico das intervenções neste campo da seguinte forma:

Entendi ser possível detectar nessas práticas relativamente microscópicas, localizadas no cotidiano dos operários, informações a respeito de uma rede muito maior de estratégias de poder, pois as intervenções das visitadoras faziam parte do conjunto de políticas públicas e sociais direcionadas aos trabalhadores assalariados da área urbana e suas famílias. Aliás, o interesse cada vez maior do Estado e dos empresários no corpo de técnicos da assistência social, concomitante aos investimentos na industrialização do país, sinalizava para vínculos estreitos entre estes campos de produção e reprodução social¹⁸⁰.

Outros campos ainda poderiam ser arrolados a esta relação, tais como o Serviço Social Rural, Serviço Social das Forças Armadas, Serviço Social da Imigração e o Serviço Social Internacional, porém, por conta da diversidade de campos e de profissionais inseridas nestes, optamos por dar destaque às áreas, tendo em vista a importância destas como setores privilegiados de atuação de trabalhadoras sociais no Distrito Federal, no período pesquisado.

¹⁸⁰ VIEIRA, A. L. A colaboração lhe bate à porta... – Visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.17-18

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa tem como elementos centrais as discussões sobre o processo de constituição do Serviço Social no Brasil enquanto categoria profissional tecnicamente embasada e socialmente legitimada. Dentre as discussões presentes neste processo, foram privilegiados na pesquisa os aspectos relativos à constituição de um aparato de regulamentação e prestações de serviços sociais à população, em especial seu segmento mais pauperizado, assim como os fatores presentes na formação de um determinado perfil de profissionais responsáveis pela atuação nestes serviços.

Como dito ao longo do trabalho, para uma efetiva análise da assistência, é fundamental considerar os elementos básicos que compõem seu universo: os assistidos, as modalidades de assistência e aqueles que são responsáveis por ela.

Partindo desta equação, o primeiro movimento que foi empreendido nesta pesquisa corresponde à discussão sobre a qualificação destes assistidos. Uma qualificação que não se apresenta de forma estática, mas que corresponde a uma análise de um determinado período histórico, inserido em uma realidade dinâmica e dentro de uma determinada conjuntura. Nesta pesquisa, tendo como espaço de análise a experiência do Distrito Federal, os necessitados da assistência a quem nos referimos são os pertencentes à pobreza urbana, que são considerados como alvos prioritários de intervenção para a constituição de um modelo de nação forte, tido como carro-chefe do Governo Vargas.

O investimento neste modelo de nação forte, que se oporia à concepção do país como um imenso hospital, implicaria em duas frentes de análise das ações governamentais: a construção ideológica e o desenvolvimento de ações concretas nos pontos tidos como óbices a este desenvolvimento.

No que tange à construção ideológica, a pesquisa nos mostra o esforço de Vargas em congregar personalidades da intelectualidade brasileira às pautas presentes em seu governo, tendo como pontos de interseção a preocupação com a educação, cultura e saúde, tidos como fatores essenciais para o desenvolvimento da nação. Fica evidente na pesquisa o reconhecimento de Vargas da função social dos intelectuais como atores sociais vitais para difusão de conceitos e mediação entre as aspirações populares e políticas governamentais.

Também se encontra em evidência o investimento deste governo nas áreas de educação, comunicação e cultura, como searas estratégicas para a difusão das idéias do regime. Como exemplos deste investimento, podemos apontar a criação do DIP e a adoção de estratégias de comunicação com a população, tais como a Voz do Brasil ou o uso de canais de comunicação ligados ao governo, tanto direta quanto indiretamente, como a Rádio Nacional e o Jornal A Manhã.

Estes canais teriam importante papel na ressignificação da realidade social para a população, na transmissão das idéias do governo para intervenção nela e para apresentação das categorias profissionais e serviços que passariam a intervir junto aos segmentos populares. Neste sentido, a utilização do material publicado no Jornal A Manhã possibilita identificar a relação entre os discursos publicados e as idéias circulantes nas instituições vinculadas à assistência, mais especificamente no Serviço Social.

Observar a frequência de publicações voltadas para a discussão dos temas relacionados ao Serviço Social e à questão social possibilita ainda identificar que boa parte destes artigos e entrevistas é creditada a pessoas que possuíam relação orgânica com o Serviço Social, em especial com as escolas e instituições governamentais.

Sendo este um período de estabelecimento de algumas das bases que constituiriam o imaginário social das categorias profissionais vinculadas ao Serviço Social, é significativa a preocupação com a produção de conteúdos que explicitem suas possibilidades e propostas de intervenção dentro da realidade brasileira.

A preocupação com a elaboração de um arcabouço teórico que refletisse a realidade nacional também serviria para impulsionar a produção no âmbito acadêmico, buscando aproximar a literatura utilizada em sua formação da realidade na qual estas profissionais viviam e iriam desenvolver suas atividades profissionais. Desta forma, a produção de trabalhos para os eventos voltados para a área social – a exemplo dos apresentados no II Congresso Pan-americano de Serviço Social e utilizados nesta pesquisa – e a utilização dos trabalhos de conclusão de curso das alunas das turmas de Serviço Social se tornam mais do que uma tentativa de sistematização da prática, constituindo também espaços de produção de literatura de referência nacional para retroalimentar o processo de formação de profissionais de Serviço Social.

A preocupação com a consolidação de uma imagem das trabalhadoras sociais como profissionais técnicas seria, inclusive, a tônica central dos discursos expressos tanto no interior do Serviço Social, quanto nos espaços de diálogo com os segmentos da

sociedade. Ainda que às trabalhadoras sociais fossem creditadas características que remetessem às percepções de gênero que reforçassem o espaço privado - o lar - como um domínio predominante feminino e, por este motivo, a importância da intervenção de mulheres nas ações voltadas para este espaço, também se construía a noção de um diferencial nesta intervenção que seria pautado pela qualificação destas mulheres, tornando-as mais aptas a atuar junto às outras mulheres.

Sendo o espaço da vida privada um dos alvos de intervenção da assistência organizada através da ação estatal em seu intento de combate e/ou atenuação dos desajustamentos, a associação da mulher ao ambiente privado do lar se torna o elemento que lhe possibilita intervir no espaço público de forma ativa, configurando um *lócus* formal de trabalho onde sua intervenção é privilegiada e onde é estimulado o desenvolvimento de uma intelectualidade própria.

É neste sentido que uma das maiores polêmicas referentes a esta primeira etapa do Serviço Social aparece neste estudo: a questão referente ao recrutamento, seleção e formação das profissionais. A preocupação com o investimento no desenvolvimento de uma intelectualidade vinculada ao Serviço Social e oriunda das escolas nacionais leva à discussão sobre o grau de escolaridade e formação, que coloca em primeiro plano a dificuldade de recrutar em número necessário para o projeto de intervenção social que se apresentava ao Serviço Social brasileiro em oposição à defesa de uma seleção mais rigorosa das candidatas aos cursos de Serviço Social. Esta discussão englobaria as grades curriculares mínimas dos cursos, bem como a consideração do nível de escolaridade ideal para a formação em Serviço Social, perdurando por mais algumas décadas, quando o ensino superior se torna a modalidade exclusiva de formação em Serviço Social.

A relação entre a Igreja e o Serviço Social também emerge como um ponto importante na análise empreendida nesta pesquisa, porém, ainda que o aspecto vocacional associado à profissão se encontre explicitado em textos e obras do período, o que nos chama a atenção é exatamente a identificação de que esta não se configura como a única ou a mais importante contribuição deste segmento ao desenvolvimento do Serviço Social. O investimento da Igreja na preparação de uma intelectualidade que pudesse representar seus interesses qualifica a intervenção destes atores, fazendo com que estes se destaquem pela qualidade de suas contribuições, a exemplo dos trabalhos desempenhados por Stella de Faro e Levi Miranda, citados nesta pesquisa.

A influência estadunidense neste período de organização do Serviço Social Brasileiro, infelizmente ainda pouco explorada na historiografia da profissão, aparece trazendo aspectos vinculados ao desenvolvimento da profissão neste país no período pós II Guerra Mundial e à política de boa vizinhança do governo Roosevelt, proporcionando elementos que nos permitem compreender um pouco melhor as estruturas e padrões que serviram como material para a organização da assistência em nosso país.

A dificuldade em considerar esta parte da pesquisa como um espaço de considerações finais – e por isto a opção de apenas nomeá-la como *Considerações* – se dá pelo fato de que ao concluir esta pesquisa algumas impressões ficam para a reflexão no que tange à trajetória do Serviço Social no Brasil, abrindo espaço para a continuidade de pesquisas nesta seara, tais como, a disputa de espaço entre as categorias profissionais vinculadas ao Serviço Social, as relações entre o Serviço Social brasileiro e as experiências de organização do Serviço Social nos países pan-americanos e o impacto da inserção da presença masculina no Serviço Social.

São questões importantes que, ainda que tenham emergido durante a pesquisa, não puderam ser exploradas da forma como necessitam, por conta da necessidade de priorizar o desenvolvimento das questões que se colocaram como centrais neste estudo.

Considerando estas observações, acreditamos que esta dissertação apresente uma contribuição concreta ao estudo da história da assistência, bem como do Serviço Social especificamente.

FONTES & REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

- Academia Brasileira de Letras:
<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=255>
- Academia Brasileira de Pediatria: Academia Brasileira de Pediatria:
<https://www.sbp.com.br/institucional/academia-brasileira-da-pediatria/patronos-e-titulares/olympio-olinto-de-oliveira/>
- Entrevista com D. Silvia de Souza Barros sobre estatística e Serviço Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 33. 16 de setembro de 1941.
- A entrevista de hoje: com a D. Stela de Faro, sobre os Serviços Sociais no Brasil. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 46. 01 de outubro de 1941.
- A entrevista de hoje: com a Prof. Teresita Porto da Silveira, sobre o Serviço Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 24. 04 de setembro de 1941.
- AGUIAR, M. M. S. A mulher brasileira em face da guerra. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. nº 207. 12 de abril de 1942.
- Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social (CPDOC).
- BARCELLOS, R. O Serviço Social nos Estados Unidos: Amparo e proteção à mulher trabalhista. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 79. 8 de novembro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos I: Os settlements. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 29. 11 de setembro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos III: Assistência à infância. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 35. 17 de setembro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos IV: Assistência à infância. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 38. 21 de setembro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos V: Assistência ao trabalho de menores. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 41. 25 de setembro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos VI: Assistência ao menor delinquente. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 45. 30 de setembro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos VII: Assistência social ao menor delinquente - "Probation Officer". *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 48. 3 de outubro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos VIII: Assistência à infância - Lares adotivos (Foster homes). *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 50. 5 de outubro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos IX: Assistência à família (Homemakers - Housekeepers). *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 53. 9 de outubro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos X: Assistência à criança fisicamente desajustada (Crippled Children). *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 57. 14 de outubro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos XII: Assistência à mulher que trabalha. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 66. 24 de outubro de 1941.
- _____. O Serviço Social nos Estados Unidos XIV: Amparo e proteção à mulher trabalhista. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 76. 5 de novembro de 1941.

_____. O Serviço Social nos Estados Unidos XVI: *Social Service Exchange* - Cadastro de Serviço Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 85. 15 de novembro de 1941.

_____. O Serviço Social nos Estados Unidos XVII: Conselhos de Serviço Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 89. 20 de novembro de 1941.

_____. O Serviço Social nos Estados Unidos XVIII: Conselho de Segurança Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 94. 26 de novembro de 1941.

BRASIL. Decreto n. 20.351, 31 ago. 1931. Cria a Caixa de Subvenções, destinada a auxiliar estabelecimentos de caridade, de ensino técnico e os serviços de nacionalização do ensino.

_____. Decreto n. 21.220, 30 mar. 1932. Atribui ao Ministério da Educação e Saúde Pública o processo de habilitação e pagamento dos auxílios de que trata o decreto nº. 20.351, de 31 de agosto de 1931, aos hospitais, institutos de ensino e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.

_____. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública.

_____. Decreto-lei n. 525, 1 jul. 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país.

_____. Decreto-lei 527, 1 jul. 1938. Regula a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde.

_____. Decreto-Lei 6527, de 24 de maio de 1944. Cria, na Prefeitura do Distrito Federal, a Escola Técnica de Assistência Social e dá outras providências.

_____. Lei nº 1889 de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.

_____. Lei nº 3252 de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social.

Brasileiros que estudam nos Estados Unidos. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 137. 17 de janeiro de 1942.

DODSWORTH, Cecy. A formação dos trabalhadores sociais – Escola Técnica de Assistência Social. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE SERVIÇO SOCIAL, 2., Rio de Janeiro, 1949. Anais. Rio de Janeiro : s.ed, 1949.

Dossiê *A Era Vargas* (CPDOC). Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1>

Escola Técnica de Serviço Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 163. 19 de fevereiro de 1942.

FIRMEZA, H. A casa do operário. *A Manhã*. Rio de Janeiro. n 25. 06 de setembro de 1941

FONTOURA, A. Introdução ao serviço social. Rio de Janeiro: Marcel Beerens, 1949.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

KFOURI, Nadir Gouveia. Dificuldades e soluções encontradas na formação de assistentes sociais. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE SERVIÇO SOCIAL, 2, Rio de Janeiro, 1949. Anais. Rio de Janeiro: s.ed., 1949.

MARQUES, M. C. F. Escola de Serviço Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 155. 7 de fevereiro de 1942.

Nomes do dia: Gustavo Capanema. *A Manhã*. Rio de Janeiro. n 03. 12 de agosto de 1941.

O 25º aniversário da Fundação Rockefeller no Brasil: a ação eficiente dessa organização humanitária na obra de saneamento do Brasil. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 83. 13 de novembro de 1941.

PAES, A. F. A criança – valor econômico. *A Manhã*. Rio de Janeiro. n 91. 22 de novembro de 1941.

PALMEIRA, A. B. V. A ação do assistente social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 71. 30 de outubro de 1941.

PRADO, R. Serviço de Assistência Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 55. 11 de outubro de 1941.

PINHEIRO, M. E. A Cruz vermelha e o Serviço Social. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 226. 6 de maio de 1942.

_____. Resumo histórico. In: _____. Serviço social: infância e juventude desvalida. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº., 1939.

_____. Serviços Sociais no Brasil. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 58. 15 de outubro de 1941.

RIBEIRO, Elza Soares. Formação dos agentes de serviço social. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE SERVIÇO SOCIAL, 2, Rio de Janeiro, 1949. Anais. Rio de Janeiro: s.ed., 1949.

RICARDO, C. A Manhã e seu programa. *A Manhã*. Rio de Janeiro. n 01. 09 de agosto de 1941.

RICHMOND, Mary E. Origens. In: _____. Diagnóstico social. 17.ed. Lisboa : Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

Supremo Tribunal Federal:
<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=212>

Vai fazer um curso nos Estados Unidos. *Jornal A Manhã*. Rio de Janeiro. n 137. 17 de janeiro de 1942.

Referência:

ANDER-EGG, Ezequiel; KRUIZE, Herman. Del paternalismo a la conciencia de cambio: los Congresos Panamericanos de Servicio Social. Buenos Aires : Hvmantas, 1984.

ALMEIDA, L. M. P. Estudo sobre a influência francesa na formação dos profissionais da 1ª Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, 1979.

BOCK, G. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). História das Mulheres no Ocidente, Porto: Afrontamento, 1991.

BOMENY, H. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, H.(org.) Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco. 2001. p. 11 - 35.

CAMINHA, M. C. Abrigo do Cristo Redentor: Estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

CAMPOS, A. L. V. Cooperação internacional em saúde: o serviço especial de saúde pública e seu programa de enfermagem. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 13, n. 3. 2008. p. 880- 888.

CARRO, S. M. Assistência Social no universo da proteção social: Brasil, França Argentina. (Tese de doutorado). São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São

- Paulo, 2008. DE CASTEL, R. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário. Petropolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; 9 edição, 2010.
- CAVALLO, S. Charity, Power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals: the case of Turin. IN: GRANSHAW, L. et PORTER, R. The Hospital in history. London/New York: Routledge, 1989.
- CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: _____. A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.
- DIEBOLT, É. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França 1900-2001). Estudos Feministas, Florianópolis, n. 13, 2005.
- FERREIRA, J. (org.). O Rio de Janeiro nos jornais: Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. 7letras, 2014.
- FONSECA, C. M. O. Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007
- FRANCO, R. Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. (Tese de doutorado). São Paulo. Universidade de São Paulo, 2011.
- GEREMEK, B. A piedade e a força: a história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa : Terramar, 1987.
- GOMES, A.C. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005
- _____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI D. (org.) O Estado novo em questão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- GONÇALVES, J.W. A revolução francesa e a invenção social da pobreza. Biblos, Rio Grande, v. 23, p. 9-25, 2009.
- HARRIS, B. Charity and Poor Relief in England and Wales, Circa 1750-1914. IN: HARRIS, B. and BRIDGEN, P. Charity and mutual aid in Europe and North America since 1800. London/New York: Routledge, 2007.
- HOCHMAN, G. A era do saneamento. São Paulo: Hucitec, 1998.
- HOCHMAN, G.; FONSECA, C. M. O. O que há de novo? Políticas de saúde e previdência, 1937-1945. In: PANDOLFI D. (org.) O Estado novo em questão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- HOCHMAN, G. A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações. In: BOMENY, H.(org.) Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco. 2001. p. 127 - 151.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3.ed. São Paulo : Cortez, 1985.
- KORNIS, M.; FLAKSMAN, D. Vargas, Centro Dom Vital. In: BELOCH, I.; ALVES, A. Dicionário histórico-biográfico brasileiro:1930-1983. Rio de Janeiro: Ed. Forense-universitária: Ed. FGV/CPDOC: FINEP. 1984.
- LAPA, J. R. A. Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas, São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MARTINS, A. P. V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso) , v. 18, p. 15-34, 2011.
- MESQUIDA, P. A educação na restauração Lemista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. Revista Diálogo Educ., vol. 9, n. 27. 2009. p. 279- 295.
- NUNES, C. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, H.(org.) Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de

- Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco. 2001. p. 103- 125.
- OLIVEIRA, L. L. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'Araújo, M. C. As instituições brasileiras da era Vargas. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV. 1999. p. 83-96.
- PEREIRA, L. D. Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. (Tese de doutorado)– Rio de Janeiro: UFRJ, 2007
- PORTER, R. The gift relation: philanthropy and provincial hospital in eighteenth-century England. IN: GRANSHAW, L. et PORTER, R. The Hospital in history. London/New York: Routledge, 1989.
- QUIROGA, A. M. Assistência Social no Rio de Janeiro: desqualificação dos atendidos, racismo científico e filantropia. Libertas, UFJF, v.11, n.1. 2011.
- RANGEL, R. F. A insurgência da memória: a assistência no Rio de Janeiro da Primeira República. O social em questão, n.24, Rio de Janeiro: PUC – Rio. Departamento de Serviço Social, 2010.
- SÁ, I dos G. Quando o Rico se faz pobre. Lisboa: Comissão Nacional para comemoração de descobrimentos portugueses, 1997.
- SANGLARD, G. e FERREIRA, L.O. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). Est. Hist., Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, jan.-jun. 2014, pp.71-91.
- STEPAN, N. A hora da eugenia. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.
- VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 1987.
- VIEIRA, A. L. A colaboração lhe bate à porta... – Visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- VISCARDI, C.M.R. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. In: Hist. Cienc. Saud. – Manguinhos, Dez. 2011, Vol. 18, Sup 1.
- WEINDLING, P. The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany. IN: BARRY, J. and JONES, C. Medicine and charity before the welfare state. London/New York: Routledge, 1991.